



Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Mestrado profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste

Uma abordagem da Economia de Comunhão como estratégia para o desenvolvimento local

O caso das empresas instaladas na Região Metropolitana do Recife

Alexandre José Ferreira dos Santos

Recife
2007

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Mestrado profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste

Uma abordagem da Economia de Comunhão como estratégia para o desenvolvimento local

O caso das empresas instaladas na Região Metropolitana do Recife

Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) submetido à aprovação como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre no Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste oferecido pela Universidade Federal de Pernambuco

Alexandre José Ferreira dos Santos
Orientador: Professor Doutor José Raimundo de Oliveira Vergolino

Recife
2007

Santos, Alexandre José Ferreira dos

Uma abordagem da economia de comunhão como estratégia para o desenvolvimento local : o caso das empresas instaladas na Região Metropolitana do Recife / Lucas Vicente Ferreira. - Recife : O Autor, 2007.

203 folhas : fig. e tab. e quadro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2007.

Inclui bibliografia , apêndice e anexo.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Solidariedade. 4. Administração pública. 5. Administração local - Recife. I. Título.

658

CDU (1997)

UFPE

658

CDD (22.ed.)

CSA2008-06

Folha de Aprovação

TCM: Uma abordagem da Economia de Comunhão como estratégia para o desenvolvimento local: O caso das empresas instaladas na Região Metropolitana do Recife

Este Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 19 de dezembro de 2007

Professora Sylvana Maria Brandão de Aguiar, PhD
Coordenadora do Curso

BANCA EXAMINADORA

Professor José Raimundo de Oliveira Vergolino, PhD
Orientador

Professora Sylvana Maria Brandão de Aguiar, PhD
Examinadora Interna

Professor Miguel Otávio Barreto Campello Melo, PhD
Examinador Externo

Este trabalho é dedicado
a todas as pessoas que,
sem alternativa,
dependem da caridade alheia
para prover o sustento daqueles que amam.

AGRADECIMENTOS

A minha mulher Adelaide Rego, que suporta minhas ausências e, também, minhas presenças,

A meu filho Guilherme Wanderley, que cria condições capazes de me ensinar a ser um bom pai,

A meus amigos, companheiros e colegas, que me ensinam a viver,

A minha a tutora Sylvana Brandão, que me abriu os olhos para muitas facetas da comunhão,

Ao meu orientador, Raimundo Vergolino, que me mostrou caminhos que eu precisava conhecer.

A Sérgio Campello, que desde sempre leva a bandeira da Economia de Comunhão em nossa terra.

UMA ABORDAGEM DA ECONOMIA DE COMUNHÃO COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DAS EMPRESAS INSTALADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

RESUMO

O TCM 'Uma abordagem da Economia de Comunhão como estratégia para o desenvolvimento local: o caso das empresas instaladas na Região Metropolitana do Recife' tem o objetivo de investigar a possibilidade do funcionamento de empresas organizadas segundo os princípios da Economia de Comunhão (EdC) dar base a um programa de Desenvolvimento Local e, assim, oferecer novas alternativas aos gestores públicos. O método utilizado foi verificar o enquadramento das empresas da EdC instaladas na cidade do Recife e Região Metropolitana nas preocupações alimentadas pelo chamado Desenvolvimento Local, enfatizando o tipo de contribuição por elas oferecido. Para atingir o objetivo, após conceituar e descrever a Economia de Comunhão e as empresas que atuam segundo seus princípios e definir o conceito de Desenvolvimento Local, dados levantados junto a empresas da EdC que atuam na Região Metropolitana do Recife foram analisados e interpretados, apurando o tipo de contribuição dado por elas ao desenvolvimento local, com inferência sobre a possibilidade do funcionamento desse tipo de empresa dar base a um programa de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Economia de Comunhão; Desenvolvimento; Economia; Solidariedade

AN APPROACH OF THE SHARING ECONOMY AS A STRATEGY FOR LOCAL DEVELOPMENT: THE CASE OF THE COMPANIES INSTALLED IN THE METROPOLITAN AREA OF RECIFE

ABSTRACT

The TCM "An approach of the Sharing Economy as a strategy for Local Development: the case of the companies installed in the Metropolitan Area of Recife" has the objective of investigating the possibility of the operation of the companies that follow the principles of the Sharing Economy to give base to a program of Local Development, thus offering new alternatives to public managers. The method that was used consisted in verifying the placement of the mentioned companies installed in Recife and its Metropolitan Area in the concerns of Local Development, emphasizing the contribution they offer. To accomplish the objective of the TCM, after making considerations, describing the Sharing Economy and the companies that follow its principles and defining the concept of Local Development, some analysis and interpretation of the data that was given by the S.E. companies localized in the Metropolitan Area of Recife were made, showing the kind of contribution given by them to the Local Development, with the intention of showing the possibilities of this kind of company to give base to a program of Local Development.

Word-key: Economy of Sharing; Development; Economy; Solidarity

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEC -	Associação Nacional por uma Economia de Comunhão
APDR -	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
BIRD -	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)
DC -	Desenvolvimento Comunitário
DL -	Desenvolvimento Local
DLIS -	Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável
DSI -	Doutrina Social da Igreja
EdC -	Economia de Comunhão
EUA -	Estados Unidos da América
FMI -	Fundo Monetário Internacional
MPPU -	Movimento Político pela Unidade
OIT -	Organização Internacional do Trabalho

- ONG - Organização Não Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PE - Pernambuco
- PNBE - Programa Nacional das Bases Empresariais
- RM - Região Metropolitana
- SP - São Paulo
- TCM - Trabalho de Conclusão de Mestrado
- UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
- URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Distribuição mundial das cidades-testemunhos do Movimento dos Focolares..... p. 39
- Figura 2** - A corrente da comunhão..... p. 86
- Figura 3** - Planta do Pólo Ginetta, em Igarassú, PE..... p.158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Presença mundial da EdC em 2005.....	p. 98
Gráfico 2 -	Número de empresas de EdC no Brasil no período 1992 – 2006.....	p.111
Gráfico 3 -	Presença das empresas da EdC nas diversas regiões do Brasil (2006).....	p.113
Gráfico 4 -	Contribuição proporcional das transferências regionais (2005).....	p.116

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Vista da Mariápolis Santa Maria, em Igarassú, Pernambuco.....	p. 37
Fotografia 2 -	Pólo Spartaco, em Cotia, SP.....	p.110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Diferença entre a economia liberal e a EdC.....	p. 67
Quadro 2 -	Famílias cadastradas para o benefício da EdC.....	p. 87
Quadro 3 -	Valores transferidos para pessoas pobres por região do Brasil e item de despesa no período agosto 2005 a junho 2006.....	p. 89
Quadro 4 -	Receita mundial destinada às pessoas em situação de pobreza.....	p. 90
Quadro 5 -	Expansão da EdC (1992-2006).....	p. 99
Quadro 6 -	Setor econômico de atuação das Empresas da EdC em 2005.....	p. 100
Quadro 7 -	Área de atuação das empresas da EdC no setor Comercial (2005).....	p. 100
Quadro 8 -	Área de atuação das empresas da EdC no setor Industrial (2005)	p. 101
Quadro 9 -	Área de atuação das empresas da EdC no setor de Serviços (2005).....	p. 102
Quadro 10	Setor econômico de atuação das Empresas da EdC em 2005.....	p. 102
Quadro 11	Área de atuação das empresas da EdC no setor Comercial (2006).....	p.103
Quadro 12	Área de atuação das empresas da EdC no setor Industrial (2006).....	p.103
Quadro 13	Área de atuação das empresas da EdC no setor de Serviços (2006).....	p.104
Quadro 14	Número de empresas de EdC no Brasil (período 1992 – 2006).....	p.108
Quadro 15	Estatística do número de empresas de EdC (período 1992 – 2006).....	p.112

Quadro 16	Lucros colocados em comunhão pelas empresas da EdC entre 1992 e 2005 (US\$).....	p.115
------------------	--	-------

SUMÁRIO

1. Introdução	17
2. Economia de Comunhão	31
2.1 Considerações Iniciais	31
2.2 O Movimento dos Focolares	34
2.3 Fundamentos da Cultura da partilha	41
2.4 Criação da Economia de Comunhão	48
2.5 Objetivo da Economia de Comunhão	52
2.6 Fundamentos éticos da Economia de Comunhão	56
2.7 A Economia de Comunhão e a dinâmica da economia	60
2.8 As empresas da Economia de Comunhão	69
2.9 Os Pólos Empresariais da Economia de Comunhão	78
2.10 A partilha dos lucros nas empresas da EdC	83
3. Expansão da Economia de Comunhão	94
3.1 Expansão mundial da Economia de Comunhão	94
3.2 Presença setorial da Economia de Comunhão	99
3.3 Expansão da Economia de Comunhão	104
3.4 A situação Geral da EdC no Brasil	107
4. A Economia de Comunhão e o desenvolvimento	117
4.1 Considerações iniciais	117
Características das empresas de EdC, capitalistas, solidárias	123
4.2 Notas sobre o desenvolvimento local	125
4.3 Aspectos gerais da contribuição da EdC ao desenvolvimento local	138
5. Análise do resultado da pesquisa de campo	148
5.1 Considerações iniciais	148
5.2 A situação geral da EdC em Pernambuco	149
5.3 Atuação local e preocupações com a preservação ambiental e com o bem estar coletivo	161
5.4 Conclusões	174
6. Considerações finais	178
7. Referência Bibliográfica	185
Anexo 1 - Documento do Movimento Econômico de Comunhão	199
Anexo 2 – Ficha de registro das empresas de EdC	202
Anexo 3 - Empresas coligadas que enviaram lucros (1992-2006)	203

1. Introdução

“o mundo de amanhã já começou...”
Igino Giordani

Em função da escassez de recursos e dos padrões que orientam a dinâmica social e econômica em vigor, tudo que entra no bolso de uma pessoa, quase que certamente, sai do bolso de uma outra. Assim, a despeito das constantes negativas dos plutocratas e plutocentristas, uns estão sempre enriquecendo ao custo do empobrecimento de outros, formando, no curto prazo, o jogo de soma zero¹ que serve de ambiente para a dinâmica da economia liberal. Atuando nesta plataforma, as escolas ortodoxas de ‘desenvolvimento’ concentram esforços no crescimento econômico, descurando aspectos sociais para priorizar a economia plutocêntrica, de caráter financeiro, na qual, conforme lembra Hewllet, “a produção de bens responde à demanda monetária, não a necessidades humanas”².

Neste caso, se incluem os programas de ‘desenvolvimento’ ortodoxos normalmente patrocinados e/ou sugeridos pelos organismos intergovernamentais aos chamados ‘países em desenvolvimento’. A aplicação destes programas, que têm o propósito imediato de promover o crescimento econômico (e, não de desconcentrar renda, eliminar desníveis sociais ou promover bem estar social), faz surgir prósperos núcleos de afluência em regiões caracterizadas pela presença de populações pobres.

¹ Ver NOVAK, Michael. O Espírito do Capitalismo Democrático. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982. p. 142 a 148.

² Ao concentrar preocupação no mercado, a economia plutocêntrica desconsidera as necessidades de todos aqueles que, por razões vinculadas ao baixo poder aquisitivo, permanecem à sua margem. HEWLLET, Sylvia Ann. Dilemas do Desenvolvimento: O Brasil do Século XX, Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 170.

Mesmo promovendo o surgimento de bolsões de riqueza, os programas ortodoxos de ‘desenvolvimento’ não são capazes de reduzir significativamente a pobreza real nos países e regiões pobres que os adotam, mantendo e, em alguns casos, agravando as condições econômicas e sociais de grande parte da população³. Esta situação agrava a intensidade dos desníveis sociais internos, estabelecendo sociedades dualistas nas quais se evidencia o contraste da riqueza com a pobreza⁴. Mesmo assim, por conta da imprecisão e má utilização de conceitos, países e regiões que vivem estas situações duais são apresentados como exemplos de ‘desenvolvimento’⁵.

³ Depois de informar que, no mundo, há quase um bilhão de analfabetos e mais de um bilhão de pessoas que não têm acesso à água potável, acrescentando que, das 4.4 bilhões de pessoas que vivem nos chamados países em desenvolvimento, 30% têm expectativa de vida inferior a 40 anos, cerca de 60% não têm acesso a condições básicas de saneamento, 30% não têm acesso à água limpa, 25% não têm moradia adequada e 20% não têm acesso a serviços médicos, o Banco Mundial (BIRD) aponta que, se não houver mudança nos rumos atuais da economia, em 2015, 1.9 bilhão de pessoas terão renda igual ou inferior a um dólar por dia. Mesmo o criticado relatório ‘Globalization, Growth, and Poverty: Building an Inclusive World Economy’, do BIRD, apontou que, em 1998, havia 1.2 bilhão de pessoas vivendo na pobreza. Não é a toa que, como lembra Denis Goulet, o Banco Mundial reconhece que o desenvolvimento equitativo não tem sido alcançado, pois a pobreza de massa subsiste e disparidades aumentam entre e dentro dos países. Banco Mundial. World Development Report 1995. Nova York. Oxford University Press, 1995. Tabelas I, 30, p. 162-163, 220-221. Apud GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. CAVALCANTI, Clovis (organizador) Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 72.

⁴ Não há unanimidade em relação à conveniência dos modelos ortodoxos de ‘desenvolvimento’ como instrumento de superação da pobreza. Vale lembrar que a insegurança conceitual em relação ao significado do termo ‘desenvolvimento’ tem gerado muitas desconfianças por parte de setores sinceramente preocupados com o bem estar social. Sem dúvida, o ‘desenvolvimento econômico’ é uma matéria que ainda engatinha num emaranhado de trilhas tortuosas que nem sempre levam ao desenvolvimento pleno ou bem estar social. E, nesse sentido, Beckerman alerta que “os economistas sempre souberam que o produto nacional não era uma boa medida de bem estar, no sentido mais amplo da palavra”. BECKERMAN, Wilfred. 1979. p. 57. Em artigo preparado para a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, da OIT, em outubro de 2002, Sachs chama atenção para que “os autodenominados pós-modernos propõem renunciar ao conceito [de desenvolvimento], alegando que o desenvolvimento tem funcionado como uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as majorias dominadas, dentro de cada país e entre os países”. SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamound, 2004. p. 26.

⁵ Num laivo de ceticismo, Wilkinson, da London School of Economics, chega a afirmar que “dentre os elementos de mudança que contribuem para o processo de crescimento econômico, poucos são os que podem ser chamados adequadamente de Crescimento”. WILKINSON, Richard G. Pobreza e Progresso. Rio de Janeiro: 1974. p. 15.

Nos programas ortodoxos atuam forças que têm, quase sempre, objetivos distintos e, às vezes, antagônicos ao bem estar social. Nos processos endógenos, por exemplo, as forças indutoras do crescimento econômico tendem a prestigiar seus próprios interesses, sendo freqüente a associação das elites locais com elites alienígenas para, conjuntamente, empreenderem ações mutuamente vantajosas⁶. As elites não costumam titubear em sacrificar o bem estar geral quando seus próprios interesses estão em jogo⁷, combatendo projetos e programas capazes de colocar em perigo a sua hegemonia política e econômica.

Muitos modelos ortodoxos de ‘desenvolvimento’ se baseiam no efeito multiplicador crescimento econômico⁸ e costumam desdenhar outras formulações, principalmente aquelas cujo princípio é a distribuição da renda e a elevação do consumo

⁶ Neste caso, esforços desenvolvimentistas, aparentemente isentos, professam, na verdade, os interesses das elites. Em princípio, a associação de grupos locais com grupos estrangeiros - seja através de joint-ventures, franchising ou qualquer outro sistema - costuma prestigiar valores alienígenas, subestimando a capacidade local de definir metas e objetivos. Esta situação, mesmo que muito vantajosa para as elites locais, não costuma elevar os padrões de vida do conjunto da sociedade local e costumam agravar, ainda mais, a tendência à imitação que se observa nas comunidades atrasadas.

⁷ Veja o significativo caso do apoio das classes rurais portuguesas ao Tratado de Methwen, em 1703, entre Portugal e Inglaterra, que abriu o mercado português aos manufaturados britânicos em troca da redução do imposto de importação dos vinhos lusitanos – sufocando a incipiente indústria do país, sepultando a possibilidade do seu desenvolvimento industrial e consolidando a sua dependência à coroa britânica – é um expressivo exemplo do egoísmo das elites. Sobre o egoísmo e irresponsabilidade da aristocracia rural portuguesa naquele episódio, Sideri, da Universidade de Haia, comenta que “não se devem... subestimar as poderosas forças... identificadas com os objetivos do Tratado de Methwen. Uma das principais era, sem dúvida, a aristocracia, francamente interessada na expansão do comércio vinícola...” (SIDERI, Sandro. Comércio e Poder. Lisboa: Cosmos, 1970. p. 66). Esse episódio mostra que o interesse privado muitas vezes é mobilizado para direcionar ou, mesmo, obstaculizar um processo de desenvolvimento que possa ameaçar posições consideradas sacrossantas pelas elites. Goulet cita que Gandhi afirmava que em qualquer vilarejo indiano existem bens em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades de todos, mas que, os bens existentes em toda a Índia não eram suficientes para satisfazer a ganância de cada um. GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. CAVALCANTI, Clovis (organizador) Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 74.

⁸ Ao falar de Igreja e Desenvolvimento na encíclica *Populorum Progressio*, que trata sobre o desenvolvimento dos povos, em 1967, o papa VI comenta que “qualquer crescimento é ambivalente” e lembra que “a busca exclusiva do ter, forma então um obstáculo ao crescimento do ser e opõe-se à sua verdadeira grandeza: tanto para as nações como para as pessoas, a avaréza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral”. PAULO VI. *Populorum Progressio*. Roma: 1967. item 19. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html>. Acesso em: 25 dez. 2006, 10:30.

interno. Os plutocentristas reservam às camadas mais pobres um papel importantíssimo no financiamento dos programas de ‘desenvolvimento’ e, de forma inversa, um papel secundário no desfrute dos benefícios decorrentes⁹.

Escudados numa formulação segundo a qual a distribuição da renda é uma conseqüência inevitável do crescimento econômico¹⁰, os mentores dos modelos ortodoxos de ‘desenvolvimento’ se preocupam prioritariamente com o crescimento econômico, dirigindo o esforço ‘desenvolvimentista’ [por mais que diga em contrário] para o fortalecimento econômico das classes abastadas e criando aquilo que Celso Furtado chama de ‘mito do desenvolvimento’¹¹. Por isso, comentando sobre os dilemas do desenvolvimento, Hewlett enfatiza que “ao contrário das expectativas gerais, não está claro, em absoluto, que a política social e econômica adotada pela maioria das nações avançadas, nos anos que se seguiram a II Guerra Mundial, tenha resultado em maior igualdade de renda”¹². Alguns, como Araújo, chegam a dizer que, nos

⁹ Os programas ortodoxos de ‘desenvolvimento’ costumam ser custeados pelas camadas populares, as quais, diga-se de passagem, são as últimas a usufruir seus efeitos. A contribuição dos pobres ao fortalecimento do poder das elites é tripla. 1) oferece a ‘desculpa política’ tão conveniente aos sacrifícios exigidos pelos programas ortodoxos de desenvolvimento econômico (a erradicação da pobreza e da miséria, segundo o professor Baldwin, “vem motivando inúmeros programas internacionais, mobilizando fabulosas somas... [e] isso não se deveu a qualquer descoberta repentina do âmbito da pobreza no mundo, mas, ao invés disso, à mudança nas atitudes sociais para com a sua existência”. BALDWIN, Robert E. *Desenvolvimento e Crescimento Econômico*. São Paulo: Pioneira, 1979. p. 01); 2) financiam, involuntária e compulsoriamente, os recursos necessários à sua implementação e, finalmente, 3) abrem mão do desfrute prioritário de seus frutos justamente para aqueles que já são suficientemente ricos. O professor Jung Mo Sung, evocando o relatório *The Limits to Growth*, preparado pelo M.I.T. para o chamado Clube de Roma, afirma que, “tendo em vista o volume limitado das reservas naturais do planeta, se os pobres elevarem seus padrões de consumo a boa vida dos ricos ficará comprometida, denuncia a falsidade do conteúdo desse mito do desenvolvimento”. SUNG, Jung Mo. *Teologia & Economia*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 36.

¹⁰ Esta teoria afirma que, no curso de um ‘efeito cascata’, os benefícios do crescimento econômico ‘transbordam’ das classes inicialmente beneficiadas e, automaticamente, atingem toda a população. A teoria do ‘efeito cascata’ substituiu a teoria dos ‘dois tempos’, segundo o qual a ‘distribuição das riquezas’ é uma fase que sucede o ‘crescimento’ (primeiro cresce para depois fazer a divisão do bolo).

¹¹ Celso Furtado chama esse biombo moral de ‘mito do desenvolvimento’, considerando-o um “elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial”. FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 81.

¹² HEWLETT, Sylvia Ann. *Dilemas do Desenvolvimento - O Brasil do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 25.

modelos baseados na economia de livre mercado, há “alguma coisa de insuficiente, de ineficaz, de degradante, de desumano”¹³.

Mas a pobreza e, sobretudo, a miséria agridem a dignidade da Pessoa Humana¹⁴, inclusive impedindo a realização de direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. É evidente que há a necessidade do esforço econômico oferecer contribuição efetiva para erradicar a miséria e reduzir a pobreza a patamares aceitáveis pela consciência universal. Inclusive, como diz Araújo, “é impensável que os povos agüentem ainda por muito tempo a impossibilidade de se aproximarem do banquete da vida”¹⁵.

Como bem disse Ignacy Sachs ao comentar o colapso da Argentina – país que, tendo aplicado integralmente os modelos de desenvolvimento preconizados pelos principais organismos intergovernamentais Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, mergulhou num processo de desdesenvolvimento¹⁶ experimentando **o caso mais extremo de pobreza na abundância** (grifo nosso) –, “devemos repen-

¹³ Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 10.

¹⁴ “A pobreza é injusta com o homem, que merece gozar dos meios abundantes na natureza ou que possam ser produzidos pela força de trabalho em função do desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade. A presença da economia no topo das preocupações do homem, por uma necessidade de sobrevivência, é uma situação indesejável. Mas, já que a essa posição foi guinada, deve ser dirigida para a redução dos desníveis econômicos entre os diversos agrupamentos comunitários...” SANTOS, Alexandre. Teoria do Valor. Recife: Fundarpe, 1998. p. 26 e 27.

¹⁵ Sobre o assunto, Vera Araújo afirma que “talvez a corda esteja prestes a romper-se (...) O sistema econômico assim como existe, caminha para uma explosão”. Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 9.

¹⁶ O termo 'desdesenvolvimento' obtido pela aplicação do prefixo 'des' à palavra 'desenvolvimento' significa, no dizer do antropólogo Clifford Geertz, fundador da Antropologia Hermenêutica ou Interpretativa que floresceu a partir dos anos 60, 'involução'.

sar o desenvolvimento”¹⁷. Repensar o desenvolvimento significa, entre outras coisas, buscar sistemas eficazes e capazes de distribuir renda e promover bem estar social. O termo ‘desenvolvimento’ precisa significar ‘caminhada em direção ao bem estar social’ e, não uma corruptela de ‘crescimento econômico’¹⁸. Em outras palavras: o ‘desenvolvimento’ não pode se limitar ao ‘crescimento econômico’, pois, como afirma Sachs, “o crescimento, mesmo acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades”¹⁹. De sua parte, Sen alertou para a necessidade do desenvolvimento econômico contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para Sen, que associa o desenvolvimento à conquista das liberdades substantivas pelo indivíduo, a questão fundamental é a lacuna entre “uma concentração exclusiva na riqueza econômica e um enfoque mais amplo sobre a vida que podemos levar”²⁰

Não são muitos aqueles que acreditam sinceramente que os modelos liberais em voga sejam capazes de promover bem estar social. Diante do agravamento da iniquidade social, revelada, sobretudo, através de fenômenos sociais como a intensificação da violência famélica e política e dos movimentos migratórios rumo aos eldorado que contrastam os infernos de miséria, voltam a espocar idéias e experiências

¹⁷ SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamound, 2004. p. 10.

¹⁸ A Agenda Social do Pontifício Conselho 'Justiça e Paz da Igreja Católica afirma que “o subdesenvolvimento dos nossos dias não é apenas econômico; mas é também cultural, político e simplesmente humano, como já há vinte anos evidenciava a Encíclica Populorum Progressio. De modo que, chegados a este ponto, é forçoso perguntar se a realidade tão triste de hoje não será, pelo menos em parte, o resultado de uma concepção demasiado limitada, ou seja, predominantemente econômica do desenvolvimento. (Sollicitudo Rei Socialis, n. 15). Pontifício Conselho 'Justiça e Paz'. Agenda Social Coleção de Textos Magisteriais. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2000. item 162. Disponível em: <<http://www.thesocialagenda.org/portugues/index.html>>. Acesso em: 25 dez. 2006, 08:05.

¹⁹ SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamound, 2004. p. 14.

²⁰ SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia da Letras, 2.000. p. 28.

que se propõem a mudar os rumos da economia. A desesperança e a decepção com as políticas neoliberais criaram um ambiente fértil para o retorno de antigas idéias e surgimento de novas propostas econômicas e políticas. Com efeito, como afirma Leite, “contrariamente aos apologistas do ‘fim da história’, a sociedade civil se organiza e se manifesta, buscando novas formas de participação na vida econômica, política e social”²¹. Assim, no vasto campo das novidades e ressurreições, aparecem novas idéias, especialmente no âmbito da Economia Solidária (ou Solidarista), como a revolucionária Economia de Comunhão (EdC), que surgiu no seio do Movimento dos Focolares²².

A Economia de Comunhão, experiência recente surgida em 1991, vem intrigando meios econômicos e acadêmicos porque pela própria forma de organização, além de distribuir renda, impulsiona um modo diferente do agir econômico, provocando uma revolução sócio-cultural de grande alcance. Neste ponto, ao introduzir a reciprocidade não-instrumental, a equidade, a dádiva²³ e a cooperação nas relações de mercado²⁴, a Economia de Comunhão emerge como um dos caminhos para qual

²¹ LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 17.

²² A EdC “posiciona-se ao lado das numerosas iniciativas, individuais e coletivas, que procuraram e procuram ‘humanizar a economia’”. LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 18. Para Leite, embora apresentando elementos de originalidade ligados a novidade e a personalidade da espiritualidade da unidade, a experiência da Economia de Comunhão é, de fato, “parte de um movimento mais vasto que podemos chamar de Economia Solidária”. LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 128.

²³ Dádiva é toda prestação de bens ou serviços efetuados sem garantia de restituição, a fim de criar, alimentar ou recriar um vínculo social entre as pessoas. GODBOUT, Jacques T. Introdução à Dádiva. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 21, 1997, Caxambu. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. p. 6.

²⁴ BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 23.

o desenvolvimento pode ser reorientado²⁵. Com efeito, alinhando-se com a tradição da chamada Economia Civil²⁶ e sem rejeitar o lucro e a troca instrumental, a Economia de Comunhão introduz a comunhão na dinâmica da economia, contribuindo para “estimular uma nova mentalidade, um novo estilo de vida no campo socioeconômico”²⁷ e, com isso, possibilitar que a dinâmica econômica concorra para a realização do bem estar comum.

Do ponto de vista meramente econômico, com a renda aumentada pelos mecanismos de distribuição próprios da Economia de Comunhão, os pobres beneficiados têm a curva orçamentária alargada, o que lhes possibilita, através dos recursos usados para na aquisição de bens, irrigar a economia e, conseqüentemente, contribuir para a instalação de um ciclo virtuoso de crescimento²⁸ embalado pelo efeito multiplicador decorrente do incremento da propensão marginal a consumir²⁹. Além

²⁵ Serafim aponta que, na visão da Economia de Comunhão, "o elemento que permite o desenvolvimento da economia é o relacionamento entre as pessoas" e acrescenta que "a atividade econômica é vista, não como território do interesse próprio, mas como espaço onde as pessoas colocam os próprios talentos e bens num jogo de reciprocidade". SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 76. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

²⁶ Tradição que, aprofundando raízes do pensamento clássico de Aristóteles, dos Padres da Igreja, do pensamento medieval cristão, da Escolástica Cristã e Islâmica, do humanismo renascentista e do humanismo civil italiano, especialmente da escola napolitana de Antonio Genovesi do século XVIII, afirma que outros princípios que não o lucro e a troca instrumental podem, querendo, encontrar espaço dentro da atividade econômica. Ver BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 20. Bruni também lembra que, no contexto da 'Economia Civil', a economia não é a ciência da riqueza, mas da felicidade pública e acrescenta que o adjetivo 'pública' ressalta que, naquela visão de mundo, a felicidade ou é pública ou não existe, pois, como dizia Genovesi, ainda em 1765, “não se pode ser feliz sozinho”. Ver BRUNI, Luigino. Para uma teoria econômica de comunhão: “coisas antigas e coisas novas”. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 48.

²⁷ LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: história e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 16.

²⁸ Uma vez livre da condição de pobreza, a pessoa ganha a possibilidade de cultivar alguma propensão à poupança e, dessa forma, satisfazer aqueles que associam os programas de ‘desenvolvimento’ à existência de poupança.

²⁹ Ver KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982. Tradução de Mário R. da Cruz. p. 100 a 112.

disso, através do consumo dos bens que lhe interessa, a população pobre ganha condições de orientar o sentido do crescimento econômico que lhe convém.

Este Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM), que tem como objeto de estudo as empresas da Economia de Comunhão sediadas na Região Metropolitana do Recife, pretende investigar a possibilidade de fundamentar um programa de Desenvolvimento Local com base no funcionamento das empresas da Economia de Comunhão e, com isso, abrir novos horizontes para a gestão pública, especialmente através de programas e projetos consorciados que envolvam a iniciativa privada e a comunidade em modelos alternativos e/ou complementares aos modelos econômicos ortodoxos.

Após conceituar a Economia de Comunhão, descrevendo o funcionamento das empresas da EdC, o TCM intitulado 'Uma abordagem da Economia de Comunhão como estratégia para o desenvolvimento local: O caso das empresas instaladas na Região Metropolitana do Recife' investiga a situação das empresas organizadas segundo os princípios da Economia de Comunhão na Região Metropolitana do Recife e procura responder se os resultados alcançados podem embasar um programa de desenvolvimento local.

Para atingir os objetivos a que se propôs, a partir de extensa pesquisa documental e bibliográfica sobre a história, concepção original e evolução, o TCM apresenta os conceitos de Economia de Comunhão e Desenvolvimento Local. Na sequência, com base em pesquisa de campo que envolveu entrevistas a dirigentes, empresários, funcionários e clientes de empresas da EdC instaladas na região metropolitana do Recife, e, ainda, a dirigentes públicos, o TCM aponta a compatibilidade e o tipo de contribuição que o funcionamento destas empresas oferecem ao desenvolvimento local. Finalmente, após confirmar a possibilidade de empresas da

EdC constituírem elementos importantes de um programa de Desenvolvimento Local, abrindo o leque de alternativas para a formulação de novas estratégias de gestão para o desenvolvimento local, o TCM apresenta considerações gerais e recomendações sobre o aproveitamento de empresas da Economia de Comunhão em esforços que visem o desenvolvimento local de uma região.

Considerando o critério proposto por Vergara quanto aos fins³⁰, no âmbito deste TCM a pesquisa foi dos tipos exploratório³¹, descritivo³² e explicativo³³.

Embora alvo de muitos estudos, a Economia de Comunhão ainda é um campo relativamente desconhecido, com pouco conhecimento acumulado e sistematizado e, por isso, em parte, a pesquisa do TCM foi de natureza exploratória com o objetivo de sistematizar o conhecimento e definir os termos da EdC. Por outro lado, a pesquisa também foi de natureza descritiva, pois, para possibilitar a ambiência necessária para atingir seus objetivos, o TCM precisou apontar as características da Economia de Comunhão. A pesquisa descritiva realizada, principalmente, junto ao Centro de Estudo e Documentação Filadélfia do Movimento dos Focolares e à Secretaria Internacional da Economia de Comunhão descreveu as principais experiências da EdC já vividas no Brasil e no exterior. Com o objetivo de apurar fatores que contribuem para a existência e funcionamento da Economia de Comunhão, a pesquisa também foi de natureza explicativa. Realizada junto a dirigentes e empresários da EdC, a pesquisa explicativa verificou fatores que, de alguma forma, explicam a livre adesão de empresários que deixaram de atuar na economia tradicional para abraçar os princípios da Economia de Comunhão.

Quanto aos meios, considerado o critério proposto por Vergara³⁴, foram realizadas pesquisas de campo³⁵ e dos tipos documental³⁶ e bibliográfico³⁷.

³⁰ VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. pp. 46 a 49.

³¹ A Pesquisa Exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Id. p. 47.

³² A Pesquisa Descritiva expõe características de determinado fenômeno. Id. p. 47.

³³ A Pesquisa Explicativa é aquela que tem o objetivo de apurar os fatores que contribuem para a ocorrência de um determinado fenômeno. Id. p. 47.

A pesquisa de campo teve o objetivo de fazer a investigação empírica das características da Economia de Comunhão a partir da observação de empresas integrantes do Projeto. De fato, o estudo da Economia de Comunhão foi completado através de pesquisa de campo junto a empresas que integram o Projeto da EdC, o que permitiu a verificação de fatores que contribuem, de alguma forma, para a livre adesão de empresários aos princípios da Economia de Comunhão. As pesquisas de campo possibilitaram a apresentação da experiência desenvolvida na região metropolitana do Recife com detalhes que indicam a compatibilidade da EdC com os esforços que visam o Desenvolvimento Local.

A pesquisa também foi de natureza Documental, pois, em grande parte, se serviu de dados catalogados e consolidados em documentos existentes e mantidos sob a guarda de órgãos ou de pessoas ligadas ao Movimento dos Focolares. Os aspectos gerais da Economia de Comunhão foram colhidos basicamente através de pesquisa documental realizada em documentos do Centro de Estudo e Documentação Filadélfia do Movimento dos Focolares, na Mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista, em São Paulo, e da Secretaria Internacional da Economia de Comunhão, em Roma, na Itália, e, ainda, junto a personalidades vinculadas ao Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão.

A pesquisa também foi Bibliográfica, pois, sempre que necessário e possível, se serviu de estudos publicados em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas. Os aspectos gerais da Economia de Comunhão (EdC), a começar pelos argumentos não econômicos que embasam o conceito, foram colhidos através de pesquisa bibliográfica na literatura sobre o tema, inclusive nas várias teses de mestrado e doutorado que abordam o assunto.

³⁴ VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. pp. 46 a 49.

³⁵ Pesquisa de Campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorre o fenômeno ou, ainda, que dispõe de elementos para explicá-lo. Id. p. 47.

³⁶ Pesquisa Documental é a pesquisa realizada a partir de documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de quaisquer naturezas ou com pessoas. Id. p. 48.

³⁷ Pesquisa Bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Id. p. 48.

Para aumentar a pertinência das pesquisas necessárias à sistematização do conhecimento sobre o conceito da Economia de Comunhão e caracterização das empresas integrantes do Projeto, apurando objetivos e *modus operandi*, o universo das pesquisas Exploratórias e Descritivas foi estendido a todos os ambientes e ambiências atingidos pela EdC.

No que se refere à pesquisa de campo, o universo foi restrito à amostra não probabilística selecionada com base na acessibilidade, atingindo o conjunto das empresas aderentes ao projeto da EdC situadas no Recife e sua Região Metropolitana, incluindo o incipiente Pólo Ginneta, em Igarassú. O universo pesquisado foi definido com base na identidade das empresas com o modelo da EdC e acessibilidade. Aliás, a Região Metropolitana do Recife foi escolhida como área de concentração da pesquisa de campo porque o significativo número de empresas da EdC presente na região varre largo espectro da economia, compondo uma amostra expressiva e representativa, o que permitiu a realização dos estudos necessários aos propósitos do TCM.

No âmbito local da Economia de Comunhão, os sujeitos da pesquisa³⁸ foram mentores, dirigentes, empresários, empregados, clientes e outros stakeholders das empresas da EdC localizadas em Recife e região metropolitana e, ainda, outras pessoas envolvidas com a realização da Economia de Comunhão. De sua parte, os sujeitos da pesquisa documental foram mentores, dirigentes e pessoas vinculadas ao Centro de Estudo e Documentação Filadélfia e à Secretaria Internacional da Economia de Comunhão. A pesquisa de campo colheu dados junto aos principais stakeholders das empresas da amostra selecionada – Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec), Jad Informática, Lopes Associados Ltda. (Topus 3), Panificadora Campo Fértil Ltda., Pólo Empresarial EDC do Nordeste S.A. (Pólo Ginetta), Portal Tecnologia Ltda., Sibrasa Sociedade Comercial Sobral Ltda. e Supercross Peças e Acessórios Ltda –, ouvindo empresários, empregados e clientes. No âmbito do Setor Público, os sujeitos da pesquisa de campo foram autoridades vinculadas a órgãos responsáveis pelo desenvolvimento econômico no âmbito da Prefeitura da Cidade do Recife.

³⁸ Sujeitos da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados para o estudo desejado. VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 53.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o conceito, objetivos e dinâmica da Economia de Comunhão e, ainda, modus operandi das empresas da EdC, além de pesquisa documental e bibliográfica, foram aplicadas entrevistas e questionários a mentores, dirigentes, empresários, empregados, clientes, autoridades públicas e pessoas vinculadas ao Projeto. Em relação às entrevistas e questionários, as principais preocupações da pesquisa foram a evolução da EdC, motivação dos participantes, dinâmica das empresas e os resultados alcançados.

No âmbito geral da EdC, através de entrevistas e questionários a dirigentes e pessoal autorizado do Centro de Estudo e Documentação Filadélfia do Movimento dos Focolares e Secretaria Internacional da Economia de Comunhão foram apurados dados referentes à evolução mundial do Projeto, incluindo progressão do número de empresas da EdC nos diversos continentes, volume de recursos movimentado pelas empresas da EdC; número de pessoas beneficiadas e valores transferidos aos necessitados. No âmbito local, as entrevistas visaram, especialmente, apurar a motivação dos empresários e a preocupação social e ambiental cultivada pelas empresas. Para isto, além da realização de entrevistas, foram aplicados questionários a empresários, funcionários e clientes das empresas da Economia de Comunhão na Região Metropolitana do Recife. Junto aos empresários, a pesquisa apurou motivação, preocupações sociais e ambientais, receita transferida aos organismos da EdC, etc; junto aos empregados, levantou o nível de satisfação, percepção sobre vantagens advindas do emprego na empresa da EdC; e, junto aos clientes, a pesquisa apurou o nível de satisfação e o tipo de relacionamento desenvolvido no curso dos negócios. No âmbito do Setor Público, a pesquisa apurou o nível de conhecimento das autoridades municipais sobre a Economia de Comunhão e, ainda, sobre como o funcionamento de empresas da EdC poderia contribuir para o sucesso de esforços para a promoção do desenvolvimento local. Neste quesito, foram aplicadas entrevistas e questionários a dirigentes de órgãos encarregados pela política municipal de desenvolvimento econômico.

Os dados colhidos nas pesquisas documental e bibliográfica foram analisados e sistematizados de modo a permitir a verificação do enquadramento conceitual da Economia de Comunhão no conceito de Desenvolvimento Local. Na seqüência, a

partir dos dados levantados na pesquisa de campo, foi verificado se o funcionamento de empresas da Economia de Comunhão pode embasar um programa de desenvolvimento local, funcionando como instrumento alternativo e/ou complementar aos modelos adotados e, com isso, abrir a possibilidade de formulação de novas estratégias de gestão para o desenvolvimento local.

Este TCM está organizado em seis capítulos.

Após introduzir o assunto comentando sobre a ineficiência dos modelos ortodoxos de desenvolvimento como instrumentos de superação da miséria e ministrar superficialmente o conceito de Economia de Comunhão, a EdC é apresentada em capítulo específico que inclui tópicos dedicados exclusivamente ao Movimento dos Focolares, fundamentos da cultura da partilha, criação, objetivo e fundamentos éticos da Economia de Comunhão, a relação entre a Economia de Comunhão e a dinâmica da economia, as empresas da Economia de Comunhão, os Pólos Empresariais da Economia de Comunhão e a partilha dos lucros nas empresas da EdC.

Na seqüência, um capítulo trata da expansão da Economia de Comunhão, abordando a expansão mundial da Economia de Comunhão, a presença setorial da Economia de Comunhão, a expansão e a situação geral da EdC no Brasil. Em seguida, um capítulo trata da contribuição da EdC ao desenvolvimento, apresentado notas sobre o desenvolvimento local e aspectos gerais da contribuição da EdC ao desenvolvimento local. É feita, então, a análise da pesquisa realizada na empresas da EdC localizadas na Região Metropolitana do Recife, expondo a situação geral da EdC em Pernambuco e o tipo de contribuição que o funcionamento das empresas oferecem ao Desenvolvimento Local.

Finalmente, a guisa de considerações finais, o TCM faz comentários gerais sobre o tipo de contribuição que a Economia de Comunhão pode oferecer ao Desenvolvimento Local e apresenta algumas sugestões sobre como incorporá-la a programas oficiais de estímulo ao Desenvolvimento Local.

“Quando os ricos gastam para os seus fins pessoais o supérfluo que seria necessário para a subsistência dos pobres, [eles] cometem furto contra estes”

São Tomás de Aquino

2. Economia de Comunhão

2.1 Considerações Iniciais

A Economia de Comunhão (EdC) é uma modalidade específica da economia solidária que se desenvolve desde 1991 no âmbito do Movimento dos Focolares – movimento criado em Trento, na Itália, em 1943, por Chiara Lubich³⁹, que congrega uma comunidade habituada a praticar a comunhão dos bens e a promover obras sociais –, posicionando-se ao lado das iniciativas que procuram humanizar a dinâmica econômica que marca os dias correntes⁴⁰, dando, nesta perspectiva, grande exemplo àquilo que se convencionou chamar de Responsabilidade Social⁴¹.

A Economia de Comunhão, inspirada na descrição feita no Ato dos Apóstolos das primeiras comunidades cristãs⁴², se baseia na ‘cultura da partilha’ e envolve uma concepção específica da Pessoa Humana, tendo como veículo empresas que ado-

³⁹ Chiara Lubich, nascida Silvia Chiara em Trento, Itália, em 1920, é fundadora do Movimento dos Focolares e da Economia de Comunhão. Ver LEITÃO, Izabel. Uma vida dedicada à união dos povos. Disponível em: <www.usp.br/jorusp/arquivo/1998/jusp430/manchet/rep_res/rep_int/cultura3.html>. Acesso em: 26 dez. 2006, 22:29.

⁴⁰ Ver LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 17.

⁴¹ Define-se Responsabilidade Social como todo e qualquer ato das organizações que vai além do que a lei exige e que possa contribuir positivamente e de maneira ampla para a melhoria e qualidade de vida da sociedade em que a mesma atua. Para Augusto Franco, a responsabilidade social é uma responsabilidade política com o desenvolvimento social e que tanto governos, quanto empresas e organizações do terceiro setor são igualmente sujeitos da responsabilidade social. Revista www.ResponsabilidadeSocial.com. Edição 42. Ano 4. 19 jul. 2007. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=129>, acesso em 02 nov. 2007, 10:34.

CAVALCANTI, Guilherme A. MELO, Miguel O. RIBEIRO, Andresa. Ética e Responsabilidade Social na Gestão das Empresas: Considerações sobre a Economia de Comunhão. In ENEGEPE, 26, Fortaleza, 2006.

⁴² “Tinham tudo em comum [...] e não havia necessitado algum entre eles”. At 4,32-45. Ver LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 13.

tam e praticam os princípios do Movimento dos Focolares, incluindo aí, uma forma revolucionária de repartição do lucro, que é colocado ‘em comunhão’. Na Economia de Comunhão (EdC), as empresas dividem os lucros em três partes que são distribuídas com as finalidades de desenvolver a empresa; ajudar necessitados (com prioridade para as pessoas pobres vinculadas ao Movimento dos Focolares), suprimindo suas necessidades básicas; e difundir a cultura da partilha, formando Homens Novos (sujeitos e agentes da cultura da partilha).

Como toda formulação econômica, a Economia de Comunhão reflete um modo de ver o mundo, projetando a ‘cultura da partilha’ típica do Movimento dos Focolares. Sobre este aspecto, Serafim destaca que, tendo a Doutrina Social da Igreja [Católica] como padrão de referência na ordem sócio-econômico-político, o Movimento dos Focolares impregnou a Economia de Comunhão com seus princípios, valores e visão de mundo, compondo um paradigma específico para a atuação econômica⁴³.

Os focolarinos afirmam que a Economia de Comunhão não é fruto de uma teoria econômica e, sim “uma etapa da vida do Movimento dos Focolares”⁴⁴. Neste sentido, embora seja responsável por significativa distribuição de renda, a Economia de Comunhão não promove filantropia⁴⁵, como se fosse uma ‘bolsa-escola’ ou outros

⁴³ SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 67. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

⁴⁴ SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 56. Chiara Lubich afirma que “as empresas da EdC sentem-se parte integrante de uma realidade mais ampla, perfeitamente integrada a cultura da partilha. Ver LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 27 e 28.

⁴⁵ Para Chiara Lubich, “aqueles que se encontram em dificuldades econômicas, destinatários de uma parte dos lucros, não são considerados ‘assistidos’ nem ‘beneficiários’ da empresa. São membros essenciais ativos do projeto, dentro do qual dão aos outros as próprias necessidades”. Ver LUBICH, Chiara. A experiência Eco-

programas de transferência de renda para famílias em situação de risco, e, sim, ‘partilha’ na qual “cada um dá e recebe com igual dignidade”⁴⁶. Sobre este tema, vale destacar que, respondendo pesquisa no âmbito da tese de doutorado da professora Lorna Gold, empresários de 24 empresas da EdC no Brasil e no Centro do Movimento dos Focolares, em Roma, afirmaram que a Economia de Comunhão os impulsionou a ver as ‘pessoas como pessoas’ e não como fatores de produção⁴⁷.

Um ponto notável da Economia de Comunhão é sua compatibilidade com a economia de mercado, pois o funcionamento das empresas da EdC não requer nenhum tipo de alteração política ou econômica no ambiente em que atuam⁴⁸. Mesmo assim, embora não se insurja contra a dinâmica econômica tradicional, a Economia de Comunhão não faz concessões e usa métodos próprios, o que, por si só, contraria a lógica individualista que caracteriza a economia de mercado. Ainda que atuem na mesma ambiência política e econômica, diferenças marcantes distinguem as empresas da Economia de Comunhão e as empresas tradicionais da economia liberal.

nomia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. BRUNI, Luigino (org.) Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 14. Leite afirma que “não se instaura nesse processo uma política assistencialista, mas impulsiona o indivíduo a se tornar sujeito da própria história”. LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 293.

⁴⁶ LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 34. Em carta dirigida ao Movimento dos Focolares em 02 de março de 1958, Chiara Lubich afirmou que “quem nos confia as próprias necessidades a fim de ser ajudado, também está dando algo”. Para Tommaso Sorgi, “oferecer as próprias necessidades, de maneira digna e fraterna, é uma contribuição efetiva que estimula a solidariedade”. SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 35.

⁴⁷ GOLD, Lorna. Abrindo espaço para uma nova visão econômica: redes locais-globais de comunhão. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.90.

⁴⁸ Se referindo a Economia Civil, Bruni afirma que “princípios outros, que não o lucro e a troca instrumental, podem – querendo – encontrar espaço dentro da atividade econômica”. Ver BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 20.

Vale destacar que, independentemente do conhecimento que se tenha sobre a intervenção concreta das empresas da EdC na dinâmica da economia tradicional, a compreensão do projeto Economia de Comunhão requer, como ponto essencial, a consciência de que, para seus adeptos, a Economia de Comunhão reflete a projeção terrena de um compromisso maior, que transcende a expressão material da vida.

No dizer de Chiara Lubich, a Economia de Comunhão foi prevista e inspirada pelo Céu e concebida e configurada “por nós aqui na Terra”⁴⁹.

2.2 O Movimento dos Focolares

A compreensão da Economia de Comunhão depende da exata percepção da natureza do espírito de solidariedade e comunhão que motiva empresários a adotar comportamento diverso do egoísmo instrumental que grassa a economia tradicional, exigindo conhecimento do Movimento dos Focolares⁵⁰, que a originou e que tem como característica, no dizer de Calliari, “um estilo de vida de matriz cristã, da qual deriva a espiritualidade da unidade”⁵¹.

O Movimento dos Focolares é um movimento católico ecumênico que se empenha em promover a vida segundo os preceitos cristãos e em contribuir para o estabelecimento de uma ordem mundial ajustada aos ideais de fraternidade e comunhão. Foi criado durante a II Guerra Mundial, em 07 de dezembro de 1943, nas ruínas

⁴⁹ LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 38.

⁵⁰ Bruni afirma que “uma realidade como a EdC não pode ser compreendida na sua complexidade apenas com os instrumentos da ciência econômica...”. BRUNI, Luigino (organizador). Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 10.

⁵¹ CALLIARI, Ginetta. O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões sobre a origem. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 19.

nas de Trento, no norte da Itália, por Chiara Lubich, que o preside desde então. Naquela época, inspirada nos ensinamentos do Evangelho, Chiara Lubich e um grupo de amigas recolhiam víveres e medicamentos junto à população da cidade dizimada para distribuir aos mais necessitados, dando largada ao sistema que caracteriza o movimento – a unidade de pessoas que, livremente, entregam seus bens à comunhão. E, assim, surgiu o Movimento dos Focolares, que tem o objetivo de encaminhar solução de problemas que afligem as pessoas, através da vida comunitária fraterna e da comunhão de bens.

Embora tenha substancial vida social e econômica, o Movimento dos Focolares é um movimento eclesial reconhecido pelo Vaticano como 'Obra de Maria', tendo sido classificado pelo papa João Paulo II, na vigília de Pentecostes em 1998, como "expressão significativa do aspecto carismático da Igreja"⁵². No dizer da fundadora Chiara Lubich, o Movimento dos Focolares é "um povo", expressão do grande povo de Deus, que caminha edificando a civilização do amor, com o objetivo de contribuir para a fraternidade universal, tendo por meta um mundo mais unido".

Em discurso proferido por ocasião da outorga do título de Doutor Honoris Causa em Economia e Comércio pela Universidade Católica do Sagrado Coração, em Piacenza, na Itália, em 29 de janeiro de 1999⁵³, Chiara Lubich reafirmou o caráter sublime do Movimento dos Focolares citando algumas fórmulas do sucesso da sua

⁵² LUBICH, Chiara. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.8.

⁵³ Id. p. 8 a 18.

empreitada: “Pedi e obtereis...” (Mt 7,7; Lc 11,9) e “Dai e vos será dado” (Lc 6,38)⁵⁴ e, se referindo ao início do movimento, afirmou que

“quem deparava com esta nova realidade eclesial que estava nascendo não encontrava antes de tudo um Movimento, tampouco uma comunidade. Quem a encontrava — é uma afirmação ousada, mas verdadeira — deparava com Jesus vivo entre nós, fiel às suas promessas”.

Nos momentos iniciais do Movimento dos Focolares, o objetivo da primeira comunidade foi resolver os problemas sociais de Trento, principalmente no socorro às vítimas da II Grande Guerra. Encerrada a guerra, o Movimento dos Focolares experimentou rápida expansão, inicialmente na Itália e, a partir 1956, pela Europa. Com o passar do tempo, o movimento cresceu, se expandindo pelos cinco continentes através de robusta obra social e, como veremos mais detalhadamente adiante, também através da Economia de Comunhão. Hoje, com sede central em Rocca di Papa, em Roma, na Itália, o Movimento dos Focolares está presente em 182 países, com 120 mil membros e 3,2 milhões de aderentes e simpatizantes⁵⁵. O Movimento dos Focolares está presente no Brasil e conta, atualmente, com 17 mil membros, 300 mil aderentes e simpatizantes, e, ainda, gerencia 120 obras sociais.

O Movimento dos Focolares chegou ao Brasil em 1958 e, já no ano seguinte, abriu dois centros de formação em Recife, se espalhando rapidamente por todo o

⁵⁴ Referindo-se aos tempos iniciais do Movimento dos Focolares, em Trento, em plena II Guerra Mundial, Chiara Lubich relata que “Dávamos o que possuíamos, e tudo voltava multiplicado. Um dia tínhamos em casa algumas maçãs. Demo-las aos pobres e, na mesma manhã, chegou um saquinho de maçãs. Demos também essas maçãs aos pobres, e recebemos uma sacola cheia... O mesmo acontecia com as outras coisas: dávamos e nos era dado”. LUBICH, Chiara. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 10.

⁵⁵ Dados disponíveis em <<http://www.focolares.org.br/Pagemf.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 15:45.

país. Hoje, o Movimento dos Focolares atua em quase todas as capitais brasileiras com 55 focolares, como são chamadas as unidades-base do Movimento dos Focolares, a Editora Cidade Nova, conhecida por suas publicações, inclusive uma revista mensal, e três cidades-testemunho – a Mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista, em São Paulo, que abriga a sede nacional do Movimento dos Focolares; a Mariápolis Glória, em Benevides, no Pará; e a Mariápolis Santa Maria, em Igarassú, em Pernambuco⁵⁶.

Fotografia 1 - Vista da Mariápolis Santa Maria, em Igarassú, Pernambuco



Entre as estratégias de ação do Movimento dos Focolares está a criação das cidades-testemunho⁵⁷ – as Mariápolis – que se propõem a servir de modelo para

⁵⁶ Ver CALLIARI, Ginetta. O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões sobre a origem. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 20.

⁵⁷ As cidades-testemunho foram inspiradas no mosteiro beneditino de Einsiedeln, na Suíça, conhecido por Chiara Lubich em 1961 e que se caracterizava pela atividade produtiva dos monges e estrutura arquitetônica do mosteiro, formado por casas, escolas, indústrias, que pareciam compor uma pequena cidade. CALLIARI, Ginetta. O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões sobre a origem. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 19. e LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 11.

uma ‘sociedade nova’ cuja lei seja o amor recíproco e a plena comunhão de riquezas culturais, espirituais e materiais, com características próprias que exprimem aspectos relevantes do movimento⁵⁸. Hoje existem 35 Mariápolis no planeta⁵⁹, três das quais no Brasil⁶⁰.

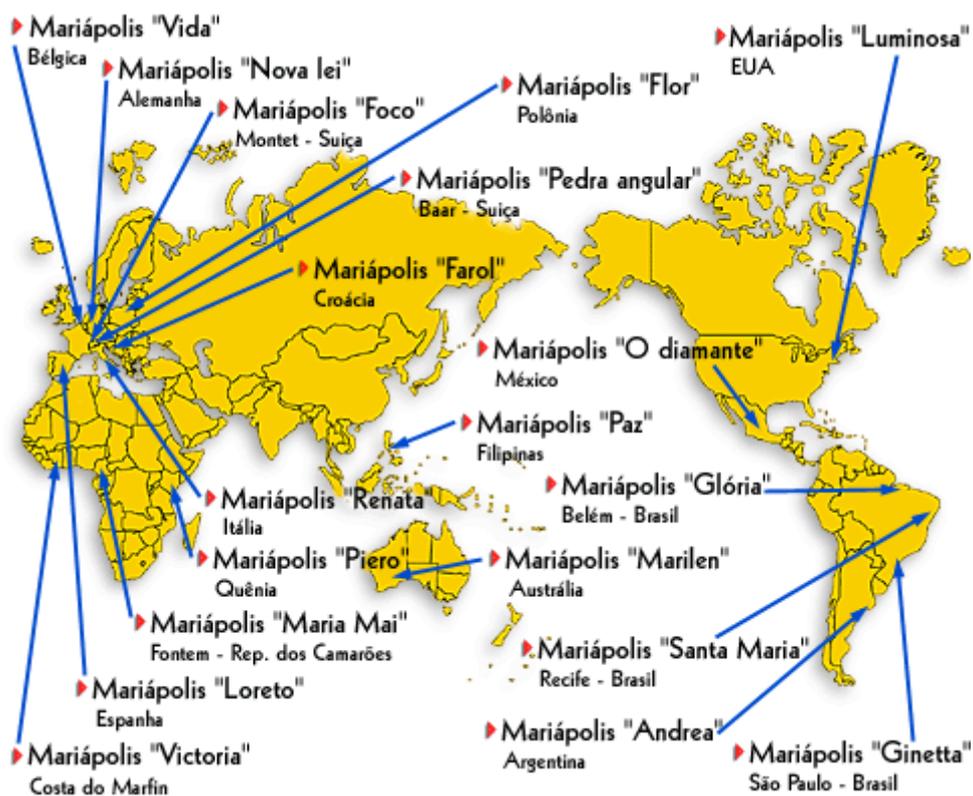
⁵⁸ A Mariápolis de Loppiano – cidade testemunho mais antiga, criada em 1965, em Florença, na Itália – procura ser o “esboço de mundo unido... [mostrando] a fusão de várias raças e povos do mundo”, possuindo 800 habitantes provenientes de mais de 70 países. A Mariápolis de Montet, na Suíça, também tem um caráter ‘internacional’ e, a exemplo da Mariápolis de Loppiano, procura exprimir “a criatividade da nova cultura planetária que nasce da fusão das riquezas de várias raças e povos”. As Mariápolis que funcionam no Brasil, Argentina, Itália, Bélgica e Portugal procuram desenvolver a Economia de Comunhão, abrigando pólos econômicos. Além do aspecto econômico, no Brasil, as cidades testemunho procuram respostas para problemas sociais. Em algumas cidades testemunho, a preocupação concentra-se no aprofundamento do convívio ecumênico. A Mariápolis de Tagaytay, em Manila, nas Filipinas, por exemplo, se empenha no diálogo com as religiões orientais, e a Mariápolis Nova Lei, em Ottmaring, na Alemanha, se empenha na busca da unidade entre católicos e luteranos. A Mariápolis de Krizevci, na Croácia, também busca a unidade em uma sociedade multiétnica. A Mariápolis de O’Higgins, na Argentina, procura estimular “o protagonismo dos jovens na construção da civilização do amor”. A Mariápolis de Rotselaar, nas imediações de Bruxelas, na Bélgica, se caracteriza pela preocupação ecológica e com a relação homem-natureza. As Mariápolis na África - República dos Camarões, Quênia e Costa do Marfim - se preocupam com a difusão do Evangelho. A Mariápolis de Welwyn Garden City, na Grã Bretanha, promove a unidade entre católicos e anglicanos. A Mariápolis Luminosa, nos arredores de Nova Iorque, nos EUA, procura ser modelo do diálogo entre raças e culturas diferentes. LUBI-CH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 38. Ver também Movimento dos Focolares. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br/Pagemf.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 17:14.

⁵⁹ As Mariápolis são, na Europa, Mariápolis Giosi, em Viena, na Áustria; Mariápolis Vita – Rotselaar, em Bruxelas, na Bélgica; Mariápolis Farol – Krizevci, em Zagreb, na Croácia; Mariápolis Giulio – Army, em Paris, na França; Mariápolis Nova Lei – Ottamring, em Augsburg, Mariápolis Enzo – Zwochaw, em Leipzig, e Mariápolis Klaus Hemmerle – Solingen, na Alemanha; Mariápolis Bernard Pawley – Welwyn Garden City, em Londres, na Grã Bretanha; Mariápolis Lieta – Prosperous, Kildare, em Dublin, na Irlanda; Mariápolis Renata – Loppiano, em Incisa Valdarno, em Florença, na Itália; Mariápolis Rastro Luminoso, em Marienkroon, Nieuwkuijk, na Holanda; Mariápolis Fiore, em Varsóvia, na Polônia; Mariápolis Arco Íris, em Alenquer, em Portugal; Mariápolis O Pacto, em Praga, na República Tcheca; Mariápolis Loreto – Castel d’Aro, em Barcelona, na Espanha; Mariápolis Foco – Montet, Broye, em Friburgo, e Mariápolis Pedra Angular – Baar, em Zurique, na Suíça. Na África, há a Mariápolis Maria Mai – Fontem, em Duala, na República dos Camarões; a Mariápolis Victoria, em Man, na Costa do Marfim; a nia Mariápolis Piero, em Nairóbi, no Quênia; na Ásia há a Mariápolis Paz – Tagaytay, em Manila, nas Filipinas e a Mariápolis de Dalwal, em Rawalpindi, no Paquistão. Nas Américas estão a Mariápolis Lia – O’Higgins, em Buenos Aires, a Mariápolis Alta Gracia, em Córdoba, e a Mariápolis Água Viva, em Bahia Blanca, na Argentina; a Mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista, em São Paulo. a Mariápolis Santa Maria, em Igarassú, em Pernambuco, e a Mariápolis Glória, em Benevides, no Pará, no Brasil; a Mariápolis O Diamante – Acatzingo, em Puebla, no México; a Mariápolis Luminosa, em Hyde park, em Nova York, nos EUA; a Mariápolis A Nuvenzinha, em Caracas, na Venezuela; na Oceania, especificamente na Austrália, há a Mariápolis Marilen, em Melbourne. Informações do site oficial do Movimento dos Focolares. Disponível em: <<http://www.focolare.org>>, acesso: em 23 jan. 2007, 10:00.

⁶⁰ SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 65. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

A gravura a seguir, mostra a distribuição mundial das cidades-testemunhos, as Mariápolis:

Figura 1 - Distribuição mundial das cidades-testemunhos do Movimento dos Focolares.



Fonte: Movimento dos Focolares⁶¹.

Além do funcionamento das cidades testemunho, o Movimento dos Focolares empreende ações internacionais e locais de solidariedade, destacando a reciprocidade entre quem dá e quem recebe⁶².

⁶¹ Ver site do Movimento dos Focolares. Disponível em: <<http://www2.focolare.org/br/>>. Acesso em: 27 ago. 2007, 10:27.

O Momento dos Focolares que, no dizer de seus adeptos, é animado por “uma nova espiritualidade ao mesmo tempo coletiva e pessoal: a Espiritualidade da Unidade”, congrega pessoas de todas as idades, raças, línguas, culturas e credos.

A visão de mundo do Movimento dos Focolares se baseia na perspectiva Divina que implica numa fraternidade universal marcada por sentimentos que, na visão dos cristãos, se chama ‘amor cristão’ e, na visão de pessoas dos demais credos⁶³, ‘benevolência’⁶⁴.

Em comportamento similar àquele adotado pelos primeiros cristãos, os adeptos do Movimento dos Focolares praticam a comunhão de bens em conduta cujo grau e modo varia segundo o tipo de inserção do focolarino na Obra de Maria⁶⁵. Segundo a fundadora do Movimento dos Focolares, Chiara Lubich, a idéia da comunhão de bens decorreu da percepção que, nas comunidades cristãs primitivas rela-

⁶² Além de ações concretas oferecidas nas Mariápolis e através da Economia de Comunhão, o Movimento dos Focolares leva adiante a 'Ação por um Mundo Unido' (AMU) - ONG criada em 1986, que se preocupa em promover a cooperação internacional para o desenvolvimento, que está presente na Itália, Alemanha, Luxemburgo e Portugal -; a iniciativa 'Adoções à distância' – ação que é promovida pelo Movimento 'Famílias Novas' e já possibilitou a adoção à distância de mais de 9 mil crianças em 38 países; administra o 'Fundo Mundo Unido' – fundo criado em 1995 pelo ‘Movimento Jovens por um Mundo Unido’, que é responsável por 30 mini-projetos de promoção humana; a Organização 'New Humanity' (Humanidade Nova), ONG reconhecida pelo Conselho Econômico e Social da ONU; leva adiante a iniciativa 'Time-out', lançada em 1991, que consta de um minuto de silêncio ou oração pela paz, no mesmo momento, em todas as partes do mundo (meio-dia na Europa). Ver página do Movimento dos Focolares. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br/Pagemf.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 17:14.

⁶³ Embora a maior parte de seus adeptos seja de confissão católica apostólica romana, o Movimento dos Focolares congrega membros de 300 igrejas cristãs não católicas e também de outras religiões. LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 22.

⁶⁴ O Movimento dos Focolares pede a todos que “ponham em prática, de maneira decidida,... o amor cristão ou, para quem é de outro credo, benevolência, que significa querer o bem do outro – atitude presente em todos os livros sagrados” LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 14.

⁶⁵ Nos focolares, centros de convivência constituídos por membros celibatários e membros casados, os focolarinos praticam a comunhão e doam livremente tudo o que possuem. Os focolarinos casados dão o que podem e o que têm de pessoal; os focolarinos voluntários, que formam uma das ramificações do Movimento dos Focolares comprometida principalmente no campo social, dão o seu supérfluo; e os gen, como são chamados os membros da geração nova, dão o que podem.

tadas no Ato dos Apóstolos, que praticavam a comunhão de bens, não havia indigentes⁶⁶.

Conhecer este pano de fundo espiritual é importante porque, como afirma Luigino Bruni, “uma realidade como a Economia de Comunhão não pode ser compreendida na sua complexidade apenas com os instrumentos da ciência econômica”⁶⁷.

2.3 Fundamentos da Cultura da partilha

A cultura da partilha, também referida como ‘cultura do dar’⁶⁸, que inspira a Economia de Comunhão, é uma das principais características do Movimento dos Focolares e se manifesta através da Dádiva⁶⁹ e da Gratuidade⁷⁰ em relações vividas em contínuo doar-se e direcionadas à comunhão⁷¹. Estas relações contrariam a lógica mercantil e tendem a gerar reciprocidade, confirmando o raciocínio segundo o qual a sociedade originada da cultura da partilha se estrutura como comunhão, e, como consequência, produz comunhão.

⁶⁶ LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 13.

⁶⁷ *Ib.* p. 10.

⁶⁸ Alguns autores se referem a ‘cultura do dar’ como ‘cultura da partilha’. Ver FERRUCCI Alberto. Neoliberalismo, desenvolvimento sustentável e Economia de Comunhão. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 24.

⁶⁹ Entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. GODBOUT, Jacques T. Introdução à Dádiva. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 21, 1997, Caxambu. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. p. 6.

⁷⁰ Luigino Bruni afirma que “a empresa é de comunhão se constrói a própria identidade em torno da Gratuidade”. BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 41 a 69.

⁷¹ Ver ARAÚJO, Vera. Que pessoas e que comunhão para a Economia de Comunhão? BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 23, 24 e 25.

No dizer de Vera Araújo, do Instituto Internacional de Cultura ‘Mystici Corporis’, cuja sede é na Mariápolis Loppiano, no município de Incisa, no Vale do rio Arno, em Florença, na Itália, a cultura da partilha “não trata de ser generoso, fazer beneficência, fazer filantropia ou, tampouco, abraçar a causa do assistencialismo... [e, sim] de conhecer e viver a dimensão do doar-se e do dom aos outros como essenciais à subsistência e à existência da pessoa”⁷². A autora chama atenção que nem todo tipo de ‘dar’ leva à ‘cultura da partilha’ e cita como exemplos o ‘dar contaminado pela vontade de poder’, que é carregado por um desejo de dominação; o ‘dar vaidoso’, que busca satisfação e gratificação no próprio gesto e, com isso, humilha a pessoa beneficiada; e o ‘dar interesseiro’, que tem propósito utilitarista, visando o próprio bem. A cultura da partilha engloba uma concepção própria da pessoa, que é vista na sua essência e nas atitudes e comportamentos que caracterizam as relações humanas. Vera Araújo destaca que a ‘cultura da partilha’ se concretiza “numa verdadeira arte do dar, na qual as relações humanas, vividas como dom e contínua doação de si, estão voltadas para a comunhão, sinônimo de unidade na qual o ato de dar, de compartilhar bens espirituais e materiais, está voltado para a comunhão” e acrescenta que “estas relações tendem a ser correspondidas e a se tornarem recíprocas”⁷³.

Em documento do Bureau Internacional de Economia e Trabalho aprovado em 1999⁷⁴, o Movimento dos Focolares afirma que a cultura da partilha se exprime nos níveis pessoal e organizacional. No nível pessoal, o Movimento dos Focolares afirma que a cultura da partilha se manifesta através de posturas e comportamentos

⁷² ARAÚJO, Vera. Que pessoas e que comunhão para a Economia de Comunhão? BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 23, 24 e 25.

⁷³ Id.

⁷⁴ Ver Anexo I.

que visam (a) buscar a comunhão através da estima, respeito e partilha da condição humana com as outras pessoas; (b) estimular a aspiração natural à igualdade substancial entre os homens; (c) cultivar um estilo de consumo [dos recursos comuns da humanidade] ‘sóbrio, crítico e respeitoso’; (d) fazer uso responsável da própria riqueza de modo a que ela sirva para a promoção do bem comum; (e) exercer presença ativa em iniciativas econômicas que objetivem o bem comum, que gerem empregos e que respondam às necessidades não satisfeitas das pessoas e da comunidade; e (f) partilhar as próprias receitas e recursos com os necessitados, em relacionamentos marcados pela dignidade. Sobre a manifestação da cultura da partilha nas organizações, o Movimento dos Focolares destaca (a) o esforço para converter a atividade econômica em ambiência de encontro de todos os sujeitos envolvidos, garantindo a participação ativa dos trabalhadores na vida da empresa; (b) o empenho para melhoria do ambiente social, incluindo esforços para a conquista do bem comum e superação das necessidades urgentes das pessoas menos favorecidas com as quais a organização tem contato; (c) o estabelecimento de relações de confiança com clientes, fornecedores, concorrentes, comunidade local e administração pública, sempre com a atenção voltada para o interesse geral; e (d) a vivência e a promoção do pleno respeito à ética e ao meio ambiente.

Em abril de 2001, Chiara Lubich definiu outro marco de orientação do Movimento dos Focolares ao dizer que os termos ‘dar’ e ‘gratuidade’ são sinônimos de ‘amor’, no sentido cristão de ágape⁷⁵. Com efeito, a partilha e a gratuidade são carac-

⁷⁵ “A cultura do dar é uma cultura do dar-se e da gratuidade, e significa formar e formar-se de modo a permitir a interiorização de comportamentos assumidos, não pelos benefícios que trazem, mas pelo valor intrínseco que lhes é atribuído, depois de ter-se experimentado, na própria vida, sua bondade e veracidade”. BRUNI, Luigi. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 33.

terísticas do chamado Homem Novo⁷⁶ – um ser que, no dizer de Vera Araújo, integra a categoria ‘pessoa’⁷⁷ e é um elemento indispensável para o estabelecimento de uma ordem mundial ajustada aos ideais de fraternidade e comunhão.

Ao defender que o conceito de desenvolvimento humano decorre da concepção antropológica que toma por base o nascimento de um Homem Novo – o ‘*Homo Donator*’⁷⁸, um ser que exercita a ‘cultura da partilha’ –, Vera Araújo afirma que a ordem mundial [ajustada aos ideais de fraternidade e comunhão] exige um tipo de homem que se contrapõe ao comportamento do ‘*Homo Consumens*’, protagonista da ‘cultura do ter’⁷⁹. O *Homem Novo* idealizado pelo Movimento dos Focolares difere não apenas do ‘*Homo Consumens*’, mas, também, do *Homo Oeconomicus* – aquele ser racional imaginado pelos economistas que se motiva apenas pela razão, que tem comportamento previsível, isento de altruísmo, egoísmo, irracionalidade e outros sentimentos. Contrariando as teorias baseadas na escolha racional, o Homem Novo transcende a lógica do lucro e adota comportamentos vinculados à dádiva, à gratui-

⁷⁶ ‘Homens Novos’ – que, segundo a expressão de São Paulo, são pessoas renovadas pelo Evangelho – são consideradas pelo Movimento dos Focolares necessários para a criação de uma ‘Sociedade Nova’.

⁷⁷ Citando Zappalla, Serafim diz que o homem pode ser concebido como indivíduo - que corresponde ao homem concebido em sua individualidade, ensimesmado, indivisível (*individuum*) e, nesta perspectiva, incapaz de compartilhar - e como pessoa - que corresponde ao homem que transcende a própria individualidade, cuja essência é a universalidade. A pessoa é tanto mais ela mesma quanto mais se descentraliza e mais se doa aos outros. A pessoa tem, pois, seu centro no outro e só realiza a si mesma transcendendo o próprio "eu" individual e caminhando para um "eu" comunitário. Ver SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 80. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

⁷⁸ No dizer de Vera Araújo, o ‘*homo donator*’ é o homem capaz de praticar, nas atividades públicas e, em especial, nas atividades econômicas, o dom, a partilha. Ver ARAÚJO, Vera. Que pessoas e que comunhão para a Economia de Comunhão? BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 22.

⁷⁹ O ‘*homo consumens*’, categoria econômica desenvolvida por P. Arrupe (*Impegno Cristiano per la giustizia*, Milano: [s.n.], 1981), é um ser ávido de consumir, incapaz de ter uma consciência subjetiva e moral. Ver ARAÚJO, Vera. Que pessoas e que comunhão para a Economia de Comunhão? BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 26.

dade, ao voluntariado⁸⁰. Por tudo isso, Chiara Lubich afirma que “há quem entreveja na categoria de ‘comunhão’ uma nova chance de leitura das relações sociais, que poderia contribuir para superar a postura individualista que hoje prevalece na ciência econômica”⁸¹.

Vale ressaltar que os autores ligados ao Movimento dos Focolares insistem em esclarecer que a Gratuidade – atitude baseada em recompensas intrínsecas⁸² – não deve ser confundida com altruísmo, filantropia ou assistencialismo nos moldes de bolsas ou quaisquer outros tipos. No dizer de Bruni, “[a gratuidade] é uma atitude interior que nasce da consciência de que é impossível ser feliz sozinho e que ‘não podemos fazer a nossa felicidade sem fazer a felicidade dos outros’”⁸³ ou, nos termos da Ética a Nicômaco, “o homem feliz precisa de amigos”⁸⁴.

⁸⁰ O Homem Novo valoriza a 'cultura do ser', cultivando a partilha desinteressada. Esta atitude tem como consequência a superação da polarização ou antagonismo entre funcionários e empresários. SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 81. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

⁸¹ LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 19.

⁸² Vale registrar que teorias sobre incentivos que se baseiam na hipótese de que os indivíduos perseguem objetivos de vantagem econômica pessoal não conseguem explicar adequadamente a realidade factual, levando a que os estudiosos comecem a sustentar a necessidade de se considerar motivações de natureza social e satisfações de natureza intrínseca. GUI. Benedetto. Os bens invisíveis à economia de hoje. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 65.

⁸³ BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 49.

⁸⁴ Depois de adiantar que, “se a felicidade exige relacionamentos sociais, pede amizade e reciprocidade”, Bruni alerta que “se a amizade e a fraternidade são atos livres, não controlados plenamente por nós, então a nossa felicidade depende do quanto e se os outros respondem e retribuem o nosso amor, a nossa amizade a nossa reciprocidade”. BRUNI, Luigino. Comunidade, reciprocidade, economia. Palestra proferida na Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: 02 maio 2007.

Depois de apontar ‘reciprocidade’ como uma palavra-chave da Economia de Comunhão, Bruni⁸⁵ contrasta a *reciprocidade-contrato* – praticada no âmbito da economia tradicional, caracterizada pela bidirecionalidade ($A \leftrightarrow B$), condicionalidade e equivalência, na qual uma prestação de A para B requer, lógica e necessariamente, uma prestação de B para A em valor mercantil equivalente, isenta de benevolência e gratuidade –, a *reciprocidade-genuína* – praticada no âmbito do Terceiro Setor, nas entidades sem fins lucrativos e na economia familiar, caracterizada pelo trabalho voluntário e pela incondicionalidade-condicional⁸⁶ – e *reciprocidade-comunhão* – caracterizada pela abertura ou transitividade, na qual o gesto de reciprocidade pode ser dirigido a um terceiro elemento e, não àquele que deu origem ao processo ($A \rightarrow B \rightarrow C$ e, não $A \leftrightarrow B$, como na reciprocidade-contrato) e não-condicionalidade, sendo, portanto, um ‘encontro de gratuidades’ e, não um ‘encontro de interesses’.

A partir de 1991, com o advento da EdC, cujo funcionamento exige o engajamento de pessoas que exercitem a cultura da partilha, a comunhão se elevou à categoria econômica [no âmbito do Projeto], levando os stakeholders a atuarem em ambiente impregnado de solidariedade social e partilha. Nesta perspectiva, as empresas da Economia de Comunhão funcionam como plataforma e correia de transmissão de novos valores para a dinâmica econômica, proporcionando um salto de qualidade nas condições de vida local e oferecendo exemplo de como atingir uma sociedade melhor.

⁸⁵ BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 123-146.

⁸⁶ Termo cunhado pelo sociólogo francês A. Caillé. Apud BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 128.

Cumprindo a ideologia do Movimento dos Focolares, a Economia de Comunhão se relaciona à Gratuidade, cujo conceito, no entender de Luigino Bruni, por si só, é capaz de exprimir toda a realidade da EdC⁸⁷. Bruni afirma que “a empresa é de comunhão se constrói a própria identidade em torno da Gratuidade”⁸⁸, acrescentando que, por isso, ela protege e potencializa a gratuidade, tentando permanecer ‘social’ mesmo sendo totalmente ‘empresa’, desenvolvendo uma ‘cultura empresarial da gratuidade’ que deve impregnar a visão empresarial.

Talvez por isso, Benedetto Gui, que não trata a Economia de Comunhão como 'um novo sistema econômico', preferindo classificá-la como 'contribuição' a uma cultura capaz de se libertar das distorções da cultura econômica dominante e colocar dimensões importantes do bem-estar no centro da sua atenção⁸⁹, afirme que a ‘revolução’ provocada pela EdC não está na forma de organização das empresas⁹⁰, mas na forma como elas atuam. Gui diz que, ao seguir os preceitos da Economia de Co-

⁸⁷ BRUNI, Luigino. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 54.

⁸⁸ Id. p. 48.

⁸⁹ GUI, Benedetto. *Os bens invisíveis à economia de hoje*. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) *Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 59.

⁹⁰ Vale lembrar que, aparentemente, a EdC não representa modificações em relação ao universo econômico tradicional, tanto é assim que, conforme aponta Luigino Bruni, a adesão ao Projeto Economia de Comunhão não requer nenhuma modificação na forma jurídica ou disposição institucional da empresa. De qualquer forma, também vale lembrar que a professora Kelen Christina Leite aponta que, nos últimos congressos da EdC, foram manifestadas opiniões sobre a necessidade de novas estruturas organizacionais que propiciem e facilitem a comunhão. LEITE, Kelen Christina. *Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas*. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 267.

munhão, as empresas da EdC são a expressão econômica de um “agir econômico da ‘cultura do dar’ e da comunhão”⁹¹.

2.4 Criação da Economia de Comunhão

Sob o nome de ‘Projeto Brasil’, a Economia de Comunhão foi lançada em 29 de maio de 1991⁹², por ocasião de uma visita da fundadora e presidente do Movimento dos Focolares Chiara Lubich, a Mariápolis Araceli⁹³ (que, depois de 2001, passou a se chamar Mariápolis Ginetta⁹⁴), no município de Vargem Grande Paulista, a 47 km de São Paulo⁹⁵.

Naquela ocasião, intensamente chocada com a pobreza que vira em São Paulo⁹⁶, Chiara Lubich percebeu que a comunhão de bens praticada no interior do

⁹¹ BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 9. Gui afirma que a principal tarefa da Economia de Comunhão é "contestar abertamente a idéia de que, para fazer funcionar a máquina da economia, é necessário o impulso que deriva de uma cultura da exterioridade e da ambição, da busca de superioridade sobre os outros... Ao contrário, deve mostrar que a atividade econômica pode ser desenvolvida tendo como meta uma cultura do acolhimento do outro, do diálogo, do encontro... que não é necessário sacrificar, [em nome de] uma presumível eficiência, a aspiração de se estabelecerem [...] relações ricas, significativas, plenamente humanas, e de se viver [...] de modo coerente com as próprias convicções [...], empenhando-se em atividades tidas como justas, em vez de somente em atividades que pareçam úteis, convenientes". GUI, Benedetto. Os bens invisíveis à economia de hoje. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 63 e 64.

⁹² Ver página oficial do Movimento dos Focolares. Economia de Comunhão. Histórico. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br/PAGEEDC.html>>. Acesso em: 11 dez. 2006, 12:40.

⁹³ Por isso, a Economia de Comunhão também é referida em alguns círculos como ‘Projeto Araceli’. SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 31.

⁹⁴ Ginetta Calliari (1918-2001) foi uma das primeiras companheiras de Chiara Lubich e co-fundadora do Movimento dos Focolares. Chegou ao Recife em 15 de novembro de 1959 e espantou-se com o nível de miséria da população.

⁹⁵ Vale registrar que, embora lançada no Brasil, a Economia de Comunhão já fora praticada anteriormente em organizações isoladas. Chiara Lubich afirma que a cooperativa agrícola ‘Loppiano Primeira’, instalada na mariápolis Loppiano, no município de Incisa, no vale do rio Arno, em Florença, na Itália, foi a percussora da EdC. LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 15.

⁹⁶ Chiara Lubich já estivera no Brasil em 1961, 1964 e 1965. Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 17.

Movimento que presidia não era suficiente para superar a pobreza que atingia muitos focolarinos brasileiros, que, na época eram cerca de 150 mil⁹⁷. Teve, então, a idéia de ampliar o volume de recursos proporcionado pela comunhão no interior do Movimento dos Focolares com a contribuição de empresas. Estas empresas (que viriam a ser as Empresas da Economia de Comunhão) atuariam normalmente no mercado e destinariam parte do lucro para a ajuda aos pobres, aumentando, assim, o montante amealhado pela comunhão praticada no seio do Movimento.

Como a ajuda aos pobres atendia a uma condição circunstancial das pessoas empobrecidas, Chiara Lubich imaginou que as empresas poderiam dar uma contribuição adicional para a instalação de uma nova ordem mundial baseada nos ideais de fraternidade e comunhão reforçando a cultura focolarina. Surgiu, então, o modelo segundo o qual, dividido em três partes, o lucro de empresas confiadas a pessoas competentes e que atuam com eficiência no mercado, é destinado ao incremento das atividades empresariais, a ajuda a pessoas necessitadas e ao desenvolvimento de estruturas que visem à difusão da 'cultura da partilha' e formação de 'homens novos'. Completando a inspiração original, Chiara Lubich sugeriu que as empresas se agrupassem em pólos empresariais no entorno das Mariápolis espalhadas pelo mundo, de modo a que se transformassem em exemplos concretos da cultura da partilha⁹⁸.

⁹⁷ ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 18.

⁹⁸ FERRUCCI Alberto. Neoliberalismo, desenvolvimento sustentável e Economia de Comunhão. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 30.

Estava lançada a ‘Economia de Comunhão’, um projeto que, como afirma Luigino Bruni, não nasceu, “para realizar um projeto econômico, combater alguma coisa ou alguém, a fim de realizar o sonho de um reformador ou de um utopista”⁹⁹, mas para contribuir para eliminar a pobreza e, ao mesmo tempo, propor a instalação de uma nova ordem mundial baseada nos ideais de fraternidade e comunhão¹⁰⁰.

Embora simples, a criação da Economia de Comunhão evoca muitos comentários e esclarecimentos, inclusive da própria Chiara Lubich, que, anos mais tarde, declarou que, ao formular os princípios gerais da EdC, se inspirou no binômio ‘ora e labora’ praticado pelos beneditinos na Abadia Beneditina, em Einsieden, nos Alpes Suíços, que ela visitara em 1961; na importância do protagonismo dos movimentos sociais, abordado no livro *Protagonisti Oggi*, de Secondini; e no convite a solidariedade em um sistema econômico de dimensão planetária formulado pelo Papa João Paulo II na Encíclica ‘*Centesimus Annus*’, lançada em 1º de maio de 1991¹⁰¹ (28 dias antes do lançamento do Projeto EdC na Mariápolis Aracelli).

Enquanto alguns focolarinos, como Ricardo Caiuby de Faria, que presidiu a Espri S.A., destacam a importância sócio-econômica do Projeto da Economia de

⁹⁹ BRUNI, Luigino. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 53.

¹⁰⁰ Sorgi enfatiza que a Economia de Comunhão não nasceu de uma visão economicista do trabalho e da produção, mas, sim de uma concepção do homem nos termos do conceito de ‘Humanismo total’ referido na encíclica *Populorum Progresso*, revelada pelo papa Paulo VI em 1967. SORGI, Tommaso. *A cultura do dar*. COSTA, Rui et. al. *Economia de Comunhão*. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 31.

¹⁰¹ LEITE, Kelen Christina. *Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas*. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 247 a 264.

Comunhão.¹⁰², outros fazem questão de destacar os aspectos transcendentais da EdC. É o caso de Tommaso Sorgi, um dos fundadores do Movimento Humanidade Nova e ex-deputado no Parlamento Italiano (entre 1953 e 1972), que, em consideração implícita de que o Projeto surgiu da necessidade de elevar o montante financeiro arrecadado na comunhão dos bens, como forma de ampliar a ajuda aos pobres, não vê a EdC como um projeto econômico e, sim, como uma ‘peculiaridade’ da comunhão de bens praticada no seio do Movimento dos Focolares¹⁰³. Sorgi afirma que, por conta da concepção estruturada no conceito de ‘Humanismo total’, a Economia de Comunhão deságua imediatamente no campo social, se empenhando na realização do homem e na busca de melhor qualidade de vida¹⁰⁴.

A Economia de Comunhão encerra a possibilidade de grandes reviravoltas na dinâmica econômica tradicional. Não foi à toa que, em pronunciamento proferido em 05 de janeiro de 1992, em Castel Gandolfo, no Vaticano, Chiara Lubich afirmou que “ou o nosso projeto da Economia de Comunhão decola ou nós perdemos um encontro marcado com a história”¹⁰⁵. Sobre este ponto, vale dizer que, embora tenha se tornado viável porque nasceu no contexto cultural do Movimento dos Focolares¹⁰⁶, a

¹⁰² Falando em Congresso do Bureau Internacional da Economia e do Trabalho em junho de 1999, na Mariápolis Araceli, Ricardo Caiuby de Faria, então presidente da Espri S/A, considerou ‘essencial’ ressaltar o significado do lançamento da Economia de Comunhão “tanto pela consonância que apresenta com a trajetória de vida desse Movimento [dos Focolares], quanto pelos inadiáveis desafios de ordem socioeconômica, política e cultural que se colocam no horizonte da história e que são demasiadamente sentidos no continente latino-americano”. FARIA, Ricardo Caiuby de. Espri S.A. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 125.

¹⁰³ “A comunhão dos bens deu ‘um passo à frente’, gerando em seu interior essa ‘peculiaridade’ que é a economia de comunhão”. Ver SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 39.

¹⁰⁴ Id. p. 31.

¹⁰⁵ LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 73.

¹⁰⁶ Id. p. 46.

Economia de Comunhão tem despertado simpatias em diversas searas. Depois de observar que "até o momento [...] a EdC se desenvolveu quase exclusivamente graças ao entusiasmo dos membros do Movimento dos Focolares", Leite registra pedidos de adesão de empresários não vinculados ao movimento e destaca que "este é um passo novo, também no que tange a questão organizacional da distribuição dos lucros que até agora se tem realizado por meio das estruturas do Movimento"¹⁰⁷.

Cumprindo a ideologia do Movimento dos Focolares, a Economia de Comunhão se relaciona à Gratuidade, cujo conceito, no entender de Luigino Bruni, por si só, é capaz de exprimir toda a realidade da EdC¹⁰⁸. Bruni afirma que "a empresa é de comunhão se constrói a própria identidade em torno da Gratuidade"¹⁰⁹, acrescentando que, por isso, ela protege e potencializa a gratuidade, tentando permanecer 'social' mesmo sendo totalmente 'empresa', desenvolvendo uma 'cultura empresarial da gratuidade' que deve impregnar a visão empresarial.

2.5 Objetivo da Economia de Comunhão

Ao concebê-la, em 1991, preocupada com a situação dos pobres e, sobretudo, com aqueles existentes no interior do Movimento dos Focolares, Chiara Lubich estabeleceu dois objetivos imediatos para o Projeto Economia de Comunhão: o primeiro – uma espécie de objetivo-fim – seria proporcionar recursos que pudessem reforçar a capacidade financeira da ajuda que, desde sua criação, o Movimento dos Focolares oferece (coloca em comunhão) aos pobres, e o segundo – uma espécie

¹⁰⁷ LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 267.

¹⁰⁸ BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 54.

¹⁰⁹ Id. p. 48.

de objetivo-meio – seria financiar esforços para divulgação da cultura da partilha e formação de Homens Novos, de modo a fortalecer o substrato cultural que anima e dá substância ao movimento.

De modo geral, ao nomear o objetivo da Economia de Comunhão, alguns autores indicam ‘*ajudar os necessitados*’ – uma fórmula geral que se sustenta na visibilidade do objetivo-fim que lhe foi atribuído por Chiara Lubich. Esta fórmula, no entanto, é insuficiente, pois, se de um lado, não faz referência aos aspectos relacionados à difusão da Cultura da partilha (sendo, assim, associada a ‘um objetivo’ e, não a ‘o objetivo’), de outro, desconsidera a prioridade que a concepção dá aos pobres vinculados ao Movimento dos Focolares¹¹⁰ e, ainda, a mediação de organismos do Movimento dos Focolares até a efetiva transferência de recursos aos beneficiários.

Independentemente das manifestações de caridade individual e as notórias motivações dos Homens Novos envolvidos, não há como desconsiderar que a missão atribuída pelo Movimento dos Focolares para a Economia de Comunhão tem caráter eminentemente funcional. Com efeito, sem admitir quaisquer desvios que maculem os rígidos padrões éticos da organização ou conter a dádiva peculiar aos focolarinos, o Movimento dos Focolares deixa claro que espera das empresas da EdC uma contribuição financeira para reforçar a ajuda que presta aos necessitados e, também, para incrementar os programas de difusão da cultura da partilha (duas

¹¹⁰ Ressler afirma que “ajudar os necessitados, existentes em grande número no interior da comunidade dos Focolares, por meio da execução de projetos sociais, é objetivo primeiro do Grupo Economia de Comunhão”. RESSL, Markus. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.81.

partes do lucro)¹¹¹. Aliás, a despeito da generosidade e da iniciativa individual de muitas das pessoas envolvidas, o Projeto não reserva às empresas da EdC nenhuma ação direta na distribuição de resultados aos necessitados ou na divulgação da cultura da partilha. Estas tarefas são cometidas a órgãos específicos do Movimento dos Focolares, que, conforme as prioridades, se empenham em reduzir as dificuldades que acometem os pobres ligados ao movimento e em promover a difusão da cultura da partilha. Imbuídas e impulsionadas pela cultura da partilha que anima o Projeto, as empresas da EdC se limitam a repassar parte do lucro aos órgãos específicos do Movimento dos Focolares. Então, poder-se-ia dizer que o objetivo da Economia de Comunhão é gerar recursos para ampliar a capacidade do Movimento dos Focolares ajudar as pessoas necessitadas a ele vinculadas e divulgar a Cultura da Partilha.

Vale destacar que, embora tenha como ‘primeira finalidade’ fazer com que não haja mais necessitados no Movimento dos Focolares, “resolvendo o problema social do movimento através de um esforço econômico que tenha as Mariápolis como pólos”¹¹², a Economia de Comunhão se propõe a contribuir para diminuir o problema social como um todo¹¹³. Sobre o tema, Tommaso Sorgi afirma que a Economia

¹¹¹ Thimer aponta que a conquista dos objetivos da Economia de Comunhão está sendo financiada pelo repasse dos lucros anuais das empresas que participam da Economia de Comunhão. THIEMER, Stefan. Economia de Comunhão: um modelo para a sociedade. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 100.

¹¹² LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 61 e SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 56.

¹¹³ Comentando sobre o início do projeto, Chiara Lubich afirmou que “tínhamos o objetivo de pôr em prática uma certa comunhão de bens, com o máximo alcance que se pudesse pensar; não se tratava porém de amar os pobres pelos pobres, ou amar Jesus somente nos pobres, queríamos resolver o problema social”. Ver Linhas mestras para o aspecto: “comunhão de bens e trabalho”. Roma: 1983. p. 18. Apud Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. Id. p. 19.

de Comunhão não tem “a intenção de construir uma sociedade paralela, fechada em si e desvinculada do contexto social, ao contrário, o seu horizonte é exatamente toda a humanidade”¹¹⁴ e Luigino Bruni lembra Mulatero, para quem “os demais [pobres] não estão excluídos [da Economia de Comunhão]; pelo contrário, o problema [da pobreza] é considerado na sua complexidade e amplitude”¹¹⁵.

O desenrolar da Economia de Comunhão, no entanto, ganhou sabores que dão nova dimensão aos objetivos do Projeto. De fato, com a liderança entregue aos Homens Novos, o objetivo da EdC ganhou envergadura que transcende àquela originalmente pensada, pois, além de visar a geração de recursos para financiar a ajuda aos necessitados e a difusão da Cultura da Partilha, o funcionamento das empresas da EdC passou a servir de exemplo de como poderia ser o mundo do trabalho no caso da criação de uma *Sociedade Nova*, inspirada por Homens Novos. Assim, no dizer dos focolarinos, os objetivos do Projeto Economia de Comunhão se fundem num único, de natureza transcendental, que é contribuir para a instalação de uma ordem mundial baseada nos ideais de fraternidade e comunhão¹¹⁶, devolvendo a gratuidade à economia¹¹⁷. Nesta perspectiva, a ajuda aos necessitados e a difusão da cultura da partilha são instrumentos da Economia de Comunhão. Para Ressler, a Economia de Comunhão não têm um objetivo material e financeiro, cumprindo apenas o

¹¹⁴ SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 56. Sobre o tema, Vera Araújo afirma que a EdC “mantém uma relação construtiva com a sociedade onde opera, atenta aos múltiplos interesses da região onde atua”. Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. Id. p. 12 a 15.

¹¹⁵ MULATERO. 2000. p. 12. Apud BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 35.

¹¹⁶ Tommaso Sorgi, para quem a EdC não é um projeto econômico e, sim, uma ‘peculiaridade’ do tipo de comunhão praticada no Movimento dos Focolares. Ver SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 31.

¹¹⁷ “Devolver a gratuidade à economia talvez seja a maior dívida que a EdC possa fazer a sociedade de hoje”. BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 56.

objetivo da justiça social, “que se viabiliza por meio da organização de vivências comunitárias”¹¹⁸.

Sem desmerecer este ponto de vista, deve-se enfatizar que, embora seja animada por Homens Novos e exercite a cultura da partilha como método, o projeto da EdC tem um objetivo-fim concreto e, neste embalo, cumpre uma função econômica. No dizer de Barbacovi, a Economia de Comunhão “propõe um modelo de economia voltado para a superação dos problemas sociais e econômicos pela distribuição da riqueza produzida”¹¹⁹. Sobre este ponto, Leite lembra a dimensão transcendental da EdC, afirmando que mais adequado seria falar em “comunhão dos lucros”¹²⁰.

De qualquer forma, independentemente se se considera a perspectiva material do Projeto com referência, implícita ou explícita, aos bens materiais que mudam de mãos em seu curso ou a perspectiva transcendental, que enfatiza as motivações e os métodos usados pelos protagonistas principais, é fato que a EdC só se sustenta porque os aderentes agem impregnados pela cultura da partilha e, portanto, pelo espírito de comunhão.

2.6 Fundamentos éticos da Economia de Comunhão

No âmbito da economia tradicional, de natureza plutocêntrica, há o entendimento de que o incentivo ao interesse privado é a melhor forma de se obter o bem

¹¹⁸ RESSL, Markus. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.81.

¹¹⁹ BARBACOVI, Lecir Jacinto. Economia de Comunhão: um projeto de inspiração cristã. Id. p. 123.

¹²⁰ LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 244.

estar coletivo e, mesmo, de dar melhor funcionamento à coisa pública, sendo costume se afirmar naquele círculo que “o altruísmo não é eficiente”. A história, no entanto, vem mostrando que os regimes orientados pela lógica instrumental são palcos de graves iniquidades sociais¹²¹ e funcionam como estufa para a violência e a criminalidade e, como contraponto positivo, para a florescência de movimentos baseados em práticas econômicas humanistas e antropocêntricas. Entre estes movimentos emergentes se destaca a Economia de Comunhão, cujo padrão de comportamento exprime a ética cristã cultivada no Movimento dos Focolares e, nesta perspectiva, exercita um tipo de relacionamento isento de práticas que mesmo ilegais ou condenáveis são admitidas em outros ambientes.

Sendo uma projeção da cultura da partilha na dimensão socioeconômica¹²², a Economia de Comunhão tem como base os padrões éticos e culturais do Movimento dos Focolares¹²³, compondo um ambiente cuja motivação transcende a lógica do lucro¹²⁴. De fato, firmemente apegada à ética cristã focolarina, a Economia de Comunhão atua no interior da economia tradicional com o objetivo de ‘gerar recursos para

¹²¹ Luigino Bruni chama atenção de que o individualismo, o egoísmo filosófico e a lógica instrumental são as causas do fracasso da idéia da racionalidade econômica e da teoria econômica construída sobre ela. Ver BRUNI, Luigino. Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 51.

¹²² BURKHARD, Hans. Gerenciamento sustentável. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 67.

¹²³ “A Economia de Comunhão tornou-se viável porque nasceu num contexto cultural bem determinado”. LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 46.

¹²⁴ Serafim afirma que no centro da motivação das pessoas engajadas na Economia de Comunhão não está o lucro e, sim a “pessoa humana e sua felicidade, uma felicidade que não pode se divorciar da felicidade das outras pessoas que a cercam”. SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 82 a 84. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50. O autor lembra que “o lucro não mantém uma relação excludente com outros elementos primordiais que possibilitam a conduta pautada na ética”. Ibidem p. 113. Sorgi lembra que a empresa da EdC não é movida por interesses egoístas, altruístas ou filantrópicos e, sim pela cultura da partilha. SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et al. Economia de comunhão. 2ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 40.

ampliar a capacidade do Movimento dos Focolares promover a ajuda às pessoas pobres a ele vinculadas’ e ‘divulgar a Cultura da Partilha’ sem se deixar arrastar pela onda que tem o lucro como bem supremo. Ao estudar a empresa Prodiet, Serafim observou que “a EdC convida seus membros a verem o mundo sob o ponto de vista da ética”, acrescentando que “ao substituir a motivação da acumulação pela motivação da partilha, a organização supera o caráter meramente econômico, dando um propósito social para si e um propósito de vida para o indivíduo”¹²⁵. Isto significa que, refletindo o substrato cultural do Movimento dos Focolares, os adeptos da Economia de Comunhão cultivam padrões éticos¹²⁶ que valorizam o humanismo e não admitem práticas como, por exemplo, a sonegação e a corrupção.

Guiando a Economia de Comunhão há, segundo Luigino Bruni, uma racionalidade de comunhão¹²⁷ que se caracteriza pelo universalismo¹²⁸; relacionalidade¹²⁹; racionalidade expressiva¹³⁰, e uma ‘certa’ não-condicionalidade¹³¹. Com efeito, impeli-

¹²⁵ SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 132. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

¹²⁶ O campo da ética – que é constituído pela consciência moral ou razão substantiva (que capacita o sujeito a distinguir entre o bem e o mal); capacidade para deliberar; relação justa e legítima entre os meios e os fins da ação; e a autonomia como qualidade do sujeito – pertence ao universo da práxis e não ao da técnica. Id. p. 122.

¹²⁷ Bruni parte dos pressupostos de que (a) o forte senso de pertencer a uma comunidade quer conjugar-se com uma abertura universalista; (b) a relação com o outro – não explicável pela simples atitude altruísta – reveste-se de um valor central; (c) os ‘moventes ideais’, intrínsecos e primariamente não-instrumentais, desempenham um papel chave; e (d) a reciprocidade não está ligada de modo pré-condicional ao comportamento de reciprocidade do outro, mas, ao mesmo tempo, não pode prescindir deste. BRUNI, Luigino. Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 58 a 64.

¹²⁸ O ‘nós’ na comunhão alarga-se até abranger a humanidade inteira. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 58 a 64.

¹²⁹ A pessoa é sempre vista numa relação construtiva com o outro. Id. p. 58 a 64.

¹³⁰ Que indica uma atração econômica regida por uma lógica, não primariamente instrumental, mas pelo desejo de ‘expressar’ com esse comportamento algo da própria personalidade ou dos próprios valores. Id. p. 58 a 64.

da por uma cultura que não faz distinção entre doador e beneficiado¹³², a Economia de Comunhão estimula a reciprocidade¹³³ entre os stakeholders (empresários, empregados, fornecedores, clientes¹³⁴ e pessoas necessitadas), produzindo um estado de compreensão recíproca, do qual, no dizer de Sorgi, decorrem, inclusive, a partilha de problemas e a busca comum de soluções, convertendo a empresa da EdC em comunidade de pessoas¹³⁵. Sobre este ponto, Ressler afirma que a Economia de Comunhão se baseia "na concepção e na experiência de que o homem se realiza dentro de uma existência comunitária, e é justamente essa visão que garante a sua ex-

¹³¹ Embora frutos da gratuidade e, portanto, dispensados não sujeitos a quaisquer condicionalidade a priori, os gestos suscitam uma certa condicionalidade a posteriori. Explicando o significado do termo 'certa não-condicionalidade', Bruni aponta que, para que a Economia de Comunhão tenha êxito, é necessário que (independentemente da Gratuidade a priori), com o tempo, haja reciprocidade. Id. p. 58 a 64.

¹³² Em discurso em Piacenza (Itália), Chiara Lubich evidenciou que, no âmbito da Economia de Comunhão, os pobres não são nem assistidos nem beneficiários. São, ao contrário, parte integrante do projeto da EdC, ao qual doam as suas necessidades, numa relação paritária, numa relação de comunhão. Isto deixa claro que, na EdC, os pobres são tão membros do Projeto quanto os empresários, os trabalhadores etc. Isso deixa claro que na Economia de Comunhão a ênfase não é posta no altruísmo, mas sobretudo na comunhão e na reciprocidade. Ver BRUNI, Luigino. Para uma teoria econômica de comunhão: "coisas antigas e coisas novas". BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 53. Sobre este ponto, em palestra proferida no Congresso da EdC em abril de 2007, Luigino Bruni afirmou que "a ajuda ao pobre (na EdC) não é vertical, mas horizontal.". BRUNI, Luigino. Pobreza e arte da partilha na EdC. Congresso da EdC. Mariápolis Ginetta. Vargem Grande Paulista: 30 de abril de 2007.

¹³³ Serafim aponta que, na visão da economia de comunhão, "o elemento que permite o desenvolvimento da economia é o relacionamento entre as pessoas" e acrescenta que "a atividade econômica é vista, não como território do interesse próprio, mas como espaço onde as pessoas colocam os próprios talentos e bens num jogo de reciprocidade". SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 76. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

¹³⁴ Vera Araújo afirma que, no âmbito da EdC, "os clientes são tratados com um respeito especial, com tarifas proporcionais às possibilidades de cada um deles" Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 12 a 15. Sobre o assunto, Serafim chama atenção de que, no âmbito das empresas da EdC, o cliente é bem tratado, não por uma questão comercial ou de conveniência econômica, mas sim pela convicção de que a comunhão se estende a todos. SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 83. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

¹³⁵ SORGI, Tommaso. A cultura do dar. In: COSTA, Rui et al. Economia de comunhão. 2ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 40. Sobre o tema, Vera Araújo afirma que "as empresas da EdC são comunidade de pessoas, nas quais há igualdade fundamental de todos os agentes, independentemente de papéis ou funções desempenhadas; se pratica uma cultura do trabalho na qual se realça a dignidade do trabalhador, com ênfase para o repouso e a saúde". Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 12 a 15.

pansão e o seu desenvolvimento"¹³⁶. No dizer de Bruni, é, “antes de tudo, ver no outro, que é ‘pobre’, um dom que faz com que eu seja eu mesmo, uma pessoa da qual necessito para a minha realização.”¹³⁷

2.7 A Economia de Comunhão e a dinâmica da economia

A Economia de Comunhão não propõe um novo modelo econômico¹³⁸ e, sim uma ‘nova economia’ para Homens Novos que vivem a ‘cultura do dar’¹³⁹ e, com isso, no dizer de Vera Araújo, pode elevar a comunhão à categoria econômica¹⁴⁰. Aliás, no dizer de alguns autores, entre os elementos que contribuem para o sucesso das empresas da EdC está um ‘algo mais’ associado à Gratuidade.

Agindo segundo normas específicas numa ambiência peculiar que é, ao mesmo tempo, paralela e enleada ao universo econômico tradicional, a EdC atua sem exigir ou provocar grandes impactos diretos na dinâmica tradicional e o relacionamento entre os stakeholders ocorre de forma natural. De fato, um ponto notável da Economia de Comunhão é sua compatibilidade com a economia de mercado, pois o funcionamento das empresas da EdC não requer nenhum tipo de alteração política ou econômica no ambiente em que atuam. No dizer de Chiara Lubich, para o funcio-

¹³⁶ RESSL, Markus. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. Id. p.80.

¹³⁷ BRUNI, Luigino. Pobreza e arte da partilha na EdC. Congresso da EdC. Mariápolis Ginetta. Vargem Grande Paulista: 30 de abril de 2007.

¹³⁸ “A Economia de Comunhão não nasceu para realizar um projeto econômico, combater alguma coisa ou alguém, a fim de realizar o sonho de um reformador ou de um utopista”. BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 53.

¹³⁹ FERRUCCI, Alberto. Uma dimensão diferente da economia: a experiência Economia de Comunhão. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 38.

¹⁴⁰ ARAÚJO, Vera. Que pessoas e que comunhão para a Economia de Comunhão? Id. p. 29.

namento da EdC é necessário apenas um objetivo claro (que, no dizer dela, é a comunhão entre os homens e seus bens) e ‘homens novos’ – para conduzir o projeto.

Enquanto isso, estruturada na ética cristã focolarina, que a torna imune à lógica instrumental cujo valor supremo é o lucro¹⁴¹, a Economia de Comunhão busca os objetivos de ‘gerar recursos para ampliar a capacidade do Movimento dos Focolares promover a ajuda às pessoas pobres a ele vinculadas’ e ‘divulgar a Cultura da Partilha’, levando a propriedade privada a cumprir a função social nos termos colocados por João Paulo II¹⁴², instrumentando-a “para o bem de todo o gênero humano pela criação de trabalho útil e partilha da riqueza”¹⁴³ e resgatar a hipoteca social adquirida ao longo dos tempos¹⁴⁴.

¹⁴¹ “A cultura capitalista desencadeou – dentro de um sistema capaz de produzir uma grande quantidade de bens – a mentalidade do acumular. Não estimulou a circulação de bens e a comunhão, mas o consumismo individualista”. Ver SERAFIM, Maurício Custódio. *A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão*. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 70. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>, acesso em 30 dez. 2006, 11:50.

¹⁴² O conceito de função social foi introduzido na Doutrina Social da Igreja Católica pelo Papa João Paulo II. João Paulo II. *Sollicitudo Rei Socialis*, Roma: 1987. n. 42. Disponível em: <www.vatican.va/edocs/POR0070/_P8.HTM> acesso em 25 dez. 2006, 10:23. Na encíclica ‘Centesimus Annus’ (1991), o papa João Paulo II explica a lógica da destinação universal dos bens, dizendo que “Deus deu a terra a todo gênero humano, para que ela sustente todas as suas criaturas, sem excluir alguém” e a lógica da propriedade individual, dizendo que “... é mediante o trabalho que o homem, usando da sua inteligência e liberdade, consegue dominar (a terra) e estabelecer nela a sua digna morada. Deste modo, ele se apropria de uma parte da terra, adquirida precisamente com o trabalho. Está aqui a origem da propriedade individual. Obviamente ele tem também a responsabilidade de não impedir que os outros homens tenham igualmente a sua parte [...] pelo contrário, deve cooperar com eles para conjuntamente dominar toda a terra”. JOÃO PAULO II. *Centesimus annus*. Roma: 1991. n. 31. Disponível em: <www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus_po.html>. Acesso em 01 jan. 2007 às 10:56.

¹⁴³ SERAFIM, Maurício Custódio. *A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão*. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 70. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>, acesso em 30 dez. 2006, 11:50.

¹⁴⁴ No âmbito da Economia de Comunhão, ao invés de estar a serviço de uns poucos para favorecer a acumulação de riquezas ou a sede do consumismo, a propriedade privada pode concretizar plenamente a destinação universal dos bens, realizando a partilha, gerando empregos e sanando as necessidades dos mais pobres. ARAÚJO, Vera. *Que pessoas e que comunhão para a Economia de Comunhão?* BRUNI, Luigino (Organizador). *Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

Nesta perspectiva, segundo Thimer, a Economia de Comunhão pode ser concebida como "um modelo empresarial orientado por princípios cristãos, pelo qual se efetiva um modo peculiar de lidar com os bens, com o lucro e com as relações humanas"¹⁴⁵. Aliás, no âmbito da Economia de Comunhão, o empresário é alvo de homenagens, sendo considerado o primeiro protagonista na economia de mercado.

A empresa da EdC é conduzida por Homens Novos. Nela, o empresário não tem a índole do Homo Œconomicus – ser animado pelo egoísmo racional que caracteriza a lógica instrumental e cuja única finalidade é o lucro. Em depoimento sobre a Economia de Comunhão, o empresário Alberto Ferrucci, da Prometheus S.p.A, de Gênova, na Itália, disse que “Chiara propunha a nós empresários não apenas produzirmos – com profissionalismo e criatividade – produtos úteis e de boa qualidade, como, também, atuarmos em nossas empresas de modo transparente, pagando imposto e não propinas, sem poluir e sem participar de concorrências ilícitas. Propunha, além disso, aplicarmos os lucros assim obtidos não somente para fortalecer a empresa, mas também partilhá-los – livremente – com os necessitados mais próximos e para difundir a cultura do dar”¹⁴⁶.

Serafim aponta que as categorias *Propriedade como função social, Amor recíproco, Ideal da unidade, Comunhão de bens e Homem novo*, ‘importadas’ do Movimento dos Focolares, se aplicam aos aspectos distributivos (ou re-distributivos) da

¹⁴⁵ THIEMER, Stefan. Economia de Comunhão: um modelo para a sociedade. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 101.

¹⁴⁶ FERRUCCI, Alberto. Uma dimensão diferente da economia: a experiência Economia de Comunhão. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 33 e 34.

Economia de Comunhão e nada acrescentam ao aspecto da produção¹⁴⁷ – aspecto este que, no dizer de Tommaso Sorgi, consiste em "fazer frutificar os próprios bens, a fim de que produzam outros, em multiplicá-los de forma que se tenha mais bens ainda para colocar em comum"¹⁴⁸.

Embora não se insurja contra a dinâmica econômica corrente¹⁴⁹ e reconheça que atua em ambiente de regras implacáveis¹⁵⁰, a Economia de Comunhão não faz concessões e usa métodos próprios¹⁵¹ baseados na cultura da partilha e na Gratuidade¹⁵², o que, por si só, contraria a lógica individualista que caracteriza a economia de mercado. Assim, poder-se-ia dizer que a Economia de Comunhão se serve da plataforma oferecida pela economia corrente para lançar as bases de um outro mo-

¹⁴⁷ SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 74. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>, acesso em 30 dez. 2006, 11:50.

¹⁴⁸ SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et al. Economia de comunhão. 2ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 40.

¹⁴⁹ BRUNI, Luigino (organizador). Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 9. Leite destaca, inclusive, "o fato é que a cultura econômica que inspira a EdC possui uma visão substancialmente positiva do mercado e da empresa". LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 265.

¹⁵⁰ SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 56.

¹⁵¹ Serafim aponta que "a proposta [da EdC] não tem por objetivo modificar certas características e princípios do capitalismo (como, por exemplo, o direito à propriedade privada e o princípio da livre iniciativa), mas renovar a dimensão cultural, para recuperar a multidimensionalidade do homem, e permitindo reconectar o dinamismo econômico a uma ética verdadeiramente humana, que respeite a liberdade e dignidade do homem". SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 76. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>, acesso em 30 dez. 2006, 11:50.

¹⁵² Luigino Bruni afirma que "uma atividade econômica que queira contribuir com o bem estar, [...] deve dar espaço à dimensão da dádiva, do amor, da comunhão e também da espiritualidade". BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 38.

duis vivendi¹⁵³. Talvez por isso, Vera Araújo afirme que a EdC segue na direção “contrária daquilo que é considerado construir as vigas mestras do comportamento econômico” e tem a possibilidade de “implodir a ‘construção’ [do atual sistema econômico] injetando-lhe um líquido novo para renová-la radicalmente a partir de dentro”¹⁵⁴.

Por outro lado, embora atuem na mesma ambiência política e econômica, diferenças marcantes, especialmente decorrentes dos fundamentos éticos e da motivação dos empresários envolvidos, distinguem as empresas da Economia de Comunhão e as empresas tradicionais. Enquanto empresários da economia tradicional são movidos basicamente pela ética comercial e por estímulos plutocêntricos estruturados em uma racionalidade instrumental que estabelece preferências com base na

¹⁵³ Para Leite, "a experiência da EdC possui elementos que contrariam este modelo dicotômico da ordem social porque mostra, com sua praxis, que é possível servir-se do mercado como meio para obter objetivos de natureza pública". LEITE, Kelen Christina. *Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas*. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 297. Para Luigino Bruni, "a visão de economia e de empresa contida na EdC questiona a própria idéia de atividade econômica, de mercado e de empresário". BRUNI, Luigino. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 10. Luigino Bruni acrescenta que "ao procurar uma nova relação entre mercado e sociedade, a EdC encerra um significado profético, porque desafia as ideologias dominantes na era da Globalização". BRUNI, Luigino. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 36. Sobre o assunto, Leite afirma que "são raros os termos tão impregnados de ideologia quanto o termo globalização". LEITE, Kelen Christina. *Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas*. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 24.

¹⁵⁴ ARAÚJO, Vera. *Economia de Comunhão e comportamentos sociais*. COSTA, Rui et. al. *Economia de Comunhão*. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 11. A renovação da dinâmica cultural no âmbito capitalista se dá pela adoção da cultura da partilha, que é antagônica à cultura do ter – que se caracteriza pelo impulso ao consumo. Segundo a fundadora Chiara Lubich, "[a Economia de Comunhão] haverá de contribuir para estimular uma nova mentalidade, um novo estilo de vida no campo socioeconômico". LUBICH Chiara. *Economia de Comunhão - História e Profecia*. Coleção EdC. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 16. Vale a pena destacar que, como contribui para superar "a incômoda convivência entre a floresta de modernos arranha-céus e as não menos numerosas favelas que circundam as cidades brasileiras, e, em particular, para tirar da miséria das favelas primeiramente aqueles que lhe estavam mais próximos, porque tinham escolhido com ela o ideal da Unidade", é inegável que a Economia de Comunhão (EdC) atua na perspectiva de sanar os males do neoliberalismo. FERRUCCI Alberto. *Neoliberalismo, desenvolvimento sustentável e Economia de Comunhão*. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) *Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 29. Leite afirma que "a EdC busca reconceituar o mercado, pois o projeto constitui-se, basicamente, por empresas que atuam no mercado, porém não apenas com objetivos instrumentais, usam o mercado como meio de redistribuição da renda e da riqueza, através da comunhão dos lucros, e ainda, propiciam formas de socialização pelo trabalho fomentando no seu interior uma consciência social e política aos sujeitos". LEITE, Kelen Christina. *Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas*. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 357.

expectativa de lucros financeiros e escolhas na possibilidade de otimizá-los, os empresários da Economia de Comunhão são guiados pela ética cristã focolarina e aceitam a Dádiva e a Gratuidade como elementos válidos na dinâmica econômica¹⁵⁵.

Vale dizer que, embora a maioria das empresas da Economia de Comunhão atue no mercado com fins lucrativos, o Projeto também abriga organizações que não têm fim lucrativo. É o caso do Consórcio de Cooperativas Sociais 'Roberto Tassano', de Gênova, na Itália, que reúne 11 cooperativas¹⁵⁶.

No encontro de Luigino Bruni com acadêmicos interessados na Economia de Comunhão por ocasião do XVI Congresso da EdC realizado entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 2007, na Mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista, em São Paulo, foi sugerida a adoção de instrumentos da Economia Solidarista, especialmente os que tratam da co-propriedade nos meios de produção, como forma de ampliar a comunhão no seio do Projeto Economia de Comunhão. A proposta se ampara no argumento de que, sem contrariar nenhum dos fundamentos da EdC, através da co-propriedade nas empresas da EdC que, no âmbito econômico, materializam os princípios da descentralização e participação implícitos na Subsidiariedade, o funciona-

¹⁵⁵ GODBOUT, Jacques T. Introdução à Dádiva. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 21, 1997, Caxambu. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. p.6.

¹⁵⁶ O Consórcio de Cooperativas Sociais 'Roberto Tassano', localizada em Sestri Levante, em Gênova, na Ligúria, no norte da Itália, agrupa 11 cooperativas organizadas no âmbito dos consórcios 'Campo Del Vescoso', que gerencia casas de repouso e centro terapêutico de doenças mentais; 'Gianellinete', que sucedeu uma ordem religiosa à frente de serviços educacionais; e 'Alpe', que gerencia os aspectos administrativos, fiscais e de recursos humanos dos demais consórcios. Em 1999, o Consórcio de Cooperativas Sociais Roberto Tassano, que fora criado nove anos antes com apenas três sócios, passou a administrar várias casas de repouso para idosos e doentes mentais, gráficas e estruturas produtivas para pessoas desempregadas, com 420 sócios. Pela sua capacidade de suscitar novas iniciativas produtivas, o Consórcio Tassano está sendo considerado uma 'incubadora empresarial'. FERRUCCI Alberto. Neoliberalismo, desenvolvimento sustentável e Economia de Comunhão. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 31. Ver também LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 279.

mento das empresas da Economia de Comunhão aprofunda ainda mais a comunhão dos bens defendidos pelo Movimento dos Focolares impulsionando uma ordem mundial baseada nos ideais de fraternidade e comunhão.

As diferenças de motivação dos empresários da EdC e da economia tradicional se projetam sobre as empresas, estabelecendo marcos de distinção, especialmente no que diz respeito ao tipo de relação econômica que se trava no mercado, pressupostos culturais e econômicos, elementos centrais de relacionalidade, formas de apropriação dos resultados empresariais, formas de avaliação dos resultados e tipos de relação da empresa com a sociedade.

No Quadro I, exibido a seguir, estão algumas das diferenças entre a economia tradicional e a Economia de Comunhão apontadas por Borges Quaresma:

QUADRO 1 - Diferença entre a economia tradicional e a EdC¹⁵⁷.

Aspecto	Economia tradicional	EdC
Base das relações econômicas	Individualismo	Solidariedade
Pressuposto	Cultura do Ter	Cultura da Partilha (Dar)
Cultura	Cultura do ser para si.	Cultura do ser com o outro.
Racionalidade	Utilidade baseada na acumulação e máxima elevação do lucro privado.	Doação e partilha do lucro com personalização do relacionamento e felicidade humana.
Categoria dos agentes	Homo oeconomicus, Homo Consumerico, individualista, hedonista, egoísta.	Homo doador. Solidário. Homo espiritual
Oposição entre bem individual e bem social	Há	Não há
Relação entre o homem e o capital	O capital tem primazia sobre o homem	O homem tem primazia sobre o capital
Elemento básico de relação	Condicionalidade	Gratuidade
Prevalência da racionalidade	Racionalidade Instrumental Racionalidade do Eu	Racionalidade Substantiva Racionalidade do Eu com todos
Ligação entre os indivíduos antes de iniciar a troca.	Os indivíduos não estão ligados uns aos outros.	Os indivíduos estão sempre ligados uns aos outros por nexos indivisíveis.
Forma de apropriação	Apropriação privada do excedente	Apropriação do excedente privada e partilhada com dois atores beneficiários fora do processo produtivo.
Avaliação dos resultados	Foco na avaliação dos resultados econômicos de mercado.	Foco nos atores sociais.
Premissa antropológica	Esquecimento	Afirmação
Relação da empresa com a sociedade	Empresa e sociedade	Empresa na sociedade

¹⁵⁷ Quadro construído a partir do ‘Quadro Fundamentos da economia clássica e de economia de comunhão’ apresentada em GONÇALVES. Heloisa Helena A Borges Quaresma. Sociabilidade do projeto de Economia de Comunhão na Liberdade - EdC. p. 3. Disponível em: <www.soltec.poli.ufrj.br/eneds/edicoesanteriores_2004-paineis.html>. Acesso em: 10 out. 2007, 06:10.

Por outro lado, vale dizer que, criada no ambiente do Movimento dos Focolares, a Economia de Comunhão se ampara em robusto pilar religioso¹⁵⁸. Neste sentido, a fundadora Chiara Lubich afirma que “nas empresas da Economia de Comunhão deixa-se espaço à intervenção de Deus, inclusive na atividade econômica concreta”, acrescentando que “os participantes da EdC creditam o sucesso do projeto a providência divina “que acompanha o progresso da Economia de Comunhão nesses anos”¹⁵⁹. Aliás, sobre este assunto, a professora Gold destaca que, como para a grande maioria dos empresários envolvidos, a EdC é um 'projeto divino', a consciência de fazer parte de um grande projeto cria motivação, alimenta a coragem moral que corrobora na superação de muitas dificuldades¹⁶⁰.

A dinâmica da Economia de Comunhão é embalada por uma espiritualidade que, no dizer de Barcovi “é o motor secreto de todo compromisso, aquele entusiasmo que anima, permanentemente, o cristão, aquela luz interior que alenta as pessoas, nos momentos de extremas dificuldades, e permite manter a serenidade diante

¹⁵⁸ Explicando a Economia de Comunhão na solenidade em que recebeu o título de doutor honoris causa em Economia e Comércio pela Universidade Católica do Sagrado Coração, em Piacenza, na Itália, em 29 de janeiro de 1999, Chiara Lubich afirmou que “não podemos esquecer outro elemento essencial: a Providência Divina que acompanhou constantemente o progresso da Economia de Comunhão nesses anos. Nas empresas da Economia de Comunhão deixa-se espaço à intervenção de Deus, inclusive na atividade econômica concreta. E experimenta-se que, após cada escolha contrária ao que aconselharia a praxe comercial, ele não deixa faltar aquele ‘cêntuplo’ que Jesus prometeu: uma receita inesperada, uma oportunidade imprevista, a oferta de uma nova colaboração, a idéia de um produto novo de sucesso...”. LUBICH, Chiara. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 18.

¹⁵⁹ “Nas empresas da Economia de Comunhão deixa-se espaço à intervenção de Deus, inclusive na atividade econômica concreta”, diz Chiara Lubich. LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 27 e 28.

¹⁶⁰ GOLD, Lorna. Abrindo espaço para uma nova visão econômica: redes locais-globais de comunhão. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 92 a 95.

dos objetivos ainda não alcançados"¹⁶¹. Serafim aponta que as categorias *Propriedade como função social*, *Amor recíproco*, *Ideal da unidade*, *Comunhão de bens* e *Homem novo*, 'importadas' do Movimento dos Focolares, se aplicam apenas aos aspectos distributivos (ou re-distributivos) da Economia de Comunhão e nada acrescentam ao aspecto da produção¹⁶². Sobre a função Produção, Serafim recorre a Sorgi, para quem esse novo esforço consiste em "fazer frutificar os próprios bens, a fim de que produzam outros, em multiplicá-los de forma que se tenha mais bens ainda para colocar em comum"¹⁶³.

2.8 As empresas da Economia de Comunhão

As chamadas 'empresas da EdC' são os principais instrumentos da Economia de Comunhão, funcionando como origem dos recursos que financiam não só a ajuda aos necessitados, mas, também, no limite da sua possibilidade, a difusão da cultura da partilha¹⁶⁴.

¹⁶¹ "É a espiritualidade que faz as pessoas se disponibilizarem, sempre, em busca de conquistas, sem nenhuma traição aos valores éticos com manipulações e mentiras". BARBACOVÍ, Lecir Jacinto. Economia de Comunhão: um projeto de inspiração cristã. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 119.

¹⁶² SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 74. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>, acesso em 30 dez. 2006, 11:50.

¹⁶³ SORGI, Tommaso. A cultura do dar. COSTA, Rui et al. Economia de comunhão. 2ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 40.

¹⁶⁴ As empresas da EdC são chamadas por Leite de "agentes propulsores de um novo solidarismo econômico". LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 18.

O elemento básico que caracteriza as empresas da Economia de Comunhão é a ‘comunhão do lucro’ – divisão do lucro em três partes¹⁶⁵ não necessariamente iguais¹⁶⁶ que se destinam a

- (1) consolidação da empresa;
- (2) ajuda aos necessitados; e
- (3) difusão da cultura da partilha.

Esta marca é fundamental, pois, embora existam outros elementos que caracterizam as empresas da EdC – inclusive porque, como afirma Benedito Guy, “o lucro é apenas a ponta do iceberg que aflora dos cálculos contábeis e, assim, a empresa pode distribuir riqueza de muitas outras maneiras”¹⁶⁷ –, a divisão do lucro em três partes é ‘o primeiro elemento de identidade do projeto’, sendo considerado um ‘indicador concreto da qualidade, seriedade da comunhão que procede e sucede a repartição do lucro’¹⁶⁸.

Antes de outras considerações, vale lembrar que, no âmbito da EdC, que propõe comportamento inspirado na Gratuidade, as pessoas necessitadas não são

¹⁶⁵ No âmbito do Movimento dos Focolares se costuma dizer que as empresas da EdC ‘colocam o lucro em comunhão’ com aqueles três objetivos.

¹⁶⁶ No início do Projeto Economia de Comunhão o lucro era repartido em ‘três terços’ e, não em ‘três partes’. A mudança tornou o modelo da EdC muito mais sustentável em uma economia de mercado. BRUNI, Luigino. Para uma teoria econômica de comunhão: “coisas antigas e coisas novas”. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 55. Leite afirma que do princípio da liberdade decorre alterações na formulação do princípio da subdivisão dos lucros. LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 299.

¹⁶⁷ GUI Benedito e outros. Economia de Comunhão - Projetos, Reflexões e Propostas. Coleção EdC. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 98.

¹⁶⁸ “A comunhão do lucro é a expressão final de uma vida de comunhão que envolve a vida empresarial inteira”. BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 32.

consideradas ‘assistidas’ ou ‘beneficiadas’ e, sim, parte integrante do Projeto, “vivendo, igualmente, a cultura da partilha”¹⁶⁹. Nesta perspectiva, conforme aponta Bruni, “a ajuda ao pobre não é vertical, mas horizontal”, pois se insere “numa rede de relacionamentos de reciprocidade, de fraternidade.... onde todos dão e todos recebem num relacionamento de igual dignidade.”¹⁷⁰.

Além da comunhão do lucro, há outros pontos comuns às empresas que aderem ao projeto da Economia de Comunhão¹⁷¹.

O documento ‘Linhas de condução de uma empresa de EdC’¹⁷² – declaração redigida em 1997 sobre o estilo de vida empresarial orientado para a comunhão – indica comportamentos que a ética cristã focolarina projeta sobre as empresas da EdC¹⁷³ e que redundam em:

- a) preservação da harmonia no espaço da empresa¹⁷⁴,
- b) rigoroso cumprimento das obrigações fiscais;

¹⁶⁹ LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 27 e 28.

¹⁷⁰ BRUNI, Luigino. Pobreza e arte da partilha na EdC. Congresso da EdC. Mariápolis Ginetta. Vargem Grande Paulista: 30 de abril de 2007.

¹⁷¹ Ferrucci afirma que o relacionamento entre trabalhadores, entre direção e trabalhadores, entre empresa e clientes, entre empresa e empresas concorrentes, empresa e administração pública, deveria ser sempre coerente com os princípios da economia de comunhão, respeitando-se a competência e a sensibilidade de cada um; e, ainda, a necessidade do absoluto respeito à legislação vigente em cada país, visando a correção administrativa e fiscal, em relação à política salarial, da segurança, da salubridade do local de trabalho e do impacto sobre o meio ambiente. FERRUCCI, Alberto. Considerações sobre a economia de comunhão. COSTA, Rui et al. Economia de comunhão. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 84 a 86.

¹⁷² BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 31 e 32.

¹⁷³ “As pessoas procuram seguir, nas formas exigidas pelo contexto de uma organização voltada para a produção, o mesmo estilo de comportamento que vivem em todos os outros âmbitos da vida”. LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 27 e 28.

¹⁷⁴ No âmbito das empresas da EdC, em função da comunhão e doação recíproca, o antagonismo é superado e “a dualidade que opõe empregado e empregador pode ser substituída pela complementaridade e interdependência”. COSTA, Rui. Uma experiência em curso. COSTA, Rui et al. Economia de comunhão. 2ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 120.

c) cultivo de relações harmônicas com concorrentes¹⁷⁵, clientes¹⁷⁶ e fornecedores; e

d) respeito ao meio ambiente.

A criadora da Economia de Comunhão, Chiara Lubich, para quem a empresa é uma comunidade de pessoas¹⁷⁷, condensa o conceito apontando que as características da empresas da EdC são (1) destinar parte dos lucros para o atendimento das necessidades mais urgentes de pessoas em dificuldades econômicas; (2) promover, no interior e junto a consumidores, fornecedores, concorrentes, comunidade local e internacional e, ainda, administração pública, relações de abertura e confiança recíprocas, tendo sempre em vista o interesse geral; e (3) viver e difundir a cultura da partilha, da paz e da legalidade, do cuidado com o meio ambiente dentro e fora da empresa¹⁷⁸. E, assim, no dizer de Chiara Lubich, as empresas da EdC buscam¹⁷⁹

¹⁷⁵ Vera Araújo afirma que, no âmbito da EdC, “a concorrência deixa de ser tratada como inimiga e, sim como ‘operadores de um mesmo setor, com os quais é possível estabelecer relacionamentos de colaboração tendo em vista um interesse comum’”. ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 12 a 15.

¹⁷⁶ Serafim chama atenção de que, no âmbito das empresas da EdC, o cliente é bem tratado, não por uma questão comercial ou de conveniência econômica, mas sim pela convicção de que a comunhão se estende a todos. SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 83. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

¹⁷⁷ Sobre o tema, Vera Araújo afirma que “as empresas da EdC são comunidade de pessoas, nas quais há igualdade fundamental de todos os agentes, independentemente de papéis ou funções desempenhadas; se pratica uma cultura do trabalho na qual se realça a dignidade do trabalhador, com ênfase para o repouso e a saúde”. ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 12 a 15.

¹⁷⁸ LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 17.

¹⁷⁹ LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 26.

a) instaurar relacionamentos leais, respeitosos e animados por um sincero espírito de serviço e de colaboração com clientes¹⁸⁰, fornecedores, poder público e, até mesmo, com concorrentes¹⁸¹;

b) valorizar os empregados, informando-os e envolvendo-os em variadas medidas, na gestão¹⁸²;

c) manter linha de conduta inspirada na cultura da ética¹⁸³;

d) reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo;

e) cooperar com entidades e iniciativas empresariais e sociais, locais e internacionais, com as quais se sintam solidárias.

A escolha da Empresa como vórtice da Economia de Comunhão ocorreu em função da capacidade da atividade empresarial gerar recursos e, nesta qualidade,

¹⁸⁰ Vera Araújo afirma que, no âmbito da EdC, “os clientes são tratados com um respeito especial, com tarifas proporcionais às possibilidades de cada um deles” Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 12 a 15.

¹⁸¹ Vera Araújo afirma que, no âmbito da EdC, “a concorrência deixa de ser tratada como inimiga e, sim como ‘operadores de um mesmo setor, com os quais é possível estabelecer relacionamentos de colaboração tendo em vista um interesse comum’”. Id. p. 12 a 15.

¹⁸² Para os irmãos Rodolfo e Henrique Leibholz, proprietários da FEMAQ - Fundação, Engenharia e Máquina Ltda., uma empresa da EdC que atua no ramo da siderurgia e tem como clientes a Volkswagen, Mercedes Bens e a General Motors, a produtividade não depende somente do investimento em tecnologia, mas sobretudo da vontade dos trabalhadores. GONÇALVES, Heloisa Helena A Borges Quaresma. Os resíduos sólidos de uma empresa de economia de comunhão. in: X Simpósio de Engenharia de Produção. 2003. p.5. Disponível em: <www.simpep.feb.unesp.br/anais10/gestaoambiental/arq03.PDF>. Acesso em: 26 dez, 2006, 22:31

¹⁸³ Sobre este ponto, há um profundo estudo em SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. Disponível em: <teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

oferecer condições para o financiamento de ações diretas de combate à pobreza¹⁸⁴. De fato, convencido da incapacidade do Estado de conduzir um programa eficaz de superação da pobreza, o Movimento dos Focolares decidiu atuar mais intensamente no auxílio aos necessitados e vislumbrou o engajamento de empresas como o caminho através do qual seu propósito poderia ser bem sucedido¹⁸⁵. E assim, foram concebidas empresas que, além de cumprir objetivos de gerar emprego e renda, direcionam parte do lucro para a ajuda aos necessitados e para a difusão da cultura da partilha, dando suporte a Economia de Comunhão¹⁸⁶.

Como exige o prévio comprometimento de colocar todos os aspectos da atividade, exigências e aspirações pessoais e requisitos do bem comum no centro das atenções¹⁸⁷, a adesão a EdC é uma decisão grave e deve ocorrer espontaneamente, de forma isenta de arrebatamento momentâneo, conveniência comercial, pressões

¹⁸⁴ No âmbito da EdC, a empresa não é vista apenas como instrumento de enriquecimento dos proprietários, mas, também como meio de se alcançar e garantir a dignidade da Pessoa Humana, sendo o lucro interpretado como um importante meio para se alcançar esse fim. SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 84. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>, acesso em 30 dez. 2006, 11:50.

¹⁸⁵ No dizer de Alberto Ferruci, "a função social da empresa não deve se limitar apenas à produção de riquezas, deixando ao Estado a tarefa de redistribuí-la, e à sociedade civil e ao voluntariado a função de suprir os desequilíbrios sociais daí resultantes". FERRUCCI, Alberto. Dialogar com a Sociedade Civil. Editorial. Economia de Comunhão - Uma nova cultura. Suplemento da Revista Cidade Nova. Ano VI, nº 1, Jul. 2000. Vargem Grande Paulista: p.4.

¹⁸⁶ "A Economia de Comunhão consiste em direcionar a empresa a constituir-se como comunidade de pessoas altamente responsáveis e motivadas – voltada à produção de bens e serviços – e a usar os lucros em vista de uma sociedade solidária aos excluídos, aos marginalizados, em uma palavra aos necessitados". Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 11. Nas empresas da EdC, o produto econômico é utilizado para uma "verdadeira comunhão" entre todos – ricos e pobres –, não consumindo os bens disponíveis, mas utilizando-os para produzir trabalho e riqueza a serem distribuídos. FERRUCCI Alberto. Neoliberalismo, desenvolvimento sustentável e Economia de Comunhão. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 30.

¹⁸⁷ Chiara Lubich afirma que aqueles que aderem ao projeto EdC - empresários, dirigentes, trabalhadores ou outras pessoas ligadas ao mundo da empresa – comprometem-se, em primeiro lugar, em por no centro das atenções, em todos os aspectos de sua atividade, as exigências e as aspirações da pessoa e os requisitos do bem comum. LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 26.

do mercado, estímulos governamentais ou de quaisquer outras influências¹⁸⁸, por isso, alguns autores se referem à Economia de Comunhão como 'Economia de Comunhão na liberdade'.

Embora coloquem o lucro em comunhão, as 'empresas da EdC' são empresas privadas que, sem precisar passar por nenhum tipo de alteração jurídica ou no regime de propriedade¹⁸⁹, atuam normalmente no mercado na busca dos lucros indispensáveis aos objetivos a que se propõem¹⁹⁰. Assim, para uma empresa se incorporar ao projeto da Economia de Comunhão, não precisa adotar qualquer modelo político-econômico-administrativo específico ou, mesmo, modificar a estrutura jurídico-organizacional, bastando apenas sua adesão aos princípios gerais da EdC¹⁹¹. Esta flexibilidade é essencial para a disseminação mundial do projeto da Economia de Comunhão, que está presente em países de diferentes legislações, costumes e culturas. De fato, adaptada às condições locais, há empresas da EdC organizadas sob diversas formas – sociedades anônimas, empresas por cotas limitadas, cooperativas, micro-empresas, etc.

¹⁸⁸ SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 79. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>, acesso em 30 dez. 2006, 11:50.

¹⁸⁹ Ferrucci afirma que, sem rejeitar a presença de cotistas importantes, o quadro de acionistas das empresas da EdC deveria ser constituído por um grande número de pequenos cotistas. FERRUCCI, Alberto. Considerações sobre a economia de comunhão. COSTA, Rui et al. Economia de comunhão. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 84 a 86.

¹⁹⁰ Para Ferrucci, as empresas da EdC deveriam ser entregues a pessoas profissionalmente competentes e, especialmente, motivadas pela cultura da partilha, respeitando as regras da eficiência e da produtividade. Id. p. 84 a 86.

¹⁹¹ Ferrucci afirma que, mantendo respeito à legislação local, as empresas da EdC deveriam, além de buscar um regime de propriedade baseado em um grande número de pequenas cotas de ações, ser entregues a pessoas profissionalmente competentes e motivadas pela cultura da partilha, buscando uma gestão econômica que busque eficiência e produtividade. Id. p. 84 a 86.

De qualquer forma, independentemente da forma como sejam organizadas, as empresas da Economia de Comunhão introduzem a reciprocidade não instrumental, a equidade, a dádiva e a cooperação na dinâmica econômica tradicional¹⁹². Por isso, conforme registra Luigino Bruni, a EdC é considerada ‘com fins lucrativos’ por aqueles que são sem fins lucrativos, e ‘sem fins lucrativos’ por aqueles que são com fins lucrativos; capitalista pelos comunistas e comunistas pelos capitalistas, liberal pelos comunitaristas e comunitarista pelos liberais¹⁹³.

Do ponto de vista da organização formal, as empresas da EdC são estruturas como as demais que militam no mercado. Isto quer dizer que sua constituição e inserção no circuito mercantil ocorrem de forma semelhante àquela observada nas demais empresas. Aliás, mesmo imbuídas de propósitos meritórios, as empresas da EdC não contam com nenhuma vantagem mercantil ou fiscal. Ao contrário. No Brasil, o sistema tributário é rigoroso e pune as doações com severas alíquotas. Assim, as parcelas destinadas à ajuda aos necessitados e difusão da cultura da partilha são gravadas. Por outro lado, como ocorre com as demais, as empresas da EdC que não conseguem suportar a ação da concorrência, soçobram no mercado. Em 1999, 14% das empresas da EdC que funcionavam em todo o planeta não suportaram as dificuldades e entraram em falência.

Este, digamos, estado de solidão vivido pelas empresas da EdC vem sendo paulatinamente superado. Embora ainda não esteja em curso nenhum projeto de incubação para empresas da Economia de Comunhão, além do ‘Sócio Invisível’

¹⁹² BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 23.

¹⁹³ Id. p. 10.

(como os focolarinos se referem à Providência Divina), surgem oportunidades que contribuem para fortalecer o projeto. Alguns autores lembram, por exemplo, a possibilidade de as empresas da EdC receberem financiamentos a partir de fundos de investimento formado por pessoas preocupadas com o sucesso do Projeto, como aqueles que possibilitam a criação dos Pólos Produtivos¹⁹⁴ ou de empresas como a Zins Projekt, no Sul da Alemanha, que, por determinado período, faz empréstimos sem a cobrança de juros¹⁹⁵.

Por outro lado, é inegável o impulso oferecido à Economia de Comunhão pelos pólos produtivos, que possibilitam, inclusive, a formação de redes de cooperação. De fato, embora em estágio incipiente, há a preocupação em se estabelecer redes de cooperação no âmbito da EdC¹⁹⁶. Estudo da professora Lorna Gold¹⁹⁷ destaca que, por conta da dinâmica da EdC, incluindo a formação dos pólos produtivos (aos quais atribui papel fundamental para o futuro da Economia de Comunhão¹⁹⁸), vêm se formando redes de relacionamentos em nível local e internacional de diver-

¹⁹⁴ Estes Fundos de Investimento são formados por pessoas que não estão ávidas em retorno financeiro, mas em contribuir para o desenvolvimento do Projeto da Economia de Comunhão.

¹⁹⁵ RESSL, Markus. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.83 e 84.

¹⁹⁶ Sobre o assunto, Vera Araújo afirma que as empresas da EdC buscam “a colaboração com outras empresas da EdC instaladas em diferentes nações ou continentes, através da participação de capitais, concessão de créditos e transferência de tecnologia”. Ver ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 12 a 15.

¹⁹⁷ GOLD, Lorna. Abrindo espaço para uma nova visão econômica: redes locais-globais de comunhão. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 92 a 95.

¹⁹⁸ Gold atribuiu grande importância aos pólos na formação das redes. Diz ela: "A criação do Pólo Empresarial serve para a promoção de relações verticais e horizontais entre as empresas da Economia de Comunhão, no âmbito local. Embora as empresas sejam de ramos diferentes, o fato de estarem geograficamente próximas promove a integração entre elas e delas com outras empresas que não fazem parte do projeto. Dessa relação decorre a criação de novas empresas que prestam serviços para as empresas do Pólo, como por exemplo, consultoria, contabilidade etc". Id. p. 94 e 95.

dos tipos, especialmente redes de sustento moral¹⁹⁹ e redes de contatos comerciais²⁰⁰, de natureza vertical, envolvendo fornecedores, clientes, autoridades legais, etc. e de natureza horizontal, envolvendo “empresas espalhadas e aparentemente sem nada em comum”.

2.9 Os Pólos Empresariais da Economia de Comunhão

Embora proponha um sistema revolucionário de repartição dos lucros, a dinâmica da Economia de Comunhão usa os instrumentos corriqueiros da economia ortodoxa, incluindo arranjos semelhantes aos distritos industriais.

Com efeito, no modelo apresentado no lançamento do Projeto Brasil, em 1991, ao anunciar a empresa como elemento impulsionador da Economia de Comunhão, Chiara Lubich propôs a construção de pólos produtivos nas imediações das cidades-testemunho do Movimento, as Mariápolis, para abrigar empresas da EdC. Estes pólos seriam apoiados, através de empréstimos ou subscrição de cotas por sociedades anônimas de caráter popular, encarregadas de levantar o capital neces-

¹⁹⁹ As redes de sustento moral, que podem ser informais quando se estruturam em contatos pessoais livres, regulares e espontâneos entre dois ou mais empresários ou formais quando se estruturam em vários encontros organizados pelas comissões em nível nacional ou internacional ou pelas associações da Economia de Comunhão, têm a função de reforçar a visão específica de comunhão das empresas individuais, possibilitando a abertura de um espaço próprio no mercado, no qual as empresas da EdC atuam seguras em relação a seriedade das intenções das outras empresas, criando um clima de confiança entre todas as empresas do grupo em nível local e global. GOLD, Lorna. Abrindo espaço para uma nova visão econômica: redes locais-globais de comunhão. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 92 a 95.

²⁰⁰ As redes de contatos comerciais, que têm por eixo a confiança que se estabelece no curso de negócios em que as empresas demonstram não ter apenas o objetivo de aumentar sua própria riqueza, mas também o de contribuir para o êxito das empresas envolvidas no negócio e com o sucesso da EdC em si. O estabelecimento de uma rede de contatos comerciais pode oferecer às empresas em processo de constituição uma 'buffer zone' (um suporte temporário às pressões do mercado, por exemplo, com um marketing que utiliza as redes de contato dentro do Movimento dos Focolares). Id. p. 92 a 95.

sário para novas experiências empresariais, especialmente em países pobres²⁰¹. Chiara Lubich referiu-se à possibilidade da união das poupanças das pessoas (“somos pobres, mas somos muitos”²⁰²) para financiar a formação de ‘Pólos Produtivos’ impregnados pela cultura da partilha nas cercanias das Mariápolis, proporcionando um local apropriado para as empresas se instalarem e “testemunharem juntas, como num laboratório, essa nova experiência econômica”²⁰³.

O apelo surtiu efeito e, em 1994, com a instalação do Pólo Empresarial ‘Spartaco’²⁰⁴ com projeto para abrigar dez empresas área comercial e de serviços²⁰⁵, no município de Cotia, a quatro quilômetros da Mariápolis Ginetta, em São Paulo²⁰⁶, surgiu o primeiro ‘Pólo Produtivo da EdC’, abrindo caminho para a instalação de muitos outros.

Hoje, além do Pólo Spartaco, estão em funcionamento ou em fase de instalação o Pólo Ginetta, na Mariápolis Santa Maria, em Igarassú, em Pernambuco, no Brasil; o Pólo Lionello Bonfanti, na Mariápolis Renata Icisa, em Loppiano, em Florença, na Itália; o Pólo Solidariedad, na Mariápolis Lia O’Higgins, em Buenos Aires, na Argentina; o Pólo Giosi, na Mariápolis Arco-Íris Abrigada, a 45 km de Lisboa, em Portugal; o Pólo da Mariápolis Faro Krizevci, na Croácia; o pólo da Mariápolis Vita,

²⁰¹ BRUNI, Luigino. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 28.

²⁰² CALLIARI, Ginetta. *O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões sobre a origem*. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) *Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.22.

²⁰³ Ver site da Espri SA. Disponível em: <<http://www.espri.com.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2007, 14:13

²⁰⁴ O nome ‘Spartaco’ foi dado por Chiara Lubich em homenagem ao jornalista e escritor Spartaco Lucarini, um dos primeiros focolarinos casados, que se destacou por sua neofilia, coragem ao risco e preocupação com a justiça social.

²⁰⁵ Ver site da Espri SA. Disponível em: <<http://www.espri.com.br/>> acesso em 06 jan. 2007, 14:13

²⁰⁶ Ver site do Movimento dos Focolares. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br/PAGEEDC.html>>. Acesso em: 29 nov. 2006, 07:50.

em Montet, na Suíça; o pólo da Mariápolis Giulio Bruyères Le Chatel, em Paris, na França; o Pólo da Mariápolis Luminosa, em Hyde Park, nos EUA; o pólo Solidar na Mariápolis Vita Rotselaar, em Bruxelas, na Bélgica, e o polo da Mariápolis Diamante, no México²⁰⁷.

Estes pólos, a exemplo dos distritos industriais, que se beneficiam das vantagens decorrentes da economia de escala permitida pela concentração geográfica, são conglomerados de empresas animadas pela Cultura da Partilha que, contando com o suporte das Mariápolis, inclusive de natureza cultural e espiritual, desfrutam maior probabilidade de sucesso e dão maior visibilidade ao Projeto, servindo, ao mesmo tempo, de laboratório, vitrine e ponto de referência da Economia de Comunhão.

A construção e administração dos Pólos Produtivos (ou Empresariais, como muitos autores preferem designar) são feitas por empresas especialmente constituídas para este fim. Com o suporte financeiro obtido pela subscrição de ações pelos simpatizantes do Projeto (“somos pobres, mas somos muitos”²⁰⁸), estas empresas adquirem e urbanizam áreas nas quais constroem as instalações que alugam às empresas da Economia de Comunhão. O Pólo Empresarial Spartaco, em São Paulo, por exemplo, é administrado pela ‘Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais Sociedade Anônima’ (Espri S.A.), uma sociedade anônima de capital fechado, cujo

²⁰⁷ LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 310.

²⁰⁸ CALLIARI, Ginetta. O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões sobre a origem. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.22.

capital social, fruto da subscrição de ações por mais de 3.600 simpatizantes da EdC, ultrapassa R\$ 2 milhões.

O patrimônio das empresas que constroem e administram os Pólos é constituído pelo terreno e benfeitorias edificadas e o rendimento das ações decorre da reavaliação dos imóveis em função da valorização do mercado imobiliário local²⁰⁹.

As empresas que constroem e administram os Pólos seguem os mesmos princípios que norteiam as Empresas da EdC e, tendo em vista a visibilidade que alcançam, funcionam como grandes vitrines do Projeto da Economia de Comunhão. A administração destas empresas exercita a gratuidade, a reciprocidade e a valorização dos bens relacionais que caracterizam a Economia de Comunhão. Neste embalo, os diretores das empresas que administram os Pólos não são remunerados e, nos negócios com as empresas que neles se instalam, praticam preços abaixo do mercado imobiliário. Esta política de preços faz parte do amálgama cultural que anima os empresários da Economia de Comunhão, funcionando como um atrativo adicional àqueles que pretendem instalar empresas de comunhão na região das Mariápolis. Vale dizer que, ao praticar um tipo de administração baseado na gratuidade, na reciprocidade e no prestígio aos bens relacionais, com imediatos reflexos no convívio entre as empresas, os empresários e os funcionários, os Pólos Empresariais da EdC não funcionam apenas como suporte físico para a instalação de empresas da Economia de Comunhão, mas, também, como mostruário de um regime impulsionado pela Cultura da Partilha.

²⁰⁹ Ver site da Espri SA. Disponível em: <<http://www.espri.com.br>>. Acesso em: 06 jan. 2007, 14:15

Ao oferecer uma base territorial para a instalação de empresas da EdC, os Pólos Produtivos assumem grande importância na evolução da Economia de Comunhão. Além de criar, pela proximidade física de empresas, uma massa crítica de discussão e divulgação do Projeto, os Pólos Produtivos melhoram as condições para a formação e desenvolvimento de redes de relacionamento, que podem ampliar as chances de sucesso empresarial dos envolvidos e, também, de disseminação da Cultura da Partilha. Por estas e outras razões, os Pólos Produtivos vêm animando os líderes da Economia de Comunhão como o embrião de um novo modelo de estrutura organizacional²¹⁰

Nos dias correntes, como veremos no item 3.3, a maior expansão da Economia de Comunhão ocorre nos chamados Pólos Produtivos.

Vale registrar que, para Gold, que os considera “exemplo concreto e potente da Economia de Comunhão em ação”, a repercussão dos pólos produtivos extrapola o nível local e alcança a escala mundial, o que torna “impossível calcular a potencialidade das empresas da EdC com base nos parâmetros usuais de sucesso” sendo necessário analisar a sua inserção nas várias redes da Economia de Comunhão.²¹¹

²¹⁰ Sobre este ponto, Leite menciona que, nos últimos congressos da EdC, ganha destaque a necessidade da criação de novas estruturas organizacionais para facilitar a comunhão e cita Luigino Bruni (1998:22), para quem [formas empresariais diferentes] podem surgir a partir dos pólos. LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 267.

²¹¹ Gold diz que, embora não sejam sequer mencionadas nos relatórios sobre comércio internacional, as empresas da EdC dispõem de notável a rede de contatos, representando “uma massa crítica que tem a sua influência sobre milhares de empresas na cadeia de fornecedores, produtores e distribuidores com as quais elas mantêm contato”. GOLD, Lorna. Abrindo espaço para uma nova visão econômica: redes locais-globais de comunhão. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 95.

2.10 A partilha dos lucros nas empresas da EdC

No âmbito da economia ortodoxa, de caráter liberal, onde prevalece uma lógica instrumental plutocêntrica baseada na escolha racional, as empresas são consideradas instrumentos para a busca do lucro e não há espaço para valores como gratuidade, altruísmo, solidariedade e reciprocidade – que são considerados restritos à ‘beneficência privada’²¹² –, o termo Economia de Comunhão parece um oxímoro, pois, se forem considerados de forma desconectada dos valores inerentes à cultura da partilha, ‘economia’ e ‘comunhão’ são conceitos que se contradizem e, nessa perspectiva, o projeto da EdC seria paradoxal. Por isso, preocupada, sobretudo, com o lucro, a lógica instrumental não compreende o sistema de partilha dos lucros adotado nas empresas da Economia de Comunhão. De sua parte, contrapondo esta interpretação, Bruni critica o modelo liberal que separa as etapas da produção e da distribuição, permitindo que empresas e empresários decidam autonomamente o destino dos lucros, e destaca a importância da gratuidade, reciprocidade e solidariedade, afirmando que é possível conjugar economia e comunhão se a base de atuação econômica dos agentes produtivos “for diferente da cultura do ter, do acumular, do desperdiçar”²¹³. É o que acontece com as empresas da EdC, que, por não estarem animadas pela dinâmica da economia tradicional, se empenham em resgatar a Gratuidade – que, no dizer de Bruni, foi banida da esfera pública e, sobretudo, da

²¹² BRUNI, Luigino. Para uma teoria econômica de comunhão: “coisas antigas e coisas novas”. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 51.

²¹³ ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 11. Chiara Lubich afirma que “há quem entreveja na categoria de ‘comunhão’ uma nova chave de leitura das relações sociais, que poderia contribuir para superar a postura individualista que hoje prevalece na ciência econômica”. LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 18.

esfera econômica²¹⁴ - em atitude que não pode ser confundida com filantropia ou, mesmo, com estratégias corporativas referidas genericamente como 'responsabilidade social'²¹⁵.

Na presente quadra da história, além de oferecer exemplo de como seria a dinâmica social no caso da instalação de uma ordem mundial baseada nos ideais de fraternidade e comunhão, o objetivo da Economia de Comunhão é 'gerar recursos para ampliar a capacidade do Movimento dos Focolares ajudar as pessoas necessitadas a ele vinculadas e divulgar a Cultura da Partilha', tendo como instrumento o lucro das empresas da EdC, que é colocado em comunhão. Neste sentido, as empresas da Economia de Comunhão encaminham duas das três partes do lucro à Comissão Regional da Economia de Comunhão do Movimento dos Focolares, que, por sua vez, encaminha para o Escritório Central da EdC, órgão ligado à Comissão Central da Economia de Comunhão e ao Centro do Movimento dos Focolares - Setor Economia e Administração, que é encarregado de promover a ajuda aos necessitados e reforçar os mecanismos de formação dos Homens Novos.

Nos momentos iniciais da história da Economia de Comunhão, o formato geral seguido pelas empresas da EdC preconizava a divisão do lucro em três partes iguais – um terço para a ajuda aos necessitados, outro para a formação de Homens Novos e o terço final, para a consolidação da empresa. Com o transcorrer do tempo,

²¹⁴ Bruni afirma que a cultura da modernidade banuiu a Gratuidade da esfera pública e, sobretudo, da esfera econômica ("para a economia bastam os contratos, os incentivos, as regras claras e os juros"), expurgando o termo 'gratuidade' do jargão da economia, confundindo-o com 'altruísmo' ou 'filantropia' ou, pior, em certos casos, tentando mercantilizar o comportamento 'gracioso'. BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 55.

²¹⁵ Alguns autores afirmam que, embora queira parecer 'Gratuidade', a maioria dos projetos de 'responsabilidade social' fazem parte de estratégias cujo interesse é o benefício da própria empresa. SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 85. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

no entanto, este formato revelou-se inadequado para as condições objetivas das empresas e evoluiu para o formato das ‘três partes’ (não necessariamente iguais). No dizer de Leite, esta modificação na política de distribuição dos resultados das empresas da EdC decorreu do espírito de liberdade que marca a Economia de Comunhão²¹⁶. Assim, o montante de recursos que cada empresa da EdC encaminha para o Movimento dos Focolares é função das possibilidades reais que cada uma delas enfrenta na ocasião. Em 1998, por exemplo, refletindo as dificuldades atravessadas pela região, as empresas da EdC baseadas no Nordeste do Brasil não puderam contribuir para o fundo da Economia de Comunhão²¹⁷.

A administração dos valores oriundos da comunhão dos lucros pelas empresas da EdC é feita por uma estrutura organizacional, encimada por um Escritório Central da EdC, sediado em Roma, que concentra informações sobre as necessidades, organiza e redistribui os recursos, e por escritórios locais, regionais e nacionais, que, nas instâncias em que atuam, sistematizam os dados que alimentam o banco de dados central. Ao final de cada ano, as empresas da Economia de Comunhão recolhem a contribuição que lhes é possível ao organismo específico do Movimento dos Focolares, a Comissão Regional da Economia de Comunhão, indicando, ou não, a parcela que pretende encaminhar a cada uma das destinações (ajuda aos necessitados e formação de Homens Novos).

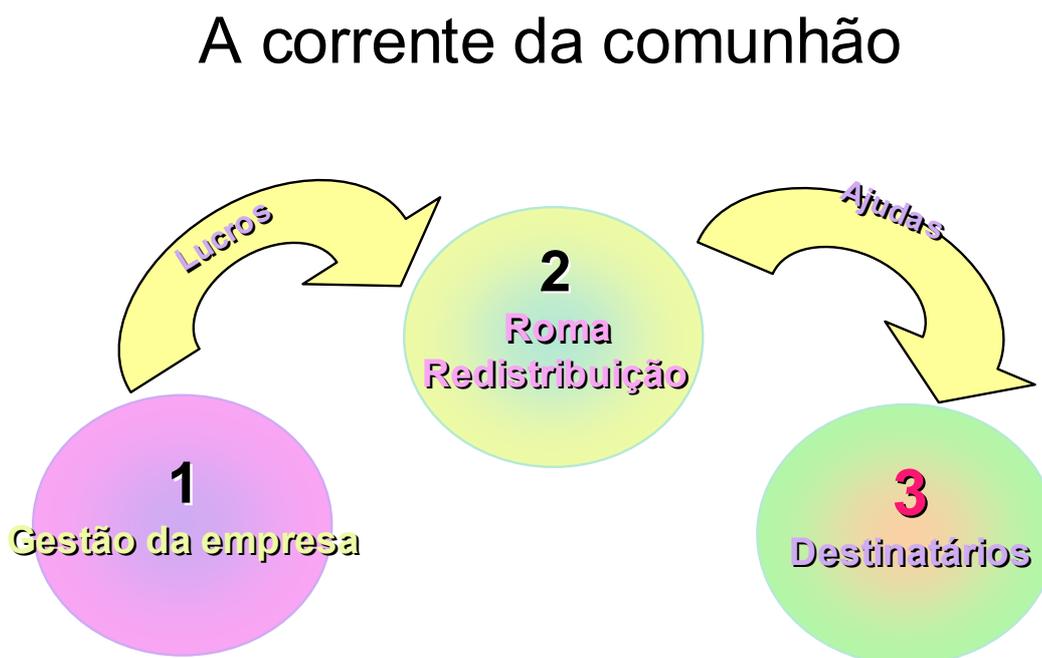
Os valores são, então, contabilizados em um fundo internacional administrado pelo Escritório Central da EdC, que, à luz do cadastro das famílias apontadas pelas

²¹⁶ LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 299.

²¹⁷ Ver, no Anexo 4, o quadro Empresas coligadas que enviaram lucros (1992-2006).

diversas unidades do Movimento dos Focolares e das necessidades de financiamento para cursos, etc., os redistribui, promovendo a 'ajuda aos necessitados' e a formação dos Homens Novos.

FIGURA 2 - A corrente da comunhão



O sucesso da EdC depende dos três anéis, todavia o mais importante é sempre o terceiro, porque é nele que está em jogo a fraternidade

Fonte: BRUNI, Luigino. Pobreza e arte da partilha na EdC. Congresso da EdC. Mariápolis Ginetta. Vargem Grande Paulista: 30 de abril de 2007.

Desde o início do projeto, o Movimento dos Focolares vem cadastrando focolarinos em estado de necessidade, tendo permanentemente conhecimento sobre a dimensão da pobreza que precisa resolver no interior do Movimento.

O quadro a seguir, que abrange o período que vai desde 1992, quando começou o censo, até 2003, mostra a evolução do número de famílias consideradas em

estado de necessidade pelos organismos locais do Movimento dos Focolares em cada continente.

QUADRO 2 - Famílias cadastradas para o benefício da EdC

Ano	Continente					
	África	América	Ásia	Austrália	Europa	Total
1992	1.306	1.752	448	-	938	4.444
1993	933	1.792	625	28	1.516	4.894
1994	984	1.806	920	30	1.734	5.474
1995	1.194	1.949	955	35	1.715	5.848
1996	1.367	2.434	976	53	1.809	6.567
1997	1.367	2.434	976	53	1.836	6.666
1998	1.394	2.258	974	53	1.787	6.466
1999	1.926	2.354	954	35	1.403	6.672
2000	6.164	2.518	897	24	1.207	10.830
2001	6.182	2.645	1.041	24	1.425	11.667
2002	6.283	2.801	1.299	41	948	11.352
2003	5.699	2.174	1.302	50	1.012	10.237

Fonte: Escritório Central da EdC (Secretaria Internacional da Economia de Comunhão. Via Frascati, 306 00040 Rocca Di Papa, Roma - Itália)

Vale observar que, no cadastro do Movimento dos Focolares, ao invés de cair, o número de famílias necessitadas está aumentando. Este fenômeno, além de refletir o eventual agravamento das condições verificadas em cada uma das regiões observadas, também indica a necessidade de ampliação dos recursos alocados na ajuda aos necessitados e o alargamento das 'ambições' do Movimento dos Focolares, que, confiante no impulso da EdC, passou a incorporar um número maior de pessoas em suas anotações.

Com base nestes cadastros, o Movimento dos Focolares faz uma estimativa dos recursos necessários e, mensalmente, autoriza o emprego de certa quantia para aplicação na ajuda aos necessitados.

No Brasil, seguindo o mesmo padrão, o Movimento dos Focolares cadastra as famílias em dificuldade e, a partir dos recursos obtidos pela comunhão global dos lucros das empresas da EdC, promove a ajuda. Este é um ponto alto da Economia de Comunhão, pois, como veremos mais adiante, a alocação de recursos na ajuda aos necessitados não decorre da distribuição local da contribuição feita pelas empresas das respectivas bases territoriais, mas, sim de um amplo programa de redistribuição, no qual há uma efetiva transferência de renda de regiões afluentes para aquelas necessitadas.

Entre agosto de 2005 e junho de 2006, a ajuda aos necessitados no Brasil alcançou R\$ 1.356.683,84 (hum milhão trezentos e cinqüenta e seis mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos), transferindo R\$ 626.220,00 (seiscentos e vinte e seis mil, duzentos e vinte reais), que corresponde a 46,15% do total, na Região Nordeste. Os dados estão mostrados no quadro a seguir:

QUADRO 3 - Valores transferidos para pessoas pobres por região do Brasil e item de despesa no período agosto 2005 a junho 2006.

Região	Pessoas	Ajuda (R\$)					Total (R\$)
		Alimento	Educação	Saúde	Moradia	Outros	
Norte	126	193.014,04	79.065,99	18.603,76	2.325,47		293.009,26
Nordeste	534	343.495,60	102.415,20	135.276,40	38.021,20	6.011,60	626.220,00
Centro-Oeste	19	7.200,00	7.200,00	14.160,00	3.000,00	13.000,00	44.560,00
Sudeste	125	72.248,40	43.257,20	58.430,40	34.496,00	2.497,60	210.929,60
Sul	78	53.585,60	9.278,30	11.928,20	11.928,20	4.932,10	91.652,40
Mariápolis Ginetta	58	20.967,10	17.299,00	20.565,18	20.530,20	11.951,10	91.312,58
Total	940	690.510,74	258.515,69	258.963,94	110.301,07	38.392,40	1.356.683,84

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP (Junho, 2006)

O volume de recursos aplicados na ajuda aos necessitados varia em função do montante global produzido pela comunhão dos lucros nas empresas da Economia de Comunhão. E, tendo em vista o formato atual da divisão do lucro – que se refere a ‘três partes’ e, não a ‘três terços’ –, este valor varia, não apenas em função do número de empresas da EdC existentes no planeta, mas, também, em função das condições financeiras e econômicas vividas por cada uma delas.

O quadro ‘Receita mundial destinada às pessoas em situação de pobreza’, mostrado a seguir, expõe a evolução dos valores necessários e daqueles efetivamente transferidos às famílias necessitadas cadastradas pelo Movimento dos Foculares no período entre 1992 e 2003.

QUADRO 4 - Receita mundial destinada às pessoas em situação de pobreza

Ano	Valor Necessário (US\$)	Valor Atingido (US\$)
1992	440.801	126.511
1993	1.601.678	449.736
1994	1.950.633	1.668.000
1995	2.357.056	1.926.211
1996	2.479.531	2.258.511
1997	2.724.636	1.915.975
1998	2.523.686	2.055.471
1999	2.352.066	2.074.552
2000	2.348.684	1.978.181
2001	2.392.862	1.716.788
2002	1.989.960	1.793.524
2003	1.745.715	1.592.125

Fonte: Escritório Central da EdC (Secretaria Internacional da Economia de Comunhão. Via Frascati, 306 00040 Rocca Di Papa, Roma – Itália)

Note que, refletindo o quadro de distribuição da pobreza no mundo, os maiores volumes da ajuda aos necessitados são encaminhados para famílias que residem na África, América Latina, Caribe, Leste Europeu e Sudoeste Asiático, em clara demonstração do processo redistributivo implícito na Economia de Comunhão. Com efeito, dando dimensão mundial à cultura da partilha, o Escritório Central da EdC sediado em Roma vem operando uma significativa transferência de renda das comunidades mais ricas, baseadas especialmente na Europa, para as comunidades mais pobres, sobretudo as baseadas na África e na América Latina.

Diante da realidade mundial, os montantes destinados aos pobres são insuficientes para atender todas as carências apontadas²¹⁸.

²¹⁸ Levantamento publicado em outubro de 2005 aponta que, do valor aplicado na ajuda a 6.849 famílias necessitadas, 49% destinou-se à aquisição de alimentos, 20% destinou-se ao pagamento de despesas escolares, 17% para assistência médica, 11% para habitação e 3% para outros tipos de ajuda.

Esta situação funciona como um desafio adicional para a Economia de Comunhão, cujo padrão de sucesso está atrelado, numa primeira etapa, à redução do número de necessitados no interior do Movimento dos Focolares e em todo o mundo, numa etapa subsequente²¹⁹.

Todas as ações do Movimento dos Focolares, incluindo a Economia de Comunhão, se sustentam na robusta formação cultural²²⁰ refletida através da ação dos chamados Homens Novos. Por isso, a concepção da Economia de Comunhão contempla a difusão da cultura da partilha ou formação de Homens Novos – aspecto que alimenta e é alimentado pela dinâmica do Movimento dos Focolares – como um dos objetivos do Projeto e que, na perspectiva financeira, correspondendo a uma das três partes nas quais o lucro das empresas da EdC é dividido. Assim, no limite de suas possibilidades, a Economia de Comunhão financia atividades que têm o propósito de difundir a cultura da partilha e reforçar a formação de Homens Novos, através da realização de encontros, simpósios, cursos, congressos, manutenção de Mariápolis, relacionamento com a imprensa, publicação de revistas, concessão de bolsas de estudo, estudos, teses e pesquisas que versam sobre a EdC²²¹.

Nesta perspectiva, há um esforço para a propagação da Economia de Comunhão nos meios científicos e acadêmicos, como forma de difusão da cultura da parti-

²¹⁹ No dizer de Bruni, “a contabilidade mais importante da EdC não é a que contabiliza os lucros, mas [saber] quantas são anualmente as pessoas que deixam de passar necessidade graças à EdC”. BRUNI, Luigino. Pobreza e arte da partilha na EdC. Congresso da EdC. Mariápolis Ginetta. Vargem Grande Paulista: 30 de abril de 2007.

²²⁰ “Se a comunhão não se tornar cultura, não haverá qualquer esperança de a EdC durar no tempo e o problema social poder, um da ser, resolvido”. BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 27.

²²¹ O calendário de eventos relacionados à formação de Homens Novos e difusão da Cultura da Partilha mantidos pela Economia da Comunhão é divulgado no site <http://www.edc-online.org/br/_news.htm>. Acesso em: 07 nov. 2007, 05:57.

lha, sendo expressivo o número de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de teses de mestrado e doutorado que abordam o tema. Sobre este assunto, Chiara Lubich afirma que

“É preciso que a Economia de Comunhão não se limite a exemplificações, criando empresas novas inspiradas nela, ilustradas por comentários de quem é mais ou menos competente. Ela deve ser tornar uma ciência, com a participação de economistas preparados, que saibam delinear a sua teoria e prática, confrontando-a com outras correntes econômicas, suscitando não só monografias, mas escolas que possam ajudar muitos. Uma verdadeira ciência, que valorize quem deve demonstrá-la com os fatos e represente uma verdadeira ‘vocação’ para quem, de alguma forma, a ela se dedica”²²².

Levantamento divulgado em outubro de 2005 aponta que, do valor aplicado na difusão da cultura da partilha (formação de Homens Novos), 24% foram destinados à elaboração de publicações, 21% foram destinados à construção e manutenção das Mariápolis, 22% foram destinados para a construção e manutenção de 'cidadezinhas', 14% para formação, 8% para Luaretane²²³, 6% em viagens e 5% em outras aplicações.

Consciente da dificuldade de explicar os modelos econômicos que não têm na escolha racional o seu princípio básico, entre os quais se inclui a Economia de Comunhão, Bruni recomenda buscar ‘dignidade teórica’, “procurando, em nome de uma pluralidade de teorias econômicas, coligar-se com tradições de pensamento mais

²²² LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 45.

²²³ Esta palavra tem origem na casa que, segundo a tradição, foi habitada pela Família de Nazaré (Jesus, Maria e José) e que foi transportada para a Basílica de Loreto (lauretana), na Itália.

capazes de compreender e de explicar essas realidades, do ponto de vista antropológico”²²⁴.

Pela inovação que apresenta, a Economia de Comunhão despertou o interesse de várias organizações sociais e, particularmente, do mundo acadêmico, servindo de base para diversas teses de graduação, mestrado e doutorado nos mais variados campos científicos, o que, de alguma forma, contribui para a difusão da cultura da partilha.

Vale dizer que, como fundadora e principal figura pública associada ao Projeto Economia de Comunhão, Chiara Lubich tem atraído muita atenção dos meios acadêmicos, funcionando como uma espécie de cabeça de ponte no esforço de divulgação da Cultura da Partilha. Até 1999, onze Universidades tinham atribuído o título de Doutor Honoris Causa a Chiara Lubich, criadora da EdC, em diversas áreas do conhecimento²²⁵.

²²⁴ BRUNI, Luigino. Para uma teoria econômica de comunhão: “coisas antigas e coisas novas”. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 50.

²²⁵ CALLIARI, Ginetta. O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões sobre a origem. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 23.

“Ter e ser são dois modos fundamentais de experiências, cujas respectivas forças determinam as diferenças entre os caracteres de indivíduos e vários tipos de caráter moral”.

Erich Fromm²²⁶

3. Expansão da Economia de Comunhão

3.1 Expansão mundial da Economia de Comunhão

Depois de acolhida com entusiasmo no Brasil, em 1991, a idéia da Economia de Comunhão se espalhou, experimentando notável crescimento geográfico e setorial com progressiva expansão em todos os continentes.

Nos dias correntes, o projeto Economia de Comunhão exibe empresas de sucesso por todo o planeta. No Brasil, entre outras, destacam-se a Prodiel Farmacêutica, que atua no mercado de distribuição de medicamentos e dietas enterais, e a FEMAQ S.A., dos irmãos Leibholz, que produz peças fundidas em aço e ligas de alumínio. Nas Filipinas, destaca-se o Banco Rural Kabayan, que, após a adesão ao Projeto, em cinco anos, passou da 123ª para a 3ª posição no ranking dos bancos rurais em volume de depósitos. Na Alemanha, destaca-se a Solidar Capital, empresa financeira que atua no Leste Europeu, América Latina e Oriente Médio, onde, através de participações que variam de 25% a 49% do capital das empresas locais, firma parcerias com o objetivo de desenvolver conhecimento e capacidades tecnológicas e organizacionais por meio de transferência de tecnologia. Na Ligúria, no norte da Itália, o Consórcio de Cooperativas Sociais Roberto Tassano, que conta com 420 sócios, suscita iniciativas produtivas, sendo considerado uma incubadora de empresas.

²²⁶ FROMM, Erich. *To have ou to be?* Nova York: Harper & Row, 1976. p 15 e 16. Apud GOULET, Denis. *Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável*. CAVALCANTI, Clovis (organizador) *Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 75.

Embora tenha sido lançada em 1991, quando recebeu um número expressivo de adesões, o registro oficial da expansão da Economia de Comunhão pelo Centro de Estatísticas da Economia de Comunhão só começou no ano seguinte, quando foi apontada a adesão de 230 empresas.

No fim de 1993, este número cresceu para 328, representando um acréscimo de 43% em relação ao ano anterior. Naquele ano, as empresas da EdC estavam difundidas por 38 países - 49% na Europa, 37% na América Latina, 7% na América do Norte, 7% na Ásia e Oceania²²⁷. Em 1993, além do Brasil, berço do projeto, a EdC estava presente na República dos Camarões, na África, nos EUA e no Canadá, na Argentina e Venezuela; nas Filipinas e Austrália, na Europa Oriental e na Europa Ocidental, onde a Itália despontava com 93 empresas da EdC.

Em 1994, o número de empresas da EdC no planeta passou para 403, representando um incremento de 23% em relação ao ano anterior, com presença em 46 países - 52% na Europa, 34% na América Latina, 7% na Ásia e Oceania, e 7% na América do Norte e Central.

Em 1995, o número de empresas da EdC cresceu 37% em relação ao ano anterior, passando para 551, das quais 60% na Europa (das 333 empresas apontadas, 298 estavam na Europa Ocidental e 35 no Leste Europeu); 33% nas Américas (185 empresas, das quais, 147 na América Latina – 38 na Argentina, 93 no Brasil e 16 na

²²⁷ SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 87. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez 2006, 11:50.

Venezuela, Colômbia, Uruguai e Chile); 5% na Ásia e Oceania (22 na Ásia e 5 na Austrália); e 2% na África²²⁸.

Nos apontamentos referentes a 1996, quando passou a computar conjuntamente os dados referentes às bandas oriental e ocidental da Europa, o Centro de Estatísticas da EdC, sob a chancela geral de 'empreendimentos,' considerou separadamente as 'empresas' e as 'atividades produtivas' - entendidas como as atividades desempenhadas por profissionais autônomos, pequenos empreendimentos e outras iniciativas que, embora contribuam para o sustento do projeto da EdC, não se configuram como empresa comercial. Naquele ano, o número de empreendimentos alcançou 711 (515 empresas e 196 atividades produtivas), representando um incremento de 29% em relação ao ano anterior, dos quais 56% estavam na Europa, 29% na América Latina, 18% na Ásia e Oceania, e 7% na América do Norte e Central.

Em 1997, o número de empreendimentos da EdC chegou a 747, indicando um aumento de 5% em relação a 1996, com 622 empresas (83% do total) e 125 atividades produtivas (17% do total). Desse total, 60% se localizavam na Europa, 25% na América Latina, 8% na América do Norte e Central, 6% na Ásia e Oceania e cerca de 1% na África.

Em 1998, o número de empreendimentos alcançou 754, com 595 empresas comerciais (79% do total) comerciais e 159 atividades produtivas (21% do total), dos quais 63% na Europa, 21% na América Latina, 8% na América do Norte e Central, 6% na Ásia e Oceania e 2% na África.

²²⁸ ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 15.

Em 1999, a Economia de Comunhão, que já estava presente em mais de 30 países, recebeu 07 novas adesões e o número de empreendimentos passou para 761 (194 atividades produtivas e 567 empresas comerciais), com dez empreendimentos com mais de 100 funcionários, 15 com quadro de funcionários entre 100 e 50 funcionários e 736, com menos de 50 funcionários.

Em 2000, o número de empreendimentos estava em 752, representando uma redução de 1,18% em relação ao ano anterior. Das empresas da EdC existentes no planeta naquele ano, 469 estavam na Europa, representando 62% do total; 217 estavam nas Américas (28% do total), 38 empresas estavam na Ásia (5% do total); 15 empresas na Oceania (2% do total); e as demais (13 empresas) estavam na África.

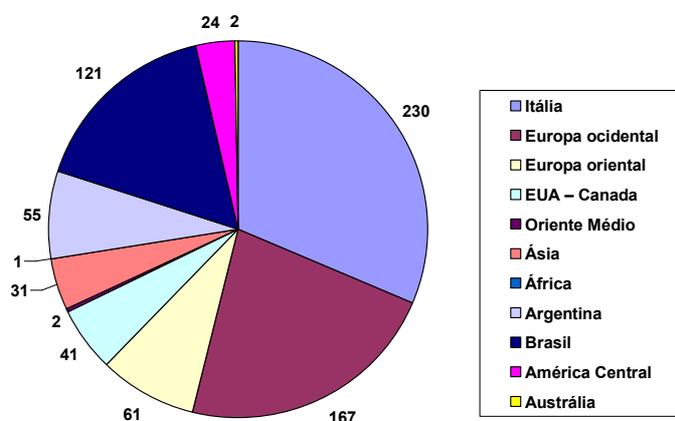
Em 2001, o número de empreendimentos cresceu 2,26%, com 769 empresas da EdC, das quais 481 na Europa, que experimentou um crescimento de 2,56% em relação ao ano anterior e passou a representar 62,54% do total; 224 nas Américas, que cresceu 3,22% em relação ao ano anterior, representando 29,12% do total; 40 empresas na Ásia, que cresceu 5,26% em relação ao ano anterior, representando 5,2% do total; 15 empresas na Oceania, que manteve o mesmo número do ano anterior; e 09 na África, que sofreu uma redução de 7,69% em relação ao ano anterior.

Em 2002, o número de empreendimentos cresceu 3,64% em relação ao ano anterior, passando para 797; com crescimento de 2,91% na Europa, que passou para 495 empresas; crescimento de 2,23% nas Américas, que passou para 229 empresas; crescimento de 12,5% na Ásia, que passou para 45 empresas; crescimento de 13,3% na Oceania, que passou para 17 empresas na Oceania; e, finalmente, crescimento de 22,2% na África, que voltou a ter 11 empresas.

Em 2003, o número de empreendimentos manteve-se em 797. Na Europa, este número caiu para 469, indicando um decréscimo de 5,25% em relação ao ano anterior. Nas Américas, o número de empresas cresceu 17,46%, passando para 269. Na Ásia, o número de empresas caiu para 42, indicando um decréscimo de 6,67%. Na Oceania e na África, o número de empresas caiu, respectivamente, para 08 e 09.

Os dados referentes ao ano de 2005 indicam uma redução no número de empresas da EdC presentes no planeta para 735. Além dos Pólos Produtivos Spartaco e Ginetta, no Brasil, Solidariedad, na Argentina; e Lionello, na Itália, e da implantação de pólos nos EUA, Bélgica, Espanha e Portugal, o projeto Economia de Comunhão tinha 230 empresas na Itália e 167 em outros países da Europa ocidental, 61 empresas em países da Europa oriental, 41 empresas nos EUA e Canadá, 2 empresas no Oriente Médio, 31 empresas na Ásia, 1 empresa na África, 55 empresas na Argentina, 121 empresas no Brasil, 24 empresas na América Central e 2 empresas na Austrália. Esta situação pode ser vista no gráfico seguinte:

Gráfico 1 - Presença mundial da EdC em 2005.



Em 2006, os registros do centro de estatísticas da Economia de Comunhão apontava a presença de 754 empresas da EdC no planeta.

Os números referentes à expansão e presença mundial das empresas da Economia de Comunhão podem ser observados de forma panorâmica no quadro mostrado a seguir.

QUADRO 5 - Expansão da EdC (1992-2003)

Ano	Continente					
	África	América	Ásia	Oceania	Europa	Total
1992	-	99	10	01	132	242
1993	01	144	19	03	161	328
1994	02	166	23	03	208	402
1995	06	184	23	05	336	554
1996	14	220	32	07	430	703
1997	11	244	37	07	448	747
1998	15	220	35	07	477	754
1999	11	221	36	15	478	761
2000	13	217	38	15	469	752
2001	09	224	40	15	481	769
2002	11	229	45	17	495	797
2003	09	269	42	08	469	797

Fonte: Escritório Central da EdC (Secretaria Internacional da Economia de Comunhão. Via Frascati, 306 00040 Rocca Di Papa, Roma – Itália)

3.2 Presença setorial da Economia de Comunhão

Atualmente, com diferentes formas de adesão e graus de engajamento, além de presença espacial na escala global, a Economia de Comunhão desponta em todo o espectro da economia. De fato, a Economia de Comunhão expandiu-se por todos os campos da economia, atuando no comércio, na indústria e nos demais setores.

Dados de 2005 apontam que, das 735 empresas da EdC que funcionavam no mundo, 148 atuavam no comércio, 188 atuavam na indústria e 366 atuavam em outros serviços.

Veja o quadro a seguir:

QUADRO 6 - Setor econômico de atuação das Empresas da EdC em 2005.

Área de Atuação	Quantidade
Comércio	148
Indústria	188
Serviços	366
Outras empresas	33
Total	735

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

No comércio, as empresas da EdC atuam em áreas díspares como confecção, alimentação, decoração, livros, informática, etc., conforme pode ser verificado no quadro a seguir:

QUADRO 7 - Área de atuação das empresas da EdC no setor Comercial (2005)

Atividade	Nº de empresas
Confecção	23
Alimentação	25
Decoração	10
Auto	4
Livros	9
Material de informática	3
Material médico-hospitalar	16
Material vários	58
Total	148

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

Na indústria, as empresas da EdC também militam em diversas áreas, atuando nos ramos de confecção, agrícola, artesanato, alimentação, decoração, construção civil, gráfica, metal mecânico, plástica, vídeo, etc., conforme pode ser verificado no quadro a seguir:

QUADRO 8 - Área de atuação das empresas da EdC no setor Industrial (2005)

Atividade	Nº de empresas
Confecção	18
Agrícola	24
Artesanato	3
Alimentação	33
Decoração	17
Artigos vários	24
Construção civil	25
Gráfica	7
Indústria mecânica	15
Plásticos	7
Vídeo	6
Outros	9
Total	188

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

No setor de Serviços, as empresas da EdC também militam em diversas áreas, atuando nos ramos de consultoria, contabilidade, fotografia, imobiliária, informática, jurídico, médico, projetos, ensino, telefonia, elétrico, eletrônico, transporte, turístico e outros conforme pode ser verificado no quadro a seguir:

QUADRO 9 - Área de atuação das empresas da EdC no setor de Serviços (2005)

Atividade	Nº de empresas
Consultoria	88
Contabilidade	7
Fotografia	3
Imobiliária	4
Informática	17
Jurídico	8
Manutenção	15
Médico	57
Projetos	16
Restauração	5
Escolar	33
Telefonia	1
Elétrico	7
Eletrônico	3
Transporte	3
Turístico	18
Outros	81
total	366

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

Dados de 2006 apontam que, das 754 empresas da EdC que funcionavam no mundo, 147 atuavam no comércio, 196 atuavam na indústria e 411 atuavam em outros serviços.

Veja o quadro a seguir:

QUADRO 10 - Setor econômico de atuação das Empresas da EdC em 2006.

Área de Atuação	Quantidade
Comércio	147
Produção	196
Outros Serviços	383
Outras empresas	28
Total	754

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

No comércio, as empresas da EdC atuam em áreas díspares como confecção, alimentação, decoração, livros, informática, etc., conforme pode ser verificado no quadro a seguir:

QUADRO 11 - Área de atuação das empresas da EdC no setor Comercial (2006)

Atividade	Nº de empresas
Confecção	24
Alimentação	26
Decoração	10
Auto	3
Livros	7
Material de informática	3
Material médico-hospitalar	17
Material vário	57
Total	147

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

Na indústria, as empresas da EdC também militam em diversas áreas, atuando nos ramos de confecção, agrícola, artesanato, alimentação, decoração, construção civil, gráfica, metal mecânico, plástica, vídeo, etc., conforme pode ser verificado no quadro a seguir:

QUADRO 12 - Área de atuação das empresas da EdC no setor Industrial (2006)

Atividade	Nº de empresas
Confecção	15
Agrícola	28
Artesanato	3
Alimentação	35
Decoração	19
Artigos vários	29
Construção civil	25
Editorial e gráfica	7
Indústria mecânica	15
Plásticos	6
Vídeo	6
Outros	8
Total	196

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

No setor de Serviços, as empresas da EdC também militam em diversas áreas, atuando nos ramos de consultoria, contabilidade, fotografia, imobiliária, informática, jurídico, médico, projetos, ensino, telefonia, elétrico, eletrônico, transporte, turístico e outros conforme pode ser verificado no quadro a seguir:

QUADRO 13 - Área de atuação das empresas da EdC no setor de Serviços (2006)

Atividade	Nº de empresas
Consultoria	94
Contabilidade	7
Fotografia	4
Imobiliária	4
Informática	18
Jurídico	8
Manutenção	16
Médico	57
Projetos	17
Restauração	6
Escolar	32
Telefonia	1
Elétrico	1
Eletrônico	5
Transporte	4
Turístico	20
Outros	89
Total	383

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

3.3 Expansão da Economia de Comunhão

Do ponto de vista quantitativo, depois de experimentar crescimento vertiginoso nos primeiros anos de funcionamento do Projeto²²⁹, a expansão do número das

²²⁹ Calliari Ginetta afirmou que a Economia de Comunhão se expande “como os círculos concêntricos da pedra lançada num lago se abrem ao infinito”. CALLIARI, Ginetta. O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões sobre a origem. BARAÚNA, Márcia. (Coord.)

empresas da EdC vem, aparentemente, passando por um processo de acomodação. Alguns analistas creditam este fenômeno, não a um arrefecimento do encanto exercido pela Economia de Comunhão, mas ao sistema usado pelo Centro de Estatísticas da EdC para enquadrar as organizações que militam no universo da EdC²³⁰ e ao rigor para aceitação de novas propostas de adesão ao Projeto.

De qualquer forma, há um sentimento de que, atingida a fase de crescimento vegetativo, a expansão do número das empresas da Economia de Comunhão pasará a obedecer a um padrão espasmódico em função dos impulsos provocados pela abertura de novas vagas nos Pólos Produtivos já existentes ou da instalação de novos Pólos.

Ao analisar o processo de desenvolvimento da Economia de Comunhão²³¹, além de aspectos quantitativos, Ressler observa aspectos qualitativos e se refere ao gradiente estabelecido pelo grau de engajamento dos empresários e de amadurecimento das empresas da EdC. Com base nestes critérios, Ressler classifica as empresas da EdC em três tipos:

a) Empresas Inseridas – aquelas que, em função da identificação dos empresários (mesmo desvinculadas do Movimento dos Focolares) com os princípios e objetivos da EdC, participam do Projeto através de contribuições, principalmente de

Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 22.

²³⁰ Usando nova metodologia de enquadramento, o Centro de Estatísticas da EdC deixou de classificar certas entidades econômicas como 'empresa' e passou a identificá-las como 'atividade produtiva'.

²³¹ RESSL, Markus. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.83 e 84.

natureza financeira (no dizer de Ressler, este tipo representa a maior das empresas que participam do Projeto)²³²;

b) Empresas em Constituição – aquelas completamente integradas ao Projeto da Economia de Comunhão e que atravessam um processo de ‘desenvolvimento’²³³;

e

c) Empresas Constituídas – aquelas que, após profundo processo de transformação e desenvolvimento, atingem o estágio mais avançado das empresas da EdC, colocando a propriedade em comum no Grupo Economia de Comunhão (na apreciação de Ressler, até o presente momento nenhuma das empresas que participam da Economia de Comunhão teria chegado a este estágio).

Em junho de 1999, Ressler afirmou que a Economia de Comunhão ultrapassara a ‘fase preparatória’, por ele identificada como aquela anterior ao lançamento do projeto em 1991, passando a viver uma fase de desenvolvimento rumo a maturidade em diversos aspectos, incluindo o pessoal envolvido (empresários, empregados e outros participantes), que estaria se aprimorando em termos de competência profissional e de existência comunitária; as empresas, que estariam buscando maturidade em termos de tamanho, finanças, de serviço e de estrutura, consolidando estruturas regionais, como a Espri S.A.; e a teoria, que estaria alcançando melhor definição concei-

²³² Alguns autores falam, ainda, em ‘Empresas coligadas’, que são aquelas nas quais um ou mais sócios aderem à Economia de Comunhão, respeitando plenamente a liberdade dos demais, adequando assim a repartição dos lucros. Esta mesma nomenclatura é usada para designar empresas que, por sua distância das ‘cidadezinhas’, não se inserem nos respectivos pólos empresariais.

²³³ Neste contexto, o termo ‘desenvolvimento’ parece se referir ao estágio de evolução da empresa na escala que afere o grau de comunhão dos bens. Em comentário de 1999, Ressler incluiu nesta categoria das empresas em ‘Constituição’ aquelas instaladas no Pólo Empresarial Spartaco. Ver RESSL, Markus. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.83 e 84.

tual com o desenvolvimento e definição do papel das empresas da EdC na Economia de Comunhão.

De fato, do ponto de vista quantitativo, a Economia de Comunhão não experimenta a evolução intensa que viveu nos primeiros anos do Projeto, do ponto de vista qualitativo, há um visível aperfeiçoamento na dinâmica de funcionamento das empresas e empenho para a construção de um arcabouço teórico-científico para embasar a EdC. O esforço para dar ‘dignidade científica’²³⁴ à Economia de Comunhão vem sendo conduzido, principalmente, pelo economista Luigino Bruni, que, ao final do XVI Congresso da EdC realizado na Mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista, em São Paulo, no final de abril de 2007, lançou o desafio para os estudantes e professores presentes. Desde então, começou a funcionar um grupo de discussão, que, sob a mediação do Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC, trata temas ligados a Economia de Comunhão com vistas ao desenvolvimento de uma teoria sobre a matéria²³⁵.

3.4 A situação Geral da EdC no Brasil

Berço da Economia de Comunhão, o Brasil é o país que, após a Itália, reúne o maior número de empresas da EdC. Dados de 2006 registravam a existência de 123 empresas da EdC no Brasil, espalhadas por todas as regiões, incluindo o Distrito Federal, e em dois pólos produtivos localizados em São Paulo e em Pernambuco.

²³⁴ O termo ‘dignidade científica’, que parece significar ‘respaldo científico’, é usado corriqueiramente nos círculos dirigentes da Economia de Comunhão. O economista Luigino Bruni, um dos principais teóricos da Economia de Comunhão, confessa ter sido convidado por Chiara Lubich para “dar dignidade científica à EdC”. Ver BRUNI, Luigino. *Comunhão e as novas palavras em Economia*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 12.

²³⁵ O endereço eletrônico do grupo de discussão articulado pelo Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC, que vem estudando o assunto é centrodeestudosedc@yahoo.com.br.

A evolução do número de empresas da Economia de Comunhão no Brasil, acompanhada pelo Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC a partir de 1992, reflete o comportamento da expansão da EdC, apontando grande ritmo de crescimento no início do Projeto e uma fase de estabilidade nos últimos anos. Esta evolução pode ser verificada no quadro apresentado a seguir:

QUADRO 14 - Número de empresas de EdC no Brasil (período 1992 – 2006)

Ano	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06
nº	59	81	86	88	88	87	88	87	77	90	90	94	112	123	123

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

Em 1992, primeiro ano de funcionamento da EdC e época em que o Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC começou a fazer registros e estatísticas referentes ao Projeto, em fenômeno associado ao impacto do lançamento da Economia de Comunhão no ano anterior, 59 empresas aderiram ao Projeto. A euforia continuou e este número saltou para 81 no ano seguinte.

Neste ano (1993), cumprindo a inspiração original de Chiara Lubich, com o suporte financeiro de cerca de 2.000 pessoas, incluindo estrangeiros vinculados ao Movimento dos Focolares, foi fundada a empresa ‘Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais S.A.’ (Espri)²³⁶, uma sociedade anônima de capital fechado²³⁷, com o fim específico de construir e administrar um pólo produtivo nas proximidades

²³⁶ FARIA, Ricardo Caiuby de Faria. Espri S.A. Economia de Comunhão e Movimento Econômico: desenvolvimento e perspectivas. BUREAU INTERNACIONAL DA ECONOMIA E TRABALHO. Mariápolis Araceli. 11 e 12 de junho de 1999. Anais... Vargem Grande Paulista: 1999. p. 125-128.

²³⁷ Sociedade Anônima de capital fechado é aquela cujas ações não são negociadas nas Bolsas de Valores e, sim na própria empresa.

da Mariápolis Ginetta²³⁸. Para garantir os recursos necessários para implementar os planos, incluindo aquisição da área, construção da infra-estrutura e dos galpões destinados às empresas, os precursores do Pólo da EdC organizaram o chamado ‘Grupo dos Quinhentos’ – um grupo de 500 pessoas (“somos pobres, mas somos muitos”²³⁹) que se comprometeram a subscrever mensalmente ações, ordinárias e preferenciais, no valor mínimo de R\$ 50²⁴⁰. A Espri S.A., cuja direção é feita por um Conselho de Administração de 19 membros e por uma Diretoria Executiva com quatro diretores adquiriu, então, uma área de 37.466 m², na Estrada de Água Espreada, nº 5.450, em Aguassai, no município paulista de Cotia, a quatro quilômetros da Mariápolis Ginetta (antiga Araceli), a urbanizou e a dotou da infra-estrutura necessária para abrigar, além do escritório da Espri e áreas comercial e de serviços, dez empresas. Surgiu, então, 1994, o Pólo Empresarial Spartaco, oferecendo um local apropriado para a instalação de algumas empresas da Economia de Comunhão. Por ser o primeiro pólo da EdC, além de grande visibilidade, o Pólo Spartaco, que atual-

²³⁸ Entre os serviços oferecidos, a Espri cria e mantém serviços comuns às empresas instaladas no Pólo Empresarial Spartaco; elabora planos de viabilidade econômica para as empresas em formação ou reestruturação; oferece serviços contábeis, jurídicos e fiscais às empresas; verifica o desempenho das empresas e incentiva novas iniciativas; oferece oportunidade àqueles que não têm capital suficiente para participar diretamente de um empreendimento ou que não têm vocação empresarial.

²³⁹ CALLIARI, Ginetta. O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões sobre a origem. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p.22.

²⁴⁰ O capital da Espri S.A. é proveniente da subscrição de ações e do aluguel dos galpões às empresas da EdC abrigadas no Pólo Spartaco. A valorização no mercado imobiliário destes galpões e de outros imóveis (como por exemplo, a sede da Espri, também situada no Pólo), que compõem o patrimônio da empresa, indica o rendimento das ações. Relatório apresentado na Assembléia Geral realizada em 30 de abril de 2007 com a presença de alguns dos cerca de 3.600 acionistas, apontou que, hoje, o capital social da Espri supera R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

mente abriga sete empresas²⁴¹. funciona como uma espécie de projeto piloto e constitui uma referência mundial para o Projeto.

Fotografia 2 - Pólo Spartaco, em Cotia, SP



Com o entusiasmo adicional proporcionado pela entrada em funcionamento do Pólo Spartaco, o primeiro no mundo, o número de empresas da Economia de Comunhão atingiu 86 unidades em 1994, crescendo para 88 unidades no ano seguinte, quando, tendo, aparentemente, atingido um patamar de estabilidade, se

²⁴¹ As sete empresas presentes em 2007 no Pólo Empresarial Spartaco são a 'La Túnica', a primeira empresa que aderiu ao Projeto da EdC, que atua na área de confecções, ocupando um galpão de 300m²; a KNE-Rotogine, criada em 2000 como sucedânea da Rotogine (que estava no pólo desde 1995), produtora de grandes manufaturados de plástico; a Eco-Ar, criada em 1995, que produz detergentes industriais e hospitalares, ocupando um galpão de 700m²; a Prodiet, empresa do ramo da distribuição de medicamentos com matriz em Curitiba, que está no pólo deste 1998; a empresa Shalon, que faz serviços de contabilidade; a AVN, que produz embalagens plásticas, ocupando um galpão de 700m²; e a Uniben, empresa da área financeira que nasceu como factoring para oferecer crédito principalmente às empresas da EdC. No entorno do Pólo Spartaco funcionam, ainda, a Escola Aurora, que oferece educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, a Policlínica Ágape, que atua na área médica, e o escritório de contabilidade Comunione. Disponível em: <http://www.edc-online.org/br/polo_spartaco-azi.htm>. Acesso em: 03 set. 2007, 16:03.

manteve na faixa 88-87 unidades até 1999, quando entrou num ano de forte declínio, que o levou a 77 unidades no ano 2000. Naquele período, a crise econômica que afligiu o país não poupou a Economia de Comunhão e a tendência de crescimento, verificada até então, arrefeceu. A partir do ano 2000, o número de empresas da EdC voltou a crescer até 2005, quando atingiu a marca de 123 unidades e voltou a estagnar.

Nos 16 anos decorridos desde a criação da Economia de Comunhão, em 1991, até 2006, a evolução do número de empresas da EdC pode ser visualizada no gráfico mostrado a seguir:

GRÁFICO 2 - Número de empresas de EdC no Brasil no período 1992 – 2006

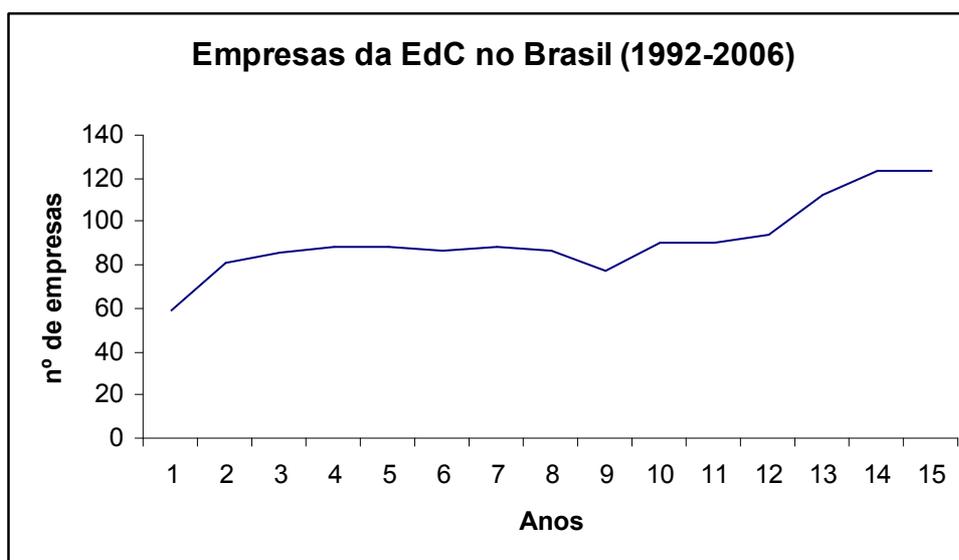


Gráfico construído com base em dados fornecidos pelo Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

Os registros do Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC, que apontam a evolução da presença espacial das empresas da EdC no Brasil desde o ano de 1992, mostram

QUADRO 15 - Estatística do número de empresas de EdC (período 1992 – 2006)

Ano	M. Ginetta	Centro Sul	Extremo Sul	Nordeste	Norte	Brasília	Total
1992	8	27	7	11	6	-	59
1993	11	37	9	13	11	-	81
1994	15	40	11	12	8	-	86
1995	13	45	10	7	13	-	88
1996	13	41	13	8	13	-	88
1997	12	42	12	8	13	-	87
1998	13	41	12	9	13	-	88
1999	13	41	12	12	9	-	87
2000	15	30	12	11	9	-	77
2001	20	38	13	9	10	-	90
2002	20	31	13	10	9	7	90
2003	19	34	13	16	6	7	94
2004	22	35	26	14	7	8	112
2005	23	41	26	15	10	8	123
2006	23	41	26	15	10	8	123

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

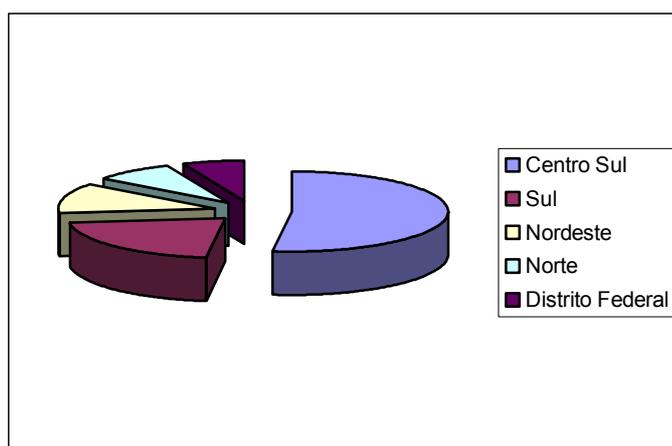
Sendo uma expressão econômica da cultura praticada e irradiada pelo Movimento dos Focolares, há uma correlação entre a presença física da Economia de Comunhão e a existência de atividades do movimento. Assim, o número de empresas da EdC é maior nos Estados e regiões onde é maior a presença da Obra de Maria. Com efeito, refletindo o viço do Movimento dos Focolares, a presença das empresas da Economia de Comunhão é maior nos Estados do Centro Sul, especialmente no entorno da mariápolis Ginetta, do Sul e do Nordeste do país. Vale apontar que até 1994, o número de empresas da EdC presentes no Nordeste era maior do

que aquele apresentado no Sul. Desde então, em fenômeno que pode ser associado a alguma estratégia do Movimento dos Focolares de concentrar esforços no Sul ou a dificuldades vividas pelos focolarinos nordestinos, o número de empresas da Economia de Comunhão no Sul ultrapassou o número de empresas presentes no nordeste.

Em 2006, das 123 empresas da Economia de Comunhão presentes no Brasil, 64 funcionavam no Centro Sul (23 empresas estavam na região da Mariápolis Gine-ta), correspondendo a 59% do total; 26 empresas estavam no Sul (21,1% do total), 15 empresas estavam no Nordeste (12,2% do total), 10 empresas estavam no Norte (8,1% do total) e 8 empresas estavam na região do Distrito Federal (6,5% do total).

O gráfico exibido a seguir permite uma melhor visualização da distribuição espacial das empresas da EdC no Brasil.

Gráfico 3 - Presença das empresas da EdC nas diversas regiões do Brasil (2006).



Fonte: gráfico construído com dados obtidos no Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

Em 18 de agosto de 2007, com a instalação da empresa Licitar Farmacêutica Ltda. e capacidade para outras nove empresas, foi inaugurado o Pólo Pólo Ginetta, nas proximidades da Mariápolis Santa Maria, em Igarassú, Pernambuco.

Vale, ainda, registrar o amplo espectro econômico coberto pelas empresas da Economia de Comunhão que funcionam no Brasil. Relatório da Associação Nacional pela Economia de Comunhão (ANPEC) aponta a existência de empresas de Comunhão em quase todos os setores da Economia. Na área de serviços, há empresas atuando nas áreas de design, confecção, galeria de arte, serviços de auto-escola, consultoria empresarial (incluindo contabilidade e marketing), distribuição de café, projetos de engenharia e arquitetura, turismo, avaliações, seguros, saúde, transportes, decoração, publicidade e outras, como extração madeireira e fomento mercantil. Na área de Comércio, há empresas que atuam com a venda de pneus, livros e papelaria, peças automotivas, ferragens, jóias, acessórios para bicicletas, etc. No setor industrial, empresas da EdC atuam com embalagens plásticas, construção e incorporação, fundição, panificação, alimentos, confecções, produtos farmacêuticos, artefatos para saneamento em polietileno, sacaria, móveis.

Cumprindo os princípios da Economia de Comunhão e dentro da liberdade que caracteriza o Projeto, as empresas brasileiras encaminham duas partes de seus lucros para a Comissão Regional da Economia de Comunhão. Os registros do Centro de Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC apontam os lucros colocados em comunhão pelas empresas da Economia de Comunhão.

QUADRO 16 - Lucros colocados em comunhão pelas empresas da EdC entre 1992 e 2005 (US\$)

Ano	M. Ginetta	Centro Sul	Extremo Sul	Nordeste	Norte	Brasília	Total
91/92	1.500,00	12.100,00	1.171,00	907,00	1.416,00	-	17.094,
92/93	5.491,00	8.934,00	2.740,00	4.181,00	1.241,00	-	22.587,
93/94	8.040,00	5.861,00	5.010,00	1.396,00	6.802,00	-	27.109,
94/95	18.535,00	26.830,00	9.676,00	3.216,00	13.185,00	-	71.439,
95/96	14.921,00	60.934,00	14.091,00	205,00	9.576,00	-	99.727,
96/97	6.700,00	37.027,00	16.507,00	6.700,00	5.033,00	-	71.967,
97/98	2.872,00	24.917,00	14.811,00	-	8.027,00	-	50.627,
98/99	3.027,00	30.217,00	12.982,00	459,00	1.503,00	-	48.353,
99/00	6.021,00	25.510,00	9.835,00	416,00	2.650,00	-	44.432,
00/01	6.370,00	37.760,00	14.349,00	874,00	1.971,00	-	61.324,
01/02	8.508,00	31.072,00	8.312,00	2.509,00	1.074,00	-	51.475,
02/03	11.194,00	19253,00	8.623,00	1.730,00	370,00	2.129,00	43.299,
03/04	16.141,00	22.573,00	15.355,00	83,00	32,00	3.061,00	57.245,
04/05	16.141,00	22.573,00	15.355,00	83,00	32,00	3.061,00	57.245,

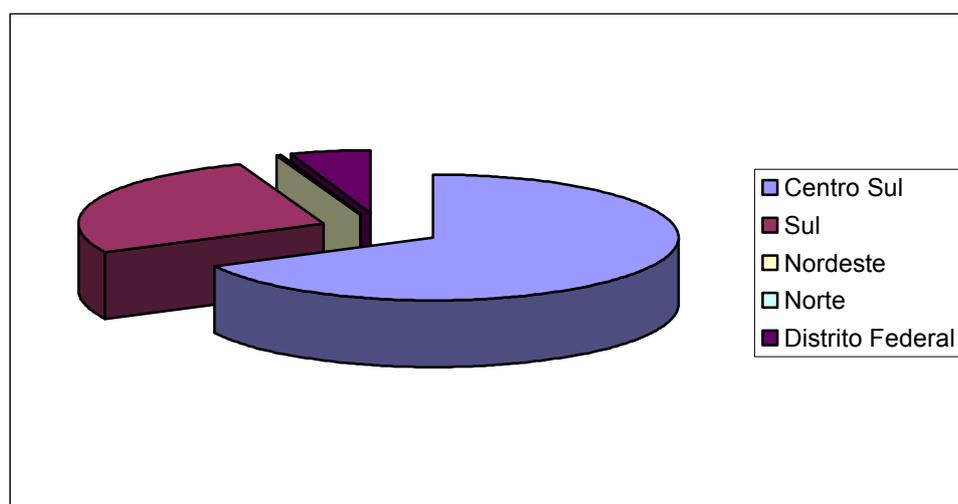
Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

Neste quesito, além do vigor do Movimento dos Focolares em cada uma das regiões, o quadro também indica o quadro geral de afluência das economias regionais. Assim, refletindo a presença do Movimento dos Focolares e o vigor da economia local, o volume dos repasses à Comissão Regional da Economia de Comunhão é maior no Centro Sul e menor no Nordeste.

Os registros do Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC apontam que, em 2005, refletindo o maior presença do Movimento dos Focolares e o nível da riqueza regional, as empresas localizadas no Centro Sul, incluindo as situadas no entorno da Mariápolis Ginetta, foram as que mais transferiram valores para a Comissão Regional da Economia de Comunhão, contribuindo com US\$ 38.714, que corresponde a 67,6% do total arrecadado. Numa seqüência decrescente

de contribuições, as empresas localizadas no Sul transferiram US\$ 15.355, que corresponde a 26,8% do total arrecadado, as empresas localizadas no Nordeste transferiram com US\$ 83, que corresponde a 0,14% do total das contribuições, as empresas localizadas no Norte contribuíram com US\$ 32, que corresponde a 0,06% do total das transferências, e as empresas localizadas no Distrito Federal transferiram US\$ 3.061, que corresponde a 5,4% do total encaminhado à Comissão Regional da Economia de Comunhão. O gráfico exibido a seguir permite uma melhor visualização proporcional das contribuições.

Gráfico 4 - Contribuição proporcional das transferências regionais (2005).



Fonte: gráfico construído com dados obtidos no Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP

Há um sentimento de que a expansão do número das empresas da Economia de Comunhão ocorra com a abertura de novas vagas nos Pólos Produtivos já existentes ou da instalação de novos Pólos.

“O bem estar econômico conseguido às custas dos excluídos não leva felicidade e paz, nem mesmo a quem é insensível ao sofrimento dos outros. Inclusive porque, como se experimenta cada vez com maior frequência, depois será preciso defender-se do desespero destes, isolando-se por detrás de portas blindadas e em condomínios fechados”.

Alberto Ferrucci

4. A Economia de Comunhão e o desenvolvimento

4.1 Considerações iniciais

O termo ‘desenvolvimento’ é uma questão aberta, que como afirma Sachs, não se presta para ser “encapsulado em uma fórmula simples... [e] tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais”²⁴². O que é ‘desenvolvimento’? Para que e para quem serve o tal ‘desenvolvimento’? As respostas a estas perguntas, normalmente, são evasivas. Muitos círculos prestigiam os aspectos financeiros da economia e, por isso, o ‘crescimento econômico’ tem sido confundido com ‘desenvolvimento’ e vice-versa²⁴³. A miscelânea de conceitos, opiniões e orientações sobre o tema deixa a certeza de que, sem uma precisa definição adicional, ‘desenvolvimento’ é um termo dúbio, que serve para designar situações e projetos diferen-

²⁴² SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente e trabalho decente para todos. OIT, 2002.

²⁴³ Muitos baralham ‘desenvolvimento’, ‘desenvolvimento econômico’, ‘crescimento econômico’, ‘progresso econômico’ e ‘avanço tecnológico’, formando uma confusa salada. Alguns economistas, como Gilbert Blardone, distinguem claramente o ‘desenvolvimento’ – tomado como a criação de um circuito econômico que envolve aspectos produtivos, comerciais e de investimentos no interior de um país em conexão com o restante do mundo –, o ‘crescimento’ – tomado como o aumento contínuo da produção ou do produto nacional em um longo período de tempo – e o ‘progresso’ – tomado como o melhoramento das condições de vida para a maioria da população. Outros, como Maurice Dobb, não fazem nenhuma distinção e consideram o ‘desenvolvimento econômico’ exatamente a mesma coisa que ‘progresso econômico’. Os fundamentalistas de mercado consideram que ‘desenvolvimento’ e ‘crescimento econômico’ são conceitos redundantes, pois, em seu entender, por um ‘efeito cascata’, o desenvolvimento decorre naturalmente em função do crescimento econômico. O professor Berri, da Universidade Lomonosov, de Moscou, aponta que, nos tempos da extinta URSS, entre as resoluções do XXIV Congresso do Partido Comunista constou que a tarefa determinante do progresso da economia era “assegurar um forte aumento do nível de vida material e cultural do povo, com base num rápido ritmo de desenvolvimento da produção socialista, no aumento da sua eficiência, no progresso técnico-científico, na aceleração do crescimento da produtividade do trabalho”. Ver BERRI, L. Planificação da Economia Socialista. Volume I. Lisboa: Stampa. 1979. p. 15. A maioria dos sociólogos concorda que o ‘desenvolvimento’ é uma maneira de mudança social em certo sentido e com determinadas implicações substanciais e que o primeiro aspecto básico dessa mudança é o aumento ou incremento real da renda per capita. Ver FERREIRA, Pinto. Sociologia do Desenvolvimento. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. p. 40.

tes, variando de acordo com as escolas de pensamento que influenciam mentores e com os interesses que se pretende atingir²⁴⁴. Aliás, conforme afirma Strahm, “toda noção do desenvolvimento se estrutura sobre uma certa concepção do homem e representa uma certa noção do mundo, na realidade, uma certa ideologia” e completa alertando que “cada um define o desenvolvimento de maneira a poder qualificar como ‘ajuda ao desenvolvimento’ o que ele mesmo faz”²⁴⁵, mesmo que seja em causa própria.

No vasto campo das definições de desenvolvimento, em junho de 1977, por ocasião da 19ª Sessão Especial da Assembléia Geral, que teve por objetivo avaliar e reavivar os esforços para a atuação do DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que “a redução das atuais desigualdades na distribuição das riquezas e no acesso aos recursos, nos países e entre eles, é um dos problemas mais urgentes que a humanidade enfrenta”, acrescentando que “a erradicação da pobreza será um dos temas primordiais do desenvolvimento sustentável nos próximos anos”. Nem por isso, modelos de desenvolvimento amparados em outras formulações deixaram de ser aplicados. Na realidade, com a emergência do neoliberalismo na década de 80, o comportamento econômico, incluindo as teorias sobre desenvolvimento, consagrou teses que valorizam a liberdade econômica traduzida pelo fundamentalismo do mercado, compondo uma dinâmica que provocou o aumento da concentração de riquezas e a renitência da fome e da pobreza em escala mundial. Em natural reação, ao final daquela década, em 1987, na encíclica

²⁴⁴ Sobre este tema, Sachs afirma que “o desenvolvimento tem funcionado como uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas, dentro de cada país e entre os países”. SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamound, 2004. p. 26.

²⁴⁵ STRAHM, Rudolf H. Subdesenvolvimento : Por que somos tão pobres ? Petrópolis : Vozes, 1991. p. 11.

‘Sollicitudo Rei Socialis’, após destacar que a noção de desenvolvimento mais ligada à lógica do progresso do que à noção de desenvolvimento econômico-social “não é um processo retilíneo, quase automático... como se, com certas condições, o gênero humano tivesse de caminhar expeditamente para uma espécie de perfeição indefinida” e apontar a crise da concepção econômica ligada à palavra desenvolvimento, pois “a mera acumulação de bens e de serviços, mesmo em benefício da maioria, não basta para realizar a felicidade humana”, o Papa João Paulo II apresentou o conceito de DESENVOLVIMENTO HUMANO AUTÊNTICO, que respeita e promove a pessoa humana em todas as suas dimensões²⁴⁶. Como ocorreu com a palavra da ONU, a palavra do Papa também não conseguiu alterar a tendência que prevalecia na época e a vertente econômica vem impondo o ritmo do ‘desenvolvimento’.

Àquela época, em contraposição à ideologia da ‘globalização’ inerente ao neoliberalismo, que avançava deixando um rastro de seqüelas sociais, emergiu o conceito de ‘localização’, suscitando, prontamente, preocupações com um ‘novo tipo de desenvolvimento’, o DESENVOLVIMENTO LOCAL – conceito associado à cooperação, capital social, parcerias e redes, mobilização produtiva no território, arranjos produtivos locais, sustentabilidade, aprendizagem social, protagonismo local e desenvolvimento sustentável, logo objeto de estudos e abordagens que, propondo um nexo global-local, procuraram enquadrá-lo na idéia de ‘globalização do local’ (que não tra-

²⁴⁶ JOÃO PAULO II. Sollicitudo Rei Socialis. Roma: 1987. itens 27 e 28. Disponível em: <http://www.vatican.va/edocs/POR0070/___P8.HTM>. Acesso em: 25 dez. 2006, 10:23.

ta da inserção do local na globalização e, sim de globalizar o local²⁴⁷ conforme o processo de formação do Estado-rede tratado por Castells²⁴⁸).

Enquanto a emergência dos aspectos locais e conectados em nexos externos do desenvolvimento dava novo vigor aos debates em torno da sustentabilidade do crescimento econômico fazendo surgir o conceito de DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, em meados da década de 1990, inaugurando nova abordagem e abrindo uma profunda discussão sobre a ortodoxia como o tema era visto, especialmente no âmbito do Banco Mundial e de outros organismos internacionais e multilaterais, Amartya Sen produziu uma tese segundo a qual o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais, requerendo, portanto, a remoção das principais fontes de privação das liberdades²⁴⁹. Bruni projetou a visão da Economia de Comunhão sobre a ‘liberdade no mercado’ nesta perspectiva e apontou que “o desenvolvimento torna-se liberdade quando existem condições institucionais e, sobretudo, culturais que fazem os bens econômicos se transformarem verdadeiramente em bem estar”²⁵⁰.

De sua parte, ao comentar sobre as conferências internacionais ‘Ambiente e Desenvolvimento’, no Rio de Janeiro, em 1992; ‘Populações e Desenvolvimento’, no Cairo, em 1994; ‘Mulher e desenvolvimento’, em Pequim, em 1995; e ‘Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995, Vera Araújo – para quem o desenvolvi-

²⁴⁷ SILVEIRA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2004/03/Desenv%20local%20marcos%20conceituais%20e%20historicos.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 10:16.

²⁴⁸ CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

²⁴⁹ SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 17 e 18.

²⁵⁰ BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 81.

mento humano, que “surge de uma nova concepção antropológica”, deve ser a finalidade e o objetivo central de todas as medidas de política econômica²⁵¹ – apontou que todos estes encontros destacaram que o desenvolvimento não concerne apenas a economia, mas a economia é função do desenvolvimento; que o desafio contemporâneo é a criação de um modelo de desenvolvimento centrado no ser humano; e que é necessário construir uma cultura de cooperação e parceria²⁵².

Nesta ambiência intelectual, cresce a importância das abordagens solidaristas, incluindo as implícitas na Economia de Comunhão, como modelos capazes de proporcionar o desenvolvimento incluyente e participativo²⁵³. A percepção de que, sem a substituição da competição agressiva e alienante por um modelo participativo e harmonioso, a atual dinâmica da economia não será capaz de criar as condições para a generalização do bem-estar aos indivíduos, comunidades e povos, explica a emergência dos modelos humanistas, dentre os quais a Economia de Comunhão desponta como ponta avançada. De fato, embora reconheçam que é remota a probabilidade de alteração no paradigma que inspira a atual dinâmica econômica (pois isso envolveria significativas modificações culturais em ambientes de reconhecida impermeabilidade a valores humanistas), os humanistas confiam na possibilidade de embê-la [a dinâmica da economia] com práticas capazes de promover um tipo de

²⁵¹ Vera Araújo associa esta 'nova concepção antropológica' ao nascimento de um 'homem novo', capaz de acrescentar às suas dimensões modernas – de produtor e consumidor – alguma coisa, um ‘algo mais’ que o ajude e o estimule a se abrir para a alteridade e o liberte do fechamento e do egoísmo. ARAÚJO, Vera. Que pessoas e que comunhão para a Economia de Comunhão? BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 22.

²⁵² ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 9.

²⁵³ Leite afirma que "desfeita a expectativa depositada no crescimento econômico com conseqüente desenvolvimento social e constatada a insuficiência das políticas compensatórias, os empreendimentos solidários de geração de emprego e renda voltaram a ocupar a cena, adquirindo um novo valor". LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005. p. 128.

desenvolvimento incluyente e participativo, que melhore as condições de vida do homem e das comunidades, como ocorre, por exemplo, nos ambientes que praticam a economia solidária – que pratica a co-propriedade, como cooperativas, empresas comunitárias, etc. – e a Economia de Comunhão – que coloca o lucro em comunhão para a ajuda aos necessitados –, modelos que, sem violar os princípios basilares da economia de mercado, inserem “princípios outros, que não o lucro e a troca instrumental”, na atividade econômica (tradicional)²⁵⁴.

Estudo de Gonçalves apontou diferenças entre as empresas de Economia de Comunhão, capitalistas e solidárias, conforme quadro exposto a seguir:

²⁵⁴ BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005. p. 20.

Características das empresas de EdC, capitalistas, solidárias²⁵⁵

EdC	Capitalistas	Solidárias
A finalidade básica é maximizar o lucro considerando os meios para adquiri-los para depois partilhar com beneficiários da EdC, além dos acionistas da ESPRI S/A, dos proprietários (as) dos meios de produção e os trabalhadores (as).	A finalidade básica é maximizar o lucro sem considerar os meios para depois ser apropriado pelos investidores, acionistas e aqueles proprietários dos meios de produção.	A finalidade básica não é maximizar o lucro mas a quantidade e a qualidade do trabalho.
A autoridade e o controle pertence aos empresários(as), ou aos trabalhadores(as) quando são cooperativas.	A autoridade e o controle pertencem aos investidores, aos acionistas.	A autoridade e o controle pertencem aos trabalhadores (as).
A separação entre trabalho e a posse dos meios de produção é mediada pela racionalidade capaz de comunhão.	A separação entre trabalho e a posse dos meios de produção é mediada pela racionalidade instrumental.	Não há separação entre trabalho e a posse dos meios de produção.
Tem lucro que é apropriado pelo empresário(a), pelos beneficiários da EdC e pelos acionistas da ESPRI S/A, ou reserva quando de trata de cooperativa.	Tem lucro que é apropriado pelo capitalista e pelos investidores.	Não tem lucro porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital
O poder de mando está concentrado nas mãos dos empresários (as) ou nas mãos dos cooperativados.	Poder de mando está concentrado nas mãos dos capitalistas.	O poder de mando está concentrado nas mãos dos trabalhadores (as).
Inserção de valores religiosos	Inserção de valores religiosos	Inserção de valores religiosos

²⁵⁵ Quadro Características das empresas de EdC, capitalistas, solidárias. Apresentado por GONÇALVES. Heloisa Helena A Borges Quaresma. Sociabilidade do projeto de Economia de Comunhão na Liberdade - EdC. p. 5.

E, nesta perspectiva, o funcionamento da Economia de Comunhão, criada em 1991, entrou decididamente no amplo debate em torno da questão do desenvolvimento, com observações como as de Barbacovi, que, em 1999, afirmou que a cultura da partilha "está baseada em uma nova relação com os bens materiais a partir da concepção de que o homem é apenas administrador dos bens de Deus e, portanto, deverá fazê-los circular na comunidade em que vive, conquistando a erradicação da pobreza..."²⁵⁶, e de Burckart, para quem a 'cultura da partilha' pode ser a resposta para a necessidade da nova cultura requerida pelo paradigma do Desenvolvimento Sustentável²⁵⁷, pois "o conceito de desenvolvimento sustentável converge e se complementa com o enfoque da Economia de Comunhão"²⁵⁸.

O modelo de desenvolvimento proposto pela Economia de Comunhão se baseia na Cultura da Partilha, traduzida elevado respeito à pessoa humana, especialmente aos stakeholders e outras pessoas com a quais as empresas da EdC se relacionam diretamente, às comunidades e ao meio ambiente, numa atitude coletiva cujo objetivo maior é instalar uma ordem mundial baseada nos ideais de fraternidade e comunhão. Assim, o modelo de desenvolvimento implícito na Economia de Comu-

²⁵⁶ BARBACOVI, Lecir Jacinto. Economia de Comunhão: um projeto de inspiração cristã. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 123.

²⁵⁷ BURCKART, Hans. Desenvolvimento Sustentável e gerenciamento empresarial: elementos para um novo paradigma de gestão. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 67 e 68.

²⁵⁸ BURKART, Hans. Gerenciamento sustentável. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 67.

não está atento ao bem estar dos funcionários, fornecedores e clientes, ao meio-ambiente e à justiça social²⁵⁹.

4.2 Notas sobre o desenvolvimento local

A desconexão entre a situação de bem estar das comunidades e a evolução do crescimento econômico provocou, ao longo dos tempos, progressivo questionamento sobre a eficácia dos modelos ortodoxos de desenvolvimento²⁶⁰.

Além das críticas à teoria do ‘evolucionismo social’ – segundo a qual existem etapas que devem ser cumpridas de forma seqüencial, contínua e cumulativa por todos os países como forma de habilitá-los a patamares superiores de desenvolvimento até o nível dos países desenvolvidos –, surgiram críticas ao individualismo e ao economicismo inerentes aos modelos ortodoxos de desenvolvimento e, ainda, ao normativismo e instrumentalismo que caracterizam os manuais e a literatura que lhes são associadas. Cresceu, então, a rebeldia contra os conceitos e ferramentas dos modelos ortodoxos de desenvolvimento. A partir dos anos 90, com a ruína dos esforços para a consagração de um conceito de desenvolvimento aplicável a todas

²⁵⁹ Ferrucci afirma que a Economia de Comunhão acredita que um desenvolvimento diferente, atento ao ambiente e a justiça social, no qual a disparidade entre os poucos ricos e os muitos pobres não continue a crescer, só é realizável se for difundida uma nova cultura, a ‘cultura do dar’, capaz de fazer que o homem já não esteja sozinho ao enfrentar os difíceis desafios do futuro. FERRUCCI, Alberto. Uma dimensão diferente da economia: a experiência Economia de Comunhão. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002. p. 39.

²⁶⁰ “Seria o desenvolvimento a simples extensão planetária do sistema de mercado em detrimento de valores relacionados à solidariedade, da ética, da responsabilidade intergeracional, de culturas e histórias tão distintas em diferentes regiões do mundo?... poder-se-ia dizer que o desenvolvimento é sinônimo de intervenção, de imposição ou de assistência humanitária? Seria possível tornar a retórica, a ciência e a prática internacionais em torno do desenvolvimento mais coerentes entre si? A dificuldade de responder rigorosamente a tais questões, trazidas ao debate internacional por intelectuais, movimentos sociais, acadêmicos, pela mídia e por ONGs nacionais e internacionais, leva muitos pensadores a proclamar o fim do desenvolvimento e a pensar no chamado pós-desenvolvimento”. MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas in IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José (Costa Rica): 2003. p. 09. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2007, 17:23.

situações independentemente das dimensões sociais e culturais, conforme apregoavam os organismos multilaterais, a concepção universalista foi questionada pela interposição de dúvidas quanto à eficácia de técnicas uniformes e universalizantes sobre realidades diversas²⁶¹.

Enquanto isso, em função dos fenômenos inerentes ao modelo ortodoxo de desenvolvimento – progressiva urbanização, dispersão geográfica das corporações multinacionais que norteiam o crescimento econômico, intensificação do comércio internacional e integração e promiscuidade dos mercados de capitais, entre outros –, o poder dos Estados Nacionais diminuiu, favorecendo o reflorescimento das cidades como centros direcionais da economia mundial e, conseqüentemente, a proeminência dos governos locais nos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento das respectivas coletividades territoriais²⁶². Ao mesmo tempo, como que contrangidos pela realidade, importantes stakeholders, como governos nacionais, organismos ligados à ONU, ONG's nacionais e internacionais, organizações internacionais de crédito e outros, passaram a valorizar a dimensão do 'local', apontando uma tendência que prioriza os resultados objetivos das intervenções sobre a população e o território²⁶³.

²⁶¹ MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas in IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José (Costa Rica): 2003. p. 09. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2007, 17:23.

²⁶² CAMPANS, Rose. Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp, 2005. p. 37 a 77.

²⁶³ FONTES, Ângela; VELLOSO, Maria; DIOGO, Pedro. Potencialidades e entraves do DLIS. Rio de Janeiro: 2002. p. 3. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2004/02/Potencialidades%20e%20entraves%20do%20DLIS.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:30.

Foi em meio a estes movimentos que ganhou força o conceito de DESENVOLVIMENTO LOCAL, que, de modo geral, vem sendo entendido como o protagonismo de agentes de um território específico, que, pelo emprego de processos interativos e cooperativos, agenciam e coordenam os recursos tangíveis e intangíveis locais ou externos na busca de soluções sustentáveis para os problemas, necessidades e aspirações locais nas dimensões social, econômica, cultural, política e ambiental. Para Franco, que considera 'local'²⁶⁴ como qualquer âmbito sócio-territorial delimitado pela permanência de um campo estável de interação de agentes humanos²⁶⁵, Desenvolvimento Local é o fenômeno que decorre da interação de fatores humanos, sociais, econômicos, físicos e ambientais tornando dinâmicas potencialidades locais²⁶⁶. De sua parte, Milani conceitua Desenvolvimento Local como o conjunto de atividades econômicas e sociais empreendidas com alto grau de interdependência nos âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural pelos diversos segmentos da sociedade ou, simplesmente, "o conjunto de atividades culturais,

²⁶⁴ Rosa aponta que "o local não é apenas o espaço físico, que casualmente se chega ou se está nele. O local é um 'território' – entendido como um espaço social, não apenas físico mas também antropológico, cultural, ambiental e cujos valores e especificidades são definidos endogenamente, para depois ser reconhecidos pelo exterior –, e como tal expressa as possibilidades de desenvolvimento da comunidade que nele vive". Ver ROSA, Sueli L Couto. Desenvolvimento Local Versus Desenvolvimento Econômico - O local diante do global. Temas de reflexão em DLIS. p. 09 e 10. Disponível em: <http://proder.sebrae-sc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2007, 08:21.

²⁶⁵ Juarez de Paula afirma que "todo desenho territorial é uma construção subjetiva, ou seja, depende da ação do sujeito que institui o território". PAULA, Juarez de. Territórios, Redes de Desenvolvimento. LAGES, Vinícius, BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo. (Organizadores) Territórios em Movimento. Rio de Janeiro: Relume / Brasília: Sebrae, 2004. p. 76.

²⁶⁶ FRANCO, Augusto. Capital social e desenvolvimento - o desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. in Seminário "Os Distritos Industriais e o Modelo de Desenvolvimento da Terceira Itália em Questão: perspectivas para os Programas Xingó e Zona da Mata do Nordeste". Maceió: 2001. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2001/09/capital%20social%20e%20desenvolvimento.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:38.

econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local"²⁶⁷.

O Desenvolvimento Local é marcado indelevelmente pelo contexto sócio-econômico-político-cultural do ambiente em que ocorre e suscita imediatas referências quanto à efetiva melhoria da qualidade de vida no âmbito da vizinhança e, assim, pressupõe dinâmicas sociais e econômicas compatíveis com as necessidades da sociedade. Alguns autores evocam o caráter antropocêntrico do conceito e destacam que, no âmbito do Desenvolvimento Local, desdenhando artificialidades e modismos privilegiados pelos modelos ortodoxos, há uma tendência de priorizar os resultados objetivos das políticas, programas e projetos sobre a população e o território²⁶⁸. Nesta perspectiva, o bem comum²⁶⁹ prevalece sobre o mercado, dando outro sabor ao desenvolvimento eminentemente atrelado ao crescimento econômico.

²⁶⁷ MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas in IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José (Costa Rica): 2003. p. 1. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>, acesso em 13 jul. 2007, 17:23.

²⁶⁸ Fontes afirma que “a valorização da dimensão do local, por distintos atores sociais – Governos nacionais, organismos internacionais do sistema das Nações Unidas, organizações não-governamentais nacionais e internacionais, organizações de crédito, entre outros –, apontou para uma tendência da percepção do desenvolvimento que prioriza os resultados e considera o impacto concreto de políticas, programas e projetos sobre a população e o território”. FONTES, Ângela; VELLOSO, Maria; DIOGO, Pedro. Potencialidades e entraves do DLIS. Rio de Janeiro: 2002. p. 3. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2004/02/Potencialidades%20e%20entraves%20do%20DLIS.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:30.

²⁶⁹ A Doutrina Social da Igreja (Católica) define Bem Comum como “o conjunto das condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um dos seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição”, comportando três elementos essenciais – a) respeito à pessoa humana, item que obriga os poderes públicos a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana (alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação e cultura, informação conveniente, direito de fundar um lar, etc.) e a sociedade a permitir que cada pessoa realize sua vocação; b) bem-estar social e desenvolvimento (entendido como o resumo de todos os deveres sociais) do próprio grupo; e, por fim, c) paz, isto é, uma ordem justa, duradoura e segura. Ver Agenda Social Coleção de Textos Magisteriais. Vaticano: Pontifício Conselho 'Justiça e Paz', 2000. Disponível em: <<http://www.thesocialagenda.org/portugues/index.html>>. Acesso em: 25 dez. 2006, 08:05.

Longe de almejar a auto-suficiência²⁷⁰, o Desenvolvimento Local prestigia a integração em rede, mas, sobretudo, valoriza as potencialidades do território²⁷¹. Sobre este ponto, lembrando que "o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento"²⁷², Zapata afirma que "as estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas"²⁷³. As propostas de Desenvolvimento Local, que, normalmente, decorrem da capacidade

²⁷⁰ Alguns autores alertam que, por orientar o desenvolvimento a partir do local, o Desenvolvimento Local pode ficar antolhado pela visão paroquial, privando as comunidades de avanços que permeiam o universo exterior. Sobre este ponto, Milani diz que "conceber o desenvolvimento local a partir desse prisma comporta riscos evidentes. O primeiro deles é o risco do localismo, que aprisiona atores, processos e dinâmicas de modo exclusivo ao seu local, a sua geografia mais próxima, sem fazer as necessárias conexões com outras escalas de poder. O segundo risco é pensar ser possível o desenvolvimento local autônoma e independentemente de estratégias de desenvolvimento nacional e internacional, ou seja, conceber estratégias locais de desenvolvimento econômico como se estas não tivessem relação de interdependência, por exemplo, com políticas nacionais de ciência e tecnologia, ou negociações mundiais sobre a liberalização do comércio. Um terceiro risco é a atomização do desenvolvimento local, com o corolário da fragmentação de iniciativas não necessariamente coerentes entre si". MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas in IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José (Costa Rica): 2003. p. 11 Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2007, 17:23.

²⁷¹ Franco afirma que potencialidades locais dizem respeito à diversidade, acrescentando que, se todos os locais fossem iguais, não faria sentido o conceito de desenvolvimento local e, a rigor, nem de local. Assim, a potencialidades locais podem ser encaradas como vantagens relativas ou comparativas de uma localidade em relação a outras localidades. FRANCO, Augusto. Capital social e desenvolvimento - o desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. in Seminário "Os Distritos Industriais e o Modelo de Desenvolvimento da Terceira Itália em Questão: perspectivas para os Programas Xingó e Zona da Mata do Nordeste". Maceió: 2001. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2001/09/capital%20social%20e%20desenvolvimento.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:38.

²⁷² Sobre este ponto, Rosa afirma que "o desenvolvimento local tem como desafio situar-se adequadamente no contexto econômico, quer este seja dinâmico, moroso ou esteja em recessão". ROSA, Sueli L Couto. Desenvolvimento local e participação da sociedade civil: o ambiente cooperativo. Temas de reflexão em DLIS. p. 05. Disponível em: <http://proder.sebrae-sc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2007, 08:21.

²⁷³ ZAPATA, Tânia. Estratégias de desenvolvimento local. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2007, 20:09.

local de aprender e redundam em políticas de formação e capacitação profissional, são sempre suportadas por instituições, costumes, convenções e identidades locais, se aplicando no âmbito de um território específico em iniciativas que tomam por base a aglomeração de pequenos empreendimentos de origem local e organizados em redes locais de cooperação²⁷⁴.

Por incorporar outros valores, o desenvolvimento local diverge dos modelos baseados no crescimento econômico.

De modo a evidenciar o contraste com os modelos de base Local, vale lembrar que, como são determinados por interesses vinculados ao capital, os modelos de desenvolvimento ortodoxos, de índole globalizante, não têm raízes locais e suas conseqüências são manifestadas principalmente através de relações de mercado, o que redundam, naturalmente, na exclusão econômica e social daqueles que apresentam poder aquisitivo inferior ao necessário para as transações²⁷⁵. De sua parte, o Desenvolvimento Local é de natureza endógena e, como afirma Rosa, “não se constrói apenas a partir da dimensão econômica, mas também da social e da cultural”²⁷⁶.

²⁷⁴ FONTES, Ângela; VELLOSO, Maria; DIOGO, Pedro. Potencialidades e entraves do DLIS. Rio de Janeiro: 2002. p. p5. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2004/02/Potencialidades%20e%20entraves%20do%20DLIS.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:30.

²⁷⁵ Rosa afirma que "o global é determinado pelos Estados Centrais e pelos interesses das empresas nacionais e internacionais. É gerenciado pelos interesses do grande capital comercial. Seu poder também é distante e desconhecido, e suas regras e leis chegam até o local por meio do mercado e do impacto da inclusão de poucos e exclusão social de uma maioria". ROSA, Sueli L Couto. Desenvolvimento local versus desenvolvimento econômico - O local diante do global. Temas de reflexão em DLIS. p. 09 e 10. Disponível em: <http://proder.sebrae-sc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2007, 08:21.

²⁷⁶ ROSA, Sueli L Couto. Desenvolvimento local e participação da sociedade civil: o ambiente cooperativo. Temas de reflexão em DLIS. p. 05. Disponível em: <http://proder.sebrae-sc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2007, 08:21.

Após realçar a importância de fatores sociais, culturais e políticos, cuja dinâmica extrapola ao sistema de mercado, e, ainda, que, embora essencial, o crescimento econômico não seja suficiente para despertar e manter o desenvolvimento local, Milani lembra que autores como Robert Putnam, James Coleman, Michael Woolcock, Henrique Rattner e Ricardo Abramovay, entre outros, destacam as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo como fatores fundamentais do Desenvolvimento Local²⁷⁷.

Embora não seja idéia nova e tenha adquirido impulso e formato mais consistente no final dos anos 1980, quando, de um lado, esmoreceram as expectativas em relação à capacidade dos modelos ortodoxos de desenvolvimento melhorarem as condições de vida nas localidades²⁷⁸ e, de outro, cresceu o protagonismo das cidades no processo global de crescimento²⁷⁹ – a ponto de, como registra Campans, cientistas como Borja e Castells terem admitido a substituição do Estado-Nação por

²⁷⁷ MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas in IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José (Costa Rica): 2003. p. 1. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2007, 17:23.

²⁷⁸ “A população mundial vivenciou os anos 1980 e 1990 na expectativa da realização de promessas de desenvolvimento e distribuição de riqueza, através da ‘mão invisível’ do mercado, situação essa que não se viabilizou, sendo que, ao contrário do cenário traçado, neste período ocorreu ainda maior concentração de riqueza, além da evidenciação de umas poucas cidades enquanto centros dominantes no mundo da globalização financeira e da dispersão das transações”. FONTES, Ângela; VELLOSO, Maria; DIOGO, Pedro. Potencialidades e entraves do DLIS. Rio de Janeiro: 2002. p. 03. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2004/02/Potencialidades%20e%20entraves%20do%20DLIS.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:30. Campans afirma que “o desafio histórico de controlar socialmente o desenvolvimento econômico de forma a orientá-lo em benefício das coletividades pareceria cada vez mais fora do alcance do aparato institucional e político do Estado-nação”. CAMPANS, Rose. Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp, 2005. p. 72.

²⁷⁹ *Ib.* p. 37 a 46.

uma federação de governos locais independentes²⁸⁰ –, o Desenvolvimento Local é, ainda, um conceito em construção²⁸¹.

Vale lembrar que algumas das principais preocupações do Desenvolvimento Local foram objeto do chamado DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO (DC) recomendado pela ONU na década 1950, que consistia na implementação de programas de assistência técnica e social em países pobres, sobretudo na América Latina. Tecnicamente, o DC – um conceito que prestigia quesitos como o ‘sentido de comunidade’, a ‘identidade territorial’ e a ‘identidade de projeto’ – foi concebido como um processo através do qual cada povo participa do planejamento e da realização de programas que se destinam a elevar o padrão de suas vidas e isto, naturalmente, implica na indispensável colaboração entre os governos e o povo para tornar eficazes os esquemas de desenvolvimento viáveis e equilibrados²⁸². No Brasil, os primeiros projetos de desenvolvimento comunitário datam da década de 40²⁸³.

Com o passar do tempo, vem ocorrendo mudanças no paradigma de Desenvolvimento Local especialmente em função da importância assumida pela dimensão

²⁸⁰ *Ib.* p. 29.

²⁸¹ Fontes lembra que, durante muito tempo, promover o desenvolvimento local foi, basicamente, compreendido como favorecer e apoiar diferentes iniciativas locais de desenvolvimento com a perspectiva de que a soma das iniciativas criaria uma ambiência favorável a uma mudança no meio e ao fortalecimento de uma nova dinâmica de desenvolvimento. FONTES, Ângela; VELLOSO, Maria; DIOGO, Pedro. Potencialidades e entraves do DLIS. Rio de Janeiro: 2002. p. 04. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2004/02/Potencialidades%20e%20entraves%20do%20DLIS.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:30.

²⁸² AMMANN, 1981, p.147. Apud ARNS, Paulo Cesar; RAMOS SILVA, Maria Teresa. Desenvolvimento comunitário: alguns sonhos e reflexões num pensamento imperfeito. 2001. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2003/12/desenv%20comunitario.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:48.

²⁸³ Ver ARNS, Paulo Cesar; RAMOS SILVA, Maria Teresa. Desenvolvimento comunitário: alguns sonhos e reflexões num pensamento imperfeito. 2001. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2003/12/desenv%20comunitario.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:48.

territorial e dos nexos que ligam os conceitos de globalização e de localização²⁸⁴, criando alternativas que abrem possibilidades inimagináveis nas décadas anteriores. Nesta perspectiva, embora contrarie a ortodoxia preconizada pelos organismos multilaterais, Desenvolvimento Local é um conceito que, em certa medida, pode se ajustar a outros modelos de desenvolvimento. Assim, no âmbito do DESENVOLVIMENTO LOCAL, que aprecia a realidade local no contexto de diferentes escalas do território e em suas várias dimensões, são identificados as oportunidades oferecidas pela rede mundial de localidades ou os malefícios locais do processo de globalização, que são, conforme o caso, potencializadas ou refugados, buscando antecipar as mudanças e as transformações necessárias para garantir o máximo bem estar para a comunidade. Embora tenha caráter endógeno e, quase sempre, inicie de forma autógena, para evoluir, o Desenvolvimento Local precisa interagir com o exterior, importando e exportando estímulos. No entender de Zapata, “as economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios”²⁸⁵. Por isso, alguns autores recomendam que os estrategistas do Desenvolvimento Local devem ‘pensar o global’, pois “o importante e estratégico é atuar no local, capacitando os atores sociais locais para se integrarem e interagirem

²⁸⁴ Para Silveira, a globalização difere da ‘internacionalização’ ou da ‘multinacionalização’, sem guardar afinidade intrínseca com a idéia de ‘homogeneização’ ou com o modelo da ‘cultura de massas’ ou de ‘aldeia global’, ligando-se ao conceito que Castells denomina de sociedade-rede, onde se associam a compressão espaço-tempo e a proeminência dos fluxos entre agentes como fator dominante de vitalidade e potência social. SILVEIRA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos. p. 6. Disponível em: <www.rededlis.org.br/downloads/2004/03/Desenv%20local%20marcos%20conceituais%20e%20historicos.doc>. Acesso em: 27 jun. 2007, 10:16.

²⁸⁵ ZAPATA, Tânia. Estratégias de desenvolvimento local. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso em: 13 jul 2007, 20:09.

com o espaço global”²⁸⁶. Milani lembra que, por caminhos distintos e complementares (respectivamente o pluridimensional, projeto e caminho histórico), Henri Bártoli, François Perroux e Ignacy Sachs apontam que o Desenvolvimento Local é marcado pela cultura do contexto em que se situa e, dessa maneira, “é fundamental que seja planejado como um sistema integrado no mercado global e tendo em conta a dimensão social local”²⁸⁷.

De qualquer forma, para que não parem dúvidas, vale registrar que, do ponto de vista comercial, o Local é muito importante. Evocando relatório do BIRD de 1999, apontando que 2/3 do PIB mundial é produzido em transações que não percorrem o circuito internacional, Silveira afirma que, mesmo visto do ponto de vista material, se justifica o fortalecimento do Desenvolvimento Local, pois, como o mercado global “não é tão onipresente, [...] caberia então fortalecer o desenvolvimento fora do núcleo globalizado”²⁸⁸. Sobre o assunto, Albuquerque lembra que, ao contrário de significar um posicionamento autárquico ou de mistificação do pequeno e do marginal, o desenvolvimento local pretende integrar “as formas subordinadas de acumulação de capital que protagonizam aquelas frações do mesmo, cujos mercados não se explicam exclusivamente pelo fenômeno da transnacionalização dos grandes grupos,

²⁸⁶ ROSA, Sueli L Couto. Desenvolvimento local versus desenvolvimento econômico - O local diante do global. Temas de reflexão em DLIS. p. 09 e 10. Disponível em: <http://proder.sebraesc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2007, 08:21.

²⁸⁷ MILANI, Carlos. Capital social, participação política e Desenvolvimento Local. Salvador: UFBA. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>. Acesso em: 27 jun 2007, 09:43.

²⁸⁸ SILVEIRA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos. p. 07. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2004/03/Desenv%20local%20marcos%20conceituais%20e%20historicos.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 10:16.

que funcionam segundo uma lógica que, apesar de ser hegemônica em nível mundial, não dá conta do todo”²⁸⁹.

O Desenvolvimento Local se projeta imediatamente na organização política do território, pois, como dizem Borja e Castells, os governos locais têm maior capacidade de representação e legitimidade do que os Estados Nacionais para protagonizar a inserção ‘negociada’ das coletividades aos fluxos econômicos globais porque a proximidade física lhes confere o atributo da identidade com as especificidades sociais, culturais e/ou religiosas dos grupos de população que co-habitam seus territórios”²⁹⁰. Para Zapata, “o conceito de empoderamento e fortalecimento da comunidade é essencial para a compreensão do desenvolvimento local endógeno, [pois].contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio-ambiente”²⁹¹.

No âmbito das preocupações com a influência do funcionamento das empresas da EdC, não estamos falando das Cidades Mundiais (no dizer de Friedmann²⁹²) ou das Cidades Globais (como prefere chamá-las Sassen²⁹³), que são principalmente as praças financeiras e lugares de produção de serviços especializados que dão capacidade de controle mundializado, inclusive ao próprio setor de serviços em pro-

²⁸⁹ ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Santiago do Chile: ILPES, Cadernos 43, 1997.

²⁹⁰ CAMPANS, Rose. Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp, 2005. p. 72.

²⁹¹ ZAPATA, Tânia. Estratégias de desenvolvimento local. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2007, 20:09.

²⁹² FRIEDMANN, J. World City Formation: an Agenda for Research and Action. International Journal of Urban and Regional Research, v. 6, n. 3, 1982.

²⁹³ SASSEN, S. The Global City: New York, London and Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

cesso de mundialização²⁹⁴ e, sim, das localidades em elas atuam. De qualquer forma, vale registrar que Campans lembra que, entre as hipóteses mais recorrentes na literatura relativa aos impactos territoriais da globalização, está o reflorescimento das grandes cidades como centros direcionais da economia mundial²⁹⁵.

No final da década de 1990, em iniciativa que incorporou os conceitos inovadores tratados nas redes de interação e na sustentabilidade do desenvolvimento, que se insurgem contra os aspectos maléficos dos modelos ortodoxos que privilegiaram o crescimento econômico globalizante, surgiu, no âmbito do projeto governamental brasileiro intitulado 'Comunidade Solidária', o conceito de DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (DLIS) – uma estratégia de indução ao desenvolvimento que adota metodologia participativa com mobilização de recursos da Sociedade Civil, do Estado e do Mercado para diagnosticar a situação, identificar potencialidades, escolher vocações e elaborar planos integrados de desenvolvimento das localidades.

O conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável surgiu como expressão de teses contemporâneas e, assim, no seu âmbito, o termo 'Desenvolvimento' incorpora a teoria de Sen²⁹⁶, considerando-o como um processo de expansão das liberdades objetivas das pessoas; o termo 'Local', que pode se referir a uma cidade, bairro, vila, município ou uma micro-região, se refere ao ambiente sócio-

²⁹⁴ CAMPANS, Rose. Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp, 2005. p. 38 a 41.

²⁹⁵ Os efeitos da dispersão geográfica, intensificação das trocas comerciais e integração dos mercados de capitais provocam a revalorização das grandes cidades na organização as redes produtivas das corporações transnacionais, explicando a proeminência de governos locais no processo de geração de riquezas, habilitando-os a conduzir o processo de desenvolvimento econômico e social de suas respectivas coletividades territoriais. Id. p. 37.

²⁹⁶ Ver SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia da Letras, 2.000.

territorial onde se processa a dinâmica social e econômica; o termo 'Integrado' se refere a articulação de atores econômicos, sociais, culturais, político institucionais, físico-territoriais, científico-tecnológicos, etc. que interagem no processo de desenvolvimento; e o termo 'Sustentável' se refere à solidariedade da geração presente com as futuras gerações, envolvendo as vertentes política, social, econômica, espacial, cultural e ambiental²⁹⁷.

Falando da 'filosofia' que sustenta a concepção da estratégia, Augusto de Franco, idealizador do DLIS, afirma que

“todo desenvolvimento é desenvolvimento social e como desenvolvimento social é mudança social e como mudança social é uma questão política, tudo depende (...) de não reproduzir uma atuação política intervencionista, verticalista e centralizadora, pois é esse tipo de atuação que extermina o capital social e impede que pessoas e comunidades valorizem e desenvolvam seus próprios ativos, encontrando suas próprias soluções para resolver seus problemas, da sua maneira, afirmando a sua identidade”²⁹⁸.

²⁹⁷ FONTES, Ângela; VELLOSO, Maria; DIOGO, Pedro. Potencialidades e entraves do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS). Rio de Janeiro: 2002. p 8. Disponível em: <www.rededlis.org.br/downloads/2004/02/Potencialidades%20e%20entraves%20do%20DLIS.doc>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:30.

²⁹⁸ FRANCO, Augusto de. Revista Responsabilidadesocial.com. edição 42. ano 4. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=129>. Acesso em: 19 jul. 2007, 11:14.

No embalo do conceito de Desenvolvimento Local, o DLIS não segue a receita dos programas ortodoxos de desenvolvimento, valendo-se das capacidades e potencialidades locais²⁹⁹.

No Brasil, impulsionado pelo programa 'Comunidade Solidária', adquiriu características de movimento social, como ficou demonstrado em novembro de 2002 com a realização da 'I Expo Brasil - Desenvolvimento Local', que reuniu cerca de 1.500 agentes locais, especialistas e interessados no assunto em Brasília³⁰⁰.

4.3 Aspectos gerais da contribuição da EdC ao desenvolvimento local

Em indignada reação aos elevados níveis de pobreza e de fome que, hoje, assolam o planeta, os humanistas afirmam que, para o desenvolvimento funcionar como instrumento efetivo de superação da miséria, é preciso abandonar as concepções economicistas, de modo a promover os direitos humanos³⁰¹ em sua plenitude, entre os quais se destacam os direitos políticos³⁰², civis³⁰³, cívicos, econômicos, soci-

²⁹⁹ "É preciso compreender que o DLIS não é uma estratégia clássica de governo, é uma estratégia mais complexa, de nova geração, de novo tipo. Talvez estejamos assistindo, pela primeira vez na história do Brasil, em ampla escala, ao nascimento de uma estratégia de desenvolvimento da própria sociedade, descentralizada como o é a morfologia das redes sociais, com multilideranças, múltiplos centros indutores, composta por miríades de núcleos dispersos, molecularmente empoderados e empoderantes". Id.

³⁰⁰ Seminário 'Fortalecendo a sociedade e promovendo o desenvolvimento: diálogo a partir de experiências e idéias'. São Paulo, 24 e 25 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://parcerias.comunitas.org.br/arquivos/200409241920410.05dlis.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2007, 10:51.

³⁰¹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela ONU em 10 de dezembro de 1948. Ver <<http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2007, 07:03.

³⁰² Os direitos políticos constituem um conjunto de normas constitucionalmente fixadas, referentes à participação popular no processo político, dizendo respeito à intervenção do cidadão na vida pública de determinado país e correspondem ao direito de sufrágio, em suas diversas manifestações, e outros direitos de participação no processo político.

³⁰³ Direitos civis são as proteções e privilégios de poder pessoal dados a todos os cidadãos por lei, estabelecidos pelas nações limitados aos seus limites territoriais.

ais³⁰⁴ e culturais, como o direito ao trabalho digno; e os direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento³⁰⁵.

No coro das críticas aos modelos ortodoxos de desenvolvimento inscreve-se a Economia de Comunhão³⁰⁶, que – através de ações que valorizam o homem e respeitam o meio ambiente procurando não só superar a pobreza que existe no interior do Movimento dos Focolares (o que, de certa forma, concorre para reduzir a pobreza em geral), mas, também, melhorar a qualidade de vida de todos – defende um modelo de desenvolvimento estruturado segundo os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja (DSI), que privilegia quesitos como a centralidade da pessoa humana, a sociedade fundada na verdade, a solidariedade e princípios como subsidiariedade, participação, liberdade social, desenvolvimento humano genuíno e bem comum³⁰⁷.

Com esta perspectiva, para aderir ao Projeto Economia de Comunhão, as empresas da EdC se comprometem a adotar as normas estabelecidas no documento 'Linhas de condução de uma empresa de EdC' (ver anexo 1), que as orienta a preservar a harmonia no espaço da empresa, manter rigoroso cumprimento das o-

³⁰⁴ Direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, por isso tendem a exigir do Estado intervenções na ordem social segundo critérios de justiça distributiva.

³⁰⁵ SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável. Rio de Janeiro: Garamound, 2004. p. 14.

³⁰⁶ Para Ferrucci, um dos principais mentores da EdC, que não ignora o papel das empresas multinacionais para o desenvolvimento econômico mundial, "há que se perguntar se é aceitável um sistema que cria empresas e lucros colossais à custa do desemprego de milhões de pessoas e às custas de milhares de pequenas e médias empresas, que têm a maior dificuldade de manter o equilíbrio econômico e são esmagadas pelo poder dessas sociedades". FERRUCCI Alberto. Neoliberalismo, desenvolvimento sustentável e Economia de Comunhão. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 27. Ao propor uma reflexão sobre a forma como a Economia de Comunhão e a cultura do dar poderiam contribuir positivamente para provocar uma mudança de rumo no neoliberalismo, Alberto Ferrucci critica o fundamentalismo de mercado, para o qual o segredo do desenvolvimento econômico está no movimento do capital e nas decisões de investimento completamente livres dos condicionamentos locais e dos preços da matéria-prima, dos maquinários e do trabalho, ditados unicamente pela demanda e pela oferta do mercado. Id. p. 24.

³⁰⁷ Agenda Social Coleção de Textos Magisteriais. Vaticano: Pontifício Conselho 'Justiça e Paz', 2000. Disponível em: <<http://www.thesocialagenda.org/portugues/index.html>>. Acesso em: 25 dez. 2006, 08:05

brigações legais, fiscais e trabalhistas, cultivar relações harmônicas com concorrentes, clientes e fornecedores e respeitar o meio ambiente. Este compromisso, que não se submete a nenhum esquema de fiscalização (pois, segundo os princípios da EdC, a adesão é ‘livre’), é guiado pela Cultura da Partilha vigente no Movimento dos Focolares, em situação esclarecida por Chiara Lubich, para quem as pessoas que aderem ao Projeto da Economia de Comunhão “procuram seguir, nas formas exigidas pelo contexto de uma organização voltada para a produção, o mesmo estilo de comportamento que vivem em todos os outros âmbitos da vida”³⁰⁸.

Ao lado dos benefícios econômicos que decorrem naturalmente das atividades empresariais no âmbito da Economia de Comunhão – pois, conforme aponta Gold, embora a maioria das vantagens do Projeto derivem da motivação intrínseca à cultura da partilha, sendo de natureza qualitativa, o Capital Social criado pela dinâmica da EdC produz um “verdadeiro incremento na produtividade e nos lucros”³⁰⁹ –, o comportamento geral das empresas da EdC gera uma plataforma de boa convivência social, ambiental, fiscal e relacional³¹⁰ – itens que incrementam a contribuição do Projeto ao tipo de desenvolvimento defendido pelo Movimento dos Focolares, um modelo que, dadas as características, se ajusta ao conceito de DESENVOLVIMENTO LOCAL. De fato, tendo em vista o tipo de protagonismo exercido pelas empresas da

³⁰⁸ LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão: História e profecia*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004. p. 27 e 28.

³⁰⁹ GOLD, Lorna. *Abrindo espaço para uma nova visão econômica: redes locais-globais de comunhão*. *Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento*. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) *Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 92.

³¹⁰ Ferrucci afirma que o relacionamento entre trabalhadores, entre direção e trabalhadores, entre empresa e clientes, entre empresa e empresas concorrentes, empresa e administração pública, deveria ser sempre coerente com os princípios da economia de comunhão, respeitando-se a competência e a sensibilidade de cada um; e, ainda, a necessidade do absoluto respeito à legislação vigente em cada país, visando a correção administrativa e fiscal, em relação a política salarial, da segurança, da salubridade do local de trabalho e do impacto sobre o meio ambiente. FERRUCCI, Alberto. *Considerações sobre a economia de comunhão*. COSTA, Rui et al. *Economia de comunhão*. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 84 a 86.

EdC – atuação em ambientes sócio-territoriais definidos com comportamento que cultiva a interação e a cooperação com outros agentes locais, em articulações materiais que prestigiam os bens relacionais e ações que respeitam o meio ambiente e que buscam o bem estar comum de forma sustentável – a Economia de Comunhão oferece inestimável contribuição ao Desenvolvimento Local.

No âmbito econômico, além dos impactos naturais do mero funcionamento (geração de emprego, renda e negócios que contribuem para a dinâmica da economia), a atuação das empresas da EdC afeta positivamente as pessoas que se beneficiam direta ou indiretamente da ajuda transferida aos necessitados e, também, os stakeholders que fruem da postura ética que norteia sua participação no mercado. Também nos âmbitos pessoal e social, a forma como atuam as empresas da EdC tem reflexos positivos em todos aqueles que com elas se relacionam. Neste ponto, vale destacar estudo de Martins e Grzeszczeszyn constatando que, na ótica dos termos postos por Amartya Sen, a Economia de Comunhão e a Economia Solidária contribuem para o desenvolvimento, na medida em que podem proporcionar aos seus stakeholders condições para alcançarem as suas liberdades substantivas³¹¹.

A Economia de Comunhão possui muitas características que a compatibilizam com os esforços que visam o Desenvolvimento Local, inclusive o ideal de estabelecer uma ordem mundial ajustada aos ideais de fraternidade e comunhão, que, em certa perspectiva, se equipara ao conceito de ‘projeto comum’, definido por Rosa como “um conjunto de ações consensuadas localmente, voltadas para se garantir

³¹¹ MARTINS, Cláudia Herrero e GRZESZCZESZYN, Geverson. O papel das organizações da economia de comunhão e economia solidária para o desenvolvimento, na perspectiva de Amartya Sen. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 9., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006, 1 CD-ROM.

um futuro compartilhado em um determinado local ou território, a partir de projetos concretos e específicos para o local”³¹².

A Economia de Comunhão é caracterizada pelo empreendedorismo – outro aspecto indispensável para a realização de esforços bem sucedidos com vistas ao desenvolvimento local. Na realidade, o empresário da EdC é um misto de empreendedor de negócio com empreendedor social – uma categoria que, no dizer de Rosa, cumpre uma missão social que lhes impõe desafios distintos daqueles enfrentados pelos empreendedores de negócio, pois os elementos essenciais para o empreendedorismo social são desprezados pelo mercado³¹³. Empreendedores sociais, os empresários da Economia de Comunhão atuam em ambiente regido pelas leis de mercado, as quais, raramente, acolhem os valores sociais cultivados pela cultura da partilha.

Aos clientes, as empresas da Economia de Comunhão demonstram reservar bom tratamento, de forma espontânea e graciosa, sem os artificialismos que denotam as técnicas de marketing, e, também, esforço para oferecer-lhes o melhor. De fato, as empresas da EdC dedicam especial atenção à satisfação dos clientes, quesito que é tratado, não como uma técnica comercial, mas como decorrência natural

³¹² No dizer de Rosa, para se obter um projeto comum de um território é importante trabalhar distintas dimensões: a dimensão da identidade do território, que corresponde à identificação de valores e recursos locais, percebidos endógena e exogenamente como características específicas de um determinado território: paisagem, cultura, música, arquitetura, patrimônio histórico, folclore, etc.; a dimensão da endogenia, compreendida como o conjunto de forças que se originam no interior de um território ou localidade, e que podem reforçar o seu processo de desenvolvimento; e a dimensão da organicidade – que expressa necessidades, expectativas e formas organizativas voltadas para articular a sociedade civil e o Estado na busca da efetivação do projeto comum. ROSA, Sueli L Couto. Desenvolvimento local e participação da sociedade civil: o ambiente cooperativo. Temas de reflexão em DLIS. p. 02 a 03. Disponível em: <http://proder.sebraesc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2007, 08:21.

³¹³ Os empreendedores sociais vêem as leis de mercado – que não valorizam as melhorias sociais, os bens públicos, os prejuízos e benefícios para pessoas que não podem pagar – de forma diferente, pois, para eles, a riqueza é apenas um meio para um determinado fim. Id. p. 06.

da gratuidade cultivada pelo Movimento dos Focolares e, neste sentido, os empresários da EdC primam por cultivar uma boa relação com os fregueses³¹⁴. Refletindo a essência empresarial da EdC, o empresário Armando Tortelli, presidente da Associação Nacional por uma Economia de Comunhão (ANPEC), afirma que “uma empresa da Economia de Comunhão tem por objetivo servir o seu cliente naquilo que ela tem, com produtos de qualidade, preços justos, mas, sobretudo, sendo uma empresa que se coloca em uma postura de trabalhar com ética, responsabilidade social, visto que a empresa deve ser um espaço de promoção social para os colaboradores, clientes, concorrentes e para o Estado...”³¹⁵. Isto significa que, no âmbito das empresas da EdC, as pessoas são respeitadas, valorizadas e beneficiadas, não apenas como agentes econômicos, mas principalmente como Pessoa Humana. Serafim chama atenção de que, no âmbito das empresas da EdC, o cliente é bem tratado, não por uma questão comercial ou de conveniência econômica, mas sim pela convicção de que a comunhão se estende a todos³¹⁶.

Verifica-se que, nas empresas da EdC há um cuidado especial com o bem estar dos trabalhadores, valorizando competência profissional, praticando política salarial justa, cuidando da segurança no local de trabalho, respeitando a sensibilidade de cada um, e neste sentido, os empresários primam por cultivar uma boa relação com

³¹⁴ FERRUCCI, Alberto. Considerações sobre a economia de comunhão. COSTA, Rui et al. Economia de comunhão. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 84 a 86.

³¹⁵ Partilha dentro das empresas. Voz de Nazaré. Belém. ANO XCIII - Nº 229. 22 dez. 2006. Disponível em: <www.fundacaonazare.com.br/modelo1_2006/Voz/noticia_ler.php?noticia_id=193&edicao_id=7&caderno_id=102>. Acesso em: 26 dez. 2006, 22:43.

³¹⁶ SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 83. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2006, 11:50.

os trabalhadores³¹⁷. Para os empregados, as empresas da EdC sustentam um regime de valorização profissional que lhes garante a condição de atuar efetivamente na gestão das organizações. No dizer de Costa, no âmbito das empresas da EdC, em função da comunhão e doação recíproca, o antagonismo é superado e “a dualidade que opõe empregado e empregador pode ser substituída pela complementaridade e interdependência”³¹⁸. Vale destacar que, entre os diversos tipos de contribuição ao desenvolvimento, as empresas da Economia de Comunhão apresentam grande potencial para a oferta de empregos e vêm criando empregos mundo afora.

Verifica-se, também, que, nas empresas da EdC há um cuidado especial com a manutenção do bom relacionamento, inclusive com os concorrentes, que não são tratados como adversários ou inimigos comerciais e, sim como parceiros. Com efeito, os empresários da EdC primam por cultivar uma boa relação com as empresas concorrentes³¹⁹. Aos concorrentes, as empresas da EdC dedicam respeito e a garantia da disputa ética, cultivando o bom relacionamento. Sobre este ponto, Vera Araújo afirma que, no âmbito da EdC, “a concorrência deixa de ser tratada como inimiga e, sim como ‘operadores de um mesmo setor, com os quais é possível estabelecer relacionamentos de colaboração tendo em vista um interesse comum’”³²⁰. Ao comentar sobre o Pólo Ginetta, em Igarassú, Pernambuco, por ocasião da inauguração da empresa Licitar Farmacêutica Ltda, a jornalista Inês Andrade o definiu como “uma espécie de condomínio com indústrias que compartilham o ideal de um mundo mais

³¹⁷ FERRUCCI, Alberto. Considerações sobre a economia de comunhão. COSTA, Rui et al. Economia de comunhão. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 84 a 86.

³¹⁸ COSTA, Rui. Uma experiência em curso. Id. p. 120.

³¹⁹ FERRUCCI, Alberto. Considerações sobre a economia de comunhão. Id. p. 84 a 86.

³²⁰ ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. Id. p. 12 a 15.

humanitário” e destacou o relacionamento ‘mais amigável’ mantido com os concorrentes”³²¹.

Alem disso, nas empresas da EdC há um cuidado especial com a manutenção do bom relacionamento com a administração pública, com absoluto respeito a legislação vigente, visando a correção administrativa e fiscal. Assim, os empresários da EdC primam por cultivar uma boa relação com a administração pública³²².

À sociedade, as empresas da EdC garantem a preocupação com a instalação de uma ordem mundial baseada nos ideais de fraternidade e comunhão. No entender de Agostinho Lopes, proprietário da empresa Topus 3 e membro da direção AN-PEC, por exemplo, a Economia de Comunhão “ajuda a inclusão dos mais desfavorecidos, combatendo as causas da violência e da pobreza, amenizando os conflitos sociais”. Por outro lado, nas empresas da EdC há um cuidado especial com o respeito ao meio ambiente³²³. Tudo isto compõe a plataforma de um tipo de desenvolvimento que valoriza a pessoa humana e o meio ambiente, com significativa expressão no chamado desenvolvimento local.

Por outro lado, a dinâmica da Economia de Comunhão, que prestigia os bens relacionais, cultivando boas relações com todos os stakeholders, e articula pólos produtivos, contribui para o fortalecimento de parcerias – instrumento que, por aproveitar a sinergia própria das ações associativas para superar dificuldades e facilitar a conquista de projetos comuns, é recorrente nos planos que visam o Desenvolvi-

³²¹ ANDRADE, Inês. Pernambuco ganha o Pólo Empresarial Ginetta, em Igarassú, que abrigará empresas que atuam de forma mais solidária. *Jornal do Comércio*. Recife: 18 ago. 2007. p. 9.

³²² FERRUCCI, Alberto. Considerações sobre a economia de comunhão. COSTA, Rui et al. *Economia de comunhão*. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 84 a 86.

³²³ Id. p. 84 a 86.

to Local. Sobre o assunto, Rosa diz que “a parceria local corresponde à constituição de uma rede de relações e de solidariedades ao nível do território, visando valorizar melhor as potencialidades e enriquecer as ações setoriais numa reflexão ‘transversal’, intersetorial”³²⁴.

Para Rosa, a parceria local representa uma vontade de construção ou de reconstrução de laços sociais, ou mesmo de procura de uma identidade comum, que vão além das ações econômicas construídas em comum, constituindo a expressão de um grupo de atores que, pela sua legitimidade ou pelo seu conhecimento do território, se encontram em posição de organizar e assumir a responsabilidade dum compromisso coletivo. Rosa destaca que, independentemente de se tratar de iniciativa de indivíduos, de empresas privadas ou iniciativas públicas, a lógica da parceria pode decorrer da intenção de cobrir interesses definidos (que nasce da oportunidade conjuntural e limita-se no tempo) ou decorrer da vontade de construir um projeto de sociedade³²⁵.

Nesta perspectiva, se for considerado o tipo de protagonismo exercido pelas empresas da EdC, que atuam em ambientes sócio-territoriais bem definidos e primam por cultivar a interação e a cooperação com outros agentes locais, não só nas articulações materiais, mas, sobretudo, através de bens relacionais, oferecendo soluções que respeitam o bem estar comum de forma sustentável, percebe-se clara-

³²⁴ ROSA, Sueli L Couto. Desenvolvimento Local versus Desenvolvimento Econômico - A organização das parcerias. Temas de reflexão em DLIS. p. 14. Disponível em: <http://proder.sebrae-sc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2007, 08:21.

³²⁵ Id.

mente que a Economia de Comunhão oferece grande contribuição para o Desenvolvimento Local³²⁶.

³²⁶ Após destacar que a constituição de comunidade decorre da multiplicação de relações de parceria, projeto comum, conectividade horizontal e interdependência (cuja combinação ou incidência simultânea chama-se 'rede'), Franco ressalta que, do ponto de vista do Capital Social, a rede é o segundo fator para a criação de um ambiente interno favorável ao desenvolvimento e adianta que para formação e manutenção deste ambiente é necessária a instalação de uma cultura de rede. FRANCO, Augusto. Capital social e desenvolvimento - o desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. in Seminário "Os Distritos Industriais e o Modelo de Desenvolvimento da Terceira Itália em Questão: perspectivas para os Programas Xingó e Zona da Mata do Nordeste". Maceió: 2001. p. 03. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2001/09/capital%20social%20e%20desenvolvimento.doc>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:38. Vale, ainda, apontar que, como apontado por Martins e Grzeszczeszyn, as organizações da Economia de Comunhão, assim como aquelas oriundas da Economia Solidária, são importantes instrumentos de disseminação do desenvolvimento, dentro da perspectiva de Amartya Sen. MARTINS, Cláudia Herrero e GRZESZCZESZYN, Geverson. O papel das organizações da economia de comunhão e economia solidária para o desenvolvimento, na perspectiva de Amartya Sen. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 9., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006, 1 CD-ROM.

" Nem os indivíduos nem as nações
devem considerar a posse de mais e mais bens como o objetivo".

Paulo VI

5. Análise do resultado da pesquisa de campo

5.1 Considerações iniciais

Para atingir o objetivo deste TCM – investigar se o funcionamento de empresas organizadas segundo os preceitos da Economia de Comunhão pode embasar um programa de Desenvolvimento Local, funcionando como forma alternativa e/ou complementar aos modelos convencionais de desenvolvimento e, com isso, abrir a possibilidade de formulação de novas estratégias de gestão para o desenvolvimento –, o desempenho de empresas da EdC foi apreciado, permitindo inferências sobre o tipo de impacto que seu funcionamento causa no Desenvolvimento Local da área em que atuam.

A pesquisa, centrada na ambiência da Economia de Comunhão na Região Metropolitana do Recife em amostra não probabilística selecionada com base na acessibilidade, envolveu um conjunto de empresas – Ágape Tecnologia Ltda. (Zar-tec), Jad Informática, Lopes Associados Ltda. (Topus 3), Panificadora Campo Fértil Ltda., Pólo Empresarial EDC do Nordeste S.A. (Pólo Ginetta), Portal Tecnologia Ltda., Sibrasa Sociedade Comercial Sobral Ltda. e Supercross Peças e Acessórios Ltda. –, expondo a experiência vivida por cada uma delas, inclusive em relação a seu desempenho social. No âmbito da Economia de Comunhão, os sujeitos da pesquisa de campo foram empresários, empregados e clientes das empresas visitadas, envolvendo um conjunto de 24 participantes e, no âmbito do Setor Público, os sujeitos da pesquisa de campo foram autoridades municipais ligadas ao desenvolvimento econômico.

Para coletar dados indicativos da motivação dos empresários, dinâmica empresarial, preocupações sociais e ambientais, nível de satisfação de empregados e clientes, vantagens oferecidas a empregados, nível de relacionamento com empregados e clientes, resultados alcançados e nível de conhecimento do poder público sobre o Projeto da EdC, a pesquisa de campo recorreu a entrevistas e questionários aplicados a empresários, empregados e clientes das empresas visitadas e, ainda, a autoridades municipais. Vale destacar que, tendo em vista a natureza da pesquisa, os questionários foram do tipo aberto, possibilitando respostas livres, sem nenhum tipo de orientação prévia.

Combinada com o resultado das pesquisas documental e bibliográfica, a pesquisa de campo ofereceu as condições necessárias para as conclusões investigadas no âmbito deste TCM.

5.2 A situação geral da EdC em Pernambuco

Em Pernambuco, Estado para o qual, em 1959, Ginetta Calliari se transferiu no início do processo de expansão extracontinental do Movimento do Focolares, até então circunscrito à Europa, há uma forte presença focolarina, incluindo a Mariápolis Santa Maria – a primeira das Américas – construída em 1965 em Igarassú, a 44 km do Recife. Assim, repetindo o padrão que associa criatura ao criador e descontado o efeito deprimente exercido pela fragilidade econômica da região, Pernambuco desponta como um robusto centro da Economia de Comunhão, com a presença de um pólo produtivo e dez empresas.

Em Pernambuco, além do Pólo Empresarial EDC do Nordeste S.A. (Pólo Ginetta), situado nas cercanias da Mariápolis Santa Maria, dez empresas aderiram ao

Projeto Economia de Comunhão – Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec), Jad Informática, Licitar Farmacêutica Ltda., Lopes Associados Ltda. (Topus 3), Panificadora Campo Fértil, Portal Tecnologia Ltda., Sibrasa Sociedade Comercial Sobral Ltda., Super-cross Peças e Acessórios Ltda., Unitur e Net Star Provedores.

A Portal Tecnologia Ltda., que, depois de apenas quatro meses de vida informal, registrou os documentos em 16 de maio de 2002, é uma empresa do setor de serviços e Indústria, especializada no desenvolvimento de automação empresarial e construção de painéis e outros equipamentos industriais – seguimentos de mercado para o qual foi direcionada após curta temporada na área de treinamento tecnológico. Pertence ao engenheiro eletricitista Sérgio Campello – que, filho de Sebastião Campello (um dos mais destacados pensadores cristãos contemporâneos de Pernambuco e pioneiro do solidarismo no Estado), ‘respira comunhão desde que nasceu’, teve muitas experiências com Economia Solidária, incluindo uma temporada à frente da empresa comunitária ‘Casa de Festejos’ ainda em 1978, e, portanto, já cultivava a cultura da partilha antes de ingressar no Movimento dos Focolares em 1987 e, mesmo, da Economia de Comunhão ser criada em 1991 – que possui 40% do capital; Antonio Canuto – primo e amigo de Sérgio Campello que, embora não tenha crescido em ambiente de grande intimidade com a cultura da partilha, travou, desde cedo, contato com a Doutrina Social da Igreja nos bancos escolares do Colégio São Luiz, da irmandade Marista, em Recife – que detém 15% do capital; Emanuel Souza, que detém 25% do capital e, finalmente, Francisco Barreto Campello, sócio capitalista da empresa, que detém 20% do capital.

A Portal Tecnologia, empresa de uso intensivo de tecnologia com 07 empregados – dois engenheiros, um analista de sistema, um eletrotécnico, um eletricitista, um auxiliar administrativo e uma secretária executiva –, revela índole gregária e participa de várias associações de natureza coletiva, como a Câmara Americana (uma entidade de cooperação internacional) e Programa Nacional das Bases Empresariais (PNBE), no qual atravessa a fase final de inscrição, e de aprofundamento da cultura da partilha, como a Associação Nacional por uma Economia de Comunhão (ANPEC). Além de integrar o Projeto da EdC, a Portal Tecnologia participa de programas de responsabilidade social, contribuindo com o Movimento Pró-Criança, uma espécie de Pastoral da Criança vinculada a Arquidiocese de Recife e Olinda.

A Sibrasa – Sociedade Comercial Sobral Ltda., empresa que aderiu ao Projeto Economia de Comunhão em 1992, sendo uma das primeiras empresas da EdC em Pernambuco, atua tradicionalmente no comércio de sacos para embalagens, tendo no setor açucareiro o principal cliente, e, mais recentemente, no comércio de material da linha de cama, mesa e banho. Os proprietários, ambos vinculados ao Movimento dos Focolares em Pernambuco, são o casal Socorro e Paulo Sobral – um comerciante natural de Garanhuns, que chegou ao Recife em 1973 após uma temporada de seis anos atuando no comércio de Maceió. Além da matriz, que funciona há 30 anos na Rua Floriano Peixoto, 319, a Sibrasa tem filiais localizadas na Rua Direita, 178, e na Rua das Calçadas, 327, todas no bairro de São José, no centro do Recife, possuindo, no conjunto, 52 funcionários. Sem participar de nenhuma outra associação ou programa de responsabilidade social, a Sibrasa é filiada à Associação Nacional por uma Economia de Comunhão (ANPEC).

Paulo Sobral afirma que as palavras de Chiara Lubich, contrastando a ‘cultura do ter’ vigente no mundo atual com a ‘cultura do doar’, o levaram a inserir a Sobrasa no Projeto da EdC. “Nós temos que comungar nossas coisas com os mais necessitados, pois o sentido maior da empresa não é ganhar dinheiro, mas servir ao próximo, tratar bem as pessoas (funcionários, clientes)... até por formação religiosa... tratar bem e honestamente”, diz o empresário, acrescentando que “quando a pessoa trata bem as pessoas é recompensado por isso”.

A Supercross Peças e Acessórios Ltda, que, a exemplo da Sibrasa, pertence ao casal Socorro e Paulo Sobral, atua no comércio de peças e acessórios para motocicletas e funciona na Rua Barão da Vitória, 319-C, no centro comercial do Recife. A empresa, que tem quatro funcionários, aderiu ao Projeto Economia de Comunhão desde sua fundação em 1998 e, fora a Associação Nacional por uma Economia de Comunhão (ANPEC), não participa de nenhuma outra associação.

A Lopes Associados Ltda, cujo nome fantasia é Topus 3, é uma empresa de consultoria empresarial criada em 1988 que atua principalmente nas áreas contábil, administrativa e econômica. Com escritório na Rua da Aurora, 295, conjunto 601, na Boa Vista, em Recife, a Topus 3 pertence ao empresário Antônio Agostinho Lopes, que tem uma irmã como sócia. A empresa tem cinco funcionários.

O empresário Agostinho Lopes afirma que foi “a possibilidade concreta de fazer algo em benefício dos pobres, envolvendo-os em uma nova mentalidade de fraternidade e reciprocidade, que envolve, também, o empresário”, que o levou a aderir ao projeto Economia de Comunhão em 1993, acrescentando que é “a crença na seriedade do Projeto..., que, embora para muitos seja uma utopia, é factível”, que o faz

nele permanecer. O site da Topus 3 afirma que a empresa “tem um compromisso firmado com a ética e com a legalidade. É uma empresa que tem uma preocupação social. Por isto, está inserida no projeto Economia de Comunhão, que busca, a partir de uma visão antropológica, colocar a pessoa humana em relevo nos seus relacionamentos interpessoais e institucionais, disponibilizando parte de seus resultados para promoção humana”.

Zartec é o nome de fantasia da Ágape Tecnologia Ltda., uma empresa criada em 1998 pelo engenheiro Roberto Zarzar e outros dois sócios, que vende e instala equipamentos de segurança em condomínios sob o slogan ‘segurança eletrônica com tecnologia’. Desde os primeiros momentos, no embalo da onda de insegurança que varre o país, a Zartec experimentou crescimento célere, passando dos 04 funcionários que tinha no início das atividades, para 25 nos dias correntes – dois de nível superior e o restante com o II Grau de instrução. Hoje, embora se mantenha no mesmo endereço onde foi criada – rua Ernesto de Paula Santos, 1260, sala 201 Boa Viagem Recife – a Zartec ocupa todo o 2º andar do edifício.

O nome Zartec se ampara no sobrenome do proprietário, o engenheiro eletrônico Roberto Zarzar Correia de Melo, formado pela UFPE em 1986 que participa do Movimento dos Focolares e é entusiasta da Economia de Comunhão desde o início do Projeto, em 1991. Antes de criar a Zartec, Roberto Zarzar foi funcionário da Philips e teve uma outra experiência como empresário, quando esteve à frente da Tele-dígitos Ltda. – uma fábrica de equipamentos de segurança criada por ele e dois antigos colegas de trabalho, que também tinham deixado a Philips em 1991. Em 1998, montou a Zartec, empresa que se enquadra formalmente nos setores de Serviço e

Comércio e atua no ramo da consultoria, treinamento, venda e manutenção de equipamentos de segurança.

Dando grande importância ao sistema de parceria, a Zartec cultiva estreita relação comercial com a empresa Nordeste Segurança de Valores, à qual repassa os contatos que redundam em contratos de vigilância. Sem enfrentar nenhuma dificuldade de mercado para os produtos que comercializa, a Zartec prima pela relação com os clientes. O engenheiro Zazar repete a máxima segundo a qual, na sua empresa, “o melhor vendedor é o cliente”. A empresa vem experimentando taxa de expansão dos negócios em torno de 30% ao ano. Roberto Zazar alerta que a Zartec, que aderiu ao Projeto da EdC em 2003, ainda está em ‘processo de adesão’ e destaca que, apesar de contar com o apoio de seus outros dois sócios (que não fazem parte do Projeto) e do empenho pessoal em aproximar a empresa de pessoas ligadas ao Movimento dos Focolares (além de contar com a assessoria contábil da empresa da EdC ‘Topus 3’, quatro dos atuais 25 funcionários da Zartec são ligados ao Movimento dos Focolares, conhecendo profundamente a Economia de Comunhão), em fenômeno que atribui à dispersão dos funcionários (“pois a maioria trabalha no campo”), a cultura da partilha não tem evoluído no interior da empresa.

O empresário Roberto Zazar afirma que foi a “convicção de que só faz sentido manter e tocar uma empresa que cultive a cultura da partilha” que o levou a aderir ao projeto Economia de Comunhão e é a “crença e a confiança do Projeto” que o mantém nele. A empresa participa do sindicato patronal do comércio.

A Campo Fértil Cia. de Alimentos Ltda., localizada na Av. Diper, 17, Vila Sarandaia, em Igarassú, no litoral norte do Estado de Pernambuco, é uma empresa

que atua nos setores industrial e comercial com atuação na área da panificação, fabricando e comercializando pães, frios, bolos, salgados, pizzas e outros quitutes. Criada em 1997, em Recife [na Avenida Agamenon Magalhães, 194, em Santo Amaro], originalmente na área de profissionalização de adolescentes com o apoio de uma ONG Italiana, a Campo Fértil migrou de setor econômico, ingressando no ramo da pastelaria e panificação. A empresa aderiu ao projeto da EdC no ano 2000 e, quatro anos mais tarde, mudou-se para Igarassú, onde funciona até hoje com 12 funcionários.

Empresa constituída por cotas de responsabilidade limitada, a Campo Fértil pertence ao empresário Marcos Gugel, que integra o Movimento dos Focolares desde 1991, e a seu sogro, cuja participação na sociedade visa apenas cumprir os requisitos da lei. Marcos Gugel, que demonstra profundo conhecimento no ramo da panificação e pastelaria e grande popularidade com os clientes e liderança empresarial [recusou recentemente convite para disputar a presidência da Associação Comercial de Igarassú], afirma que decidiu aderir ao Projeto porque a Economia de Comunhão “pode salvar as pessoas dos malefícios da Economia de Mercado”, “valoriza os bens relacionais, colocando o acima dos bens materiais” e, ainda, que “o bom relacionamento oferece retornos não econômicos e, também, econômicos”, acrescentando que confia na proposta porque “a EdC leva as pessoas a pensarem umas nas outras, produzindo uma sociedade mais digna”. “A EdC dá dignidade às pessoas”, resume o empresário. A empresa Campo Fértil participa da Associação Comercial de Igarassú, Sindicato da Indústria da Panificação e da Associação Nacional por uma Economia de Comunhão (ANPEC).

A Jad Informática, cujo escritório ocupa duas salas no Empresarial do Príncipe, na Rua Bispo Cardoso Aires, 147, na Boa Vista, em Recife, é uma pequena empresa individual pertencente ao empresário focolarino Jailson Aurélio Assis de Carvalho, que a criou em 1990, quando, alcançado pelo desemprego decorrente da crise desencadeada pelas opções econômicas do governo do presidente Fernando Collor de Mello, incorporou-se ao escritório de contabilidade de uma irmã, onde passou a desenvolver programas para o cálculo de folhas de pagamento. Dez anos depois, já sob o nome de 'Jad Informática', transferiu-se para o endereço atual, funcionando inicialmente em uma sala.

A Jad Informática, que aderiu ao Projeto Economia de Comunhão em 2004, atua no ramo de Comércio e Serviços, comercializando produtos de informática e prestando serviços de desenvolvimento de sistemas, consultoria e de assistência técnica nas áreas de conectividade, automação comercial. Atualmente, a empresa, que emprega quatro pessoas, todas com o II Grau completo, participa de diversos programas de responsabilidade social, oferecendo auxílio à Escola Santa Maria, localizada na Mariápolis Santa Maria, e à Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AACA).

Jailson Aurélio Assis de Carvalho afirma que, como sempre foi "inconformado com a injustiça social, nutrindo admiração pelo socialismo e comunismo e, ainda, pela idéias de D. Hélder Câmara", imaginando fazer algo diferente como empresário, viu a "resposta para seus anseios", quando conheceu Chiara Lubich e a proposta da EdC. O empresário acrescenta que a Economia de Comunhão prova não ser apenas uma teoria, pois funciona na prática.

A Licitar Farmacêutica Ltda, uma distribuidora de produtos farmacêuticos e materiais hospitalares, é a caçula das empresas da Economia de Comunhão em Pernambuco. A Licitar Farmacêutica, que pertence a Marcos Gugel, proprietário da empresa Campo Fértil, e Renata Tortelli, filha de Armando Tortelli, proprietário do Grupo Prodiel e presidente da Associação Nacional por uma Economia de Comunhão (Anpec-EdC), foi inaugurada em 18 de agosto de 2007, em cerimônia que contou com a presença de autoridades locais e de empresários e mentores da EdC, inclusive Alberto Ferruci, presidente do Bureau Internacional de Economia e Trabalho e da New Humanity.

A inauguração da Licitar Farmacêutica Ltda. também marcou a inauguração do Pólo Ginetta – um pólo produtivo com área total de 83.000 m², localizado nas proximidades da Mariápolis Santa Maria, na Estrada de Monjope, nº 5.100, em Cruz de Rebouças, Igarassú, na Região Metropolitana do Recife, contemplando, além de áreas para a administração, serviços e proteção ambiental, dez lotes nos quais, mediante a necessidade indicada pelo interesse das empresas (já estão inscritas as empresas Sibrasa, que atua na área comercial têxtil, e a Rotogine, que fabrica fossas sépticas), serão construídos galpões.

A exemplo dos demais pólos produtivos, que oferecem grande visibilidade à Economia da Comunhão, o Pólo Gineta também é alvo de cuidadoso planejamento, oferecendo infra-estrutura de salões para reuniões, área de pesquisa, atividades sociais, estudos, etc. Na área ambiental, além de cuidados com o terreno, os projetos dos galpões aproveitam a ventilação natural para reduzir o uso de energia na climatização.

FIGURA 3 - Planta do Pólo Ginetta, em Igarassú, PE

Nos moldes do Pólo Spartaco, o Pólo Ginetta é administrado por uma empresa constituída especialmente para este fim – a ‘Pólo Empresarial EDC do Nordeste S.A.’, uma Sociedade Anônima de capital fechado criada em 20 de abril de 2002, cuja estrutura organizacional, além do conselho de administração, apresenta diretorias financeira, técnica, administrativa e, ainda, de comunicação e marketing. A formação do capital social da empresa vem se dando pela venda de lotes mínimos de 50 ações, comercializadas individualmente por R\$ 1, a membros do Movimento dos Focolares e simpatizantes da Economia de Comunhão. Hoje, com capital autorizado de R\$ 2 milhões, o capital integralizado pelos 980 acionistas da empresa Pólo Empresarial EDC do Nordeste SA é de R\$ 900 mil. Para a conclusão do projeto, cujo custo está orçado em R\$ 3,5 milhões, a Assembléia Geral dos acionistas precisa autorizar o aporte de mais R\$ 1,5 milhão.

Além de despesas com a aquisição do terreno, que alcançaram R\$ 130 mil, o plano de investimentos da empresa atinge R\$ 900 mil, com itens referentes a estu-

dos e projetos, construção de galpões, vigilância, etc. Seguindo o formato dos demais pólos da EdC, atuando no setor imobiliário, as receitas da empresa Pólo Empresarial EDC do Nordeste SA são oriundas dos aluguéis cobrados às empresas nele instalados, às quais também são cobradas uma taxa de condomínio pelos serviços comuns (água, energia e segurança). O Pólo Empresarial EDC do Nordeste SA, que já se filiou à Associação Nacional por uma Economia de Comunhão (ANPEC), conta com 03 empregados e alimenta a expectativa de gerar 300 empregos diretos quando o projeto estiver totalmente implantado.

Comentando sobre os motivos que o levaram a aderir ao projeto Economia de Comunhão, o diretor financeiro do Pólo Empresarial EDC do Nordeste SA, Adauto Lucas da Silva, afirma que foi “o amor pela causa e a pela nobreza dos seus propósitos, principalmente o de minimizar as diferenças entre as classes sociais” e acrescenta que é “o desejo de contribuir para um projeto que tem tudo para ser um marco na história da humanidade, pelo ideal da solidariedade que traz consigo” que o leva a nele permanecer.

Entre as empresas que se preparam para funcionar no Pólo Ginetta, em Igarassú, está uma empresa associada a KNE-Rotogine (que, com o nome de ‘Rotogine’, funciona desde 1995 no Pólo Spartaco, em São Paulo), ainda em formação. A idéia da nova empresa, que se propõe a produzir grandes manufaturados de plástico, especialmente fossas sépticas, pelo sistema de rotomoldagem, vem sendo impulsionada localmente pelo veterinário Otávio Alves de Melo Júnior, que atua como representante comercial da Granja Planalto. Para compor a sociedade, além de Françoise Neveux, do grupo proprietário da empresa KNE-Rotogine, e do empresá-

rio Alberto Ferruci, presidente do Bureau Internacional de Economia e Trabalho e da New Humanity, o focolarino Otávio Alves de Melo Júnior procura um sócio capitalista, capaz de financiar parte do investimento necessário à implementação do empreendimento. Embora a nova empresa ainda não tenha nome definitivo, já há a decisão de aproveitar a marca 'Rotogine', que é muito respeitada no mercado especializado na área de fossas sépticas. Otávio Alves de Melo Júnior diz que a Economia de Comunhão é “um modelo econômico capaz de mudar toda a economia do mundo” e afirma ter “a certeza de que estamos iniciando a mudança na economia”.

Vale registrar, ainda, que, em 2006, houve o encerramento das atividades da Escola Espaço Único. Criada em 1999 do entusiasmo da focolarina Glauce de Oliveira da Cruz Gouveia – uma professora de História que, depois de uma experiência à frente de cursinho de matérias isoladas, conheceu a Economia de Comunhão e ficou encantada com “uma bela proposta de fraternidade e de gestão e um caminho para gerar na sociedade uma possibilidade nova de trabalho” – e de outras duas professoras também entusiastas da EdC, a Escola Espaço Único prestou serviços educacionais até 2006 na Estrada de Belém, nº 1273, na Encruzilhada, em Recife, empregando 22 funcionários. A interrupção das atividades da Escola Espaço Único em 2006 não abalou a confiança da professora Glauce de Oliveira da Cruz Gouveia na Economia de Comunhão, que atribui o episódio às dificuldades administrativas, inadimplência e questões vinculadas ao mercado qualificado e outras razões.

5.3 Atuação local e preocupações com a preservação ambiental e com o bem estar coletivo

As empresas da EdC que atuam em Pernambuco confirmam o vasto leque preenchido pela Economia de Comunhão, atuando em todos os setores da economia.

A Portal Tecnologia Ltda. é uma empresa do setor de serviço e Indústria, especializada no desenvolvimento de automação empresarial e construção de painéis e outros equipamentos industriais – seguimentos de mercado para o qual foi direcionada após curta temporada na área de treinamento tecnológico. A Sibrasa – Sociedade Comercial Sobral Ltda. atua tradicionalmente no comércio de sacos para embalagens e nas linhas de cama, mesa e banho. A Supercross Peças e Acessórios Ltda. Comercializa peças e acessórios para motocicletas. A Lopes Associados Ltda. (Topus 3) presta consultoria empresarial nas áreas contábil, administrativa e econômica. A Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec) vende e instala equipamentos de segurança em condomínios. A Campo Fértil Cia. de Alimentos Ltda. milita nos setores industrial e comercial na área de panificação, fabricando e comercializando pães, frios, bolos, salgados, pizzas e outros quitutes. A Jad Informática vende equipamentos de informática, desenvolve sistemas e presta serviços de consultoria e assistência técnica nas áreas de conectividade, automação comercial. A Licitar Farmacêutica Ltda. distribui produtos farmacêuticos e materiais hospitalares. A empresa Pólo Empresarial EDC do Nordeste S.A. administra os imóveis pertencentes ao Pólo Ginetta.

Embalados pela robusta formação cultural que anima o Movimento dos Foculares, os empresários que estão à frente das empresas da Economia de Comunhão revelam grande inquietação com a questão social, colocando o bem comum acima

de preocupações eminentemente financeiras – quesito que, por si só, indica a importância destas empresas para o sucesso de certos projetos que implementam o desenvolvimento local.

Comentando sobre a decisão de incluir a Portal Tecnologia Ltda. no Projeto Economia de Comunhão, o engenheiro eletricitista Sérgio Campello se refere a “busca por justiça social” e a “possibilidade de colocar em prática a Doutrina Social da Igreja (DSI)”. Sérgio Campello afirma que a EdC ajuda a resolver o desemprego, a desumanização do ambiente de trabalho e a má distribuição de renda, destacando que “a principal mudança cultural ocorre dentro da empresa e isto diz respeito, também, a distribuição da renda..., (pois) o lucro não é justo se não houver partilha”. De sua parte, Paulo Sobral, da Sibrasa – Sociedade Comercial Sobral Ltda., afirma que foram as palavras de Chiara Lubich, contrastando a ‘cultura do ter’, vigente no mundo, com a ‘cultura do dar’, que o levou a aderir ao Projeto da EdC, (pois) “nós temos que comungar nossas coisas com os mais necessitados, pois o sentido maior da empresa não é ganhar dinheiro, mas servir ao próximo”. No entender de Agostinho Lopes, da Lopes Associados Ltda. (Topus 3), a Economia de Comunhão “ajuda a inclusão dos mais desfavorecidos, ajuda a combater a violência e a pobreza, ameniza os conflitos sociais (ameniza a luta de classe)”. Para Roberto Zarzar, da Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec), “o maior impacto da EdC [para a solução de problemas sociais, especialmente o de segurança] é a formação de Homens Novos, que, como se fosse uma onda, impulsiona a cultura da partilha no tecido social”. Falando sobre os problemas sociais que a EdC ajuda a resolver, o empresário Marcos Gugel, das empresas Panificadora Campo Fértil Ltda. e Licitar Farmacêutica Ltda. diz que “a EdC valoriza o homem e, assim, contribui para reduzir os desníveis sociais e a vio-

lência” e, lembrando o surgimento de diversas associações de funcionários das empresas da EdC, o empresário conclui que “a Economia de Comunhão estimula a cooperação e a solidariedade entre as pessoas”. Adauto Lucas da Silva, diretor financeiro do Pólo Empresarial EDC do Nordeste SA, afirma que, ao estimular a cultura da solidariedade, a Economia de Comunhão ajuda a resolver o egoísmo e a falta de amor ao próximo. No entender da jornalista Inês Andrade, que cobriu a inauguração da empresa Licitar Farmacêutica Ltda., o Pólo é “uma espécie de condomínio com indústrias que compartilham o ideal de um mundo mais humanitário...”³²⁷. Para empresário Jailson Aurélio Assis de Carvalho, da Jad Informática, a EdC ajuda a resolver problemas sociais, ajuda a distribuição de renda e valoriza o ser humano. No entender da professora Glauce de Oliveira da Cruz, proprietária da Escola Espaço Único que funcionou até o ano de 2006, sendo “uma visão nova de empresa, [a Economia de Comunhão] constrói relacionamentos verdadeiros...”.

Cumprindo um receituário que trata especificamente da importância do relacionamento com empregados, clientes, fornecedores, concorrentes e governo, confirmando o desenvolvimento de bens relacionais indispensáveis ao Desenvolvimento Local, as empresas da EdC que funcionam na Região Metropolitana do Recife têm oferecido grande contribuição nestes aspectos.

A exemplo de quaisquer outras empresas, as empresas da Economia de Comunhão que funcionam na RM do Recife também geram emprego e renda. Cumpre destacar que, em relação à quantidade de empregos, as empresas da Economia de Comunhão não se diferenciam das demais, pois o número de postos de trabalho é

³²⁷ ANDRADE, Inês. Pernambuco ganha o Pólo Empresarial Ginetta, em Igarassú, que abrigará empresas que atuam de forma mais solidária. *Jornal do Comércio*. Recife: 18 ago. 2007. p. 9.

função do tamanho e do tipo de atividade exercida pela empresa³²⁸. Neste campo, o ponto alto das empresas da EdC é a qualidade do ambiente de trabalho oferecido a seus empregos.

Na empresa Portal Tecnologia Ltda., segundo o engenheiro eletricitista Sérgio Campello, para quem “o lucro não é justo se não houver partilha” , o relacionamento com os empregados decorre “da melhor qualidade possível, com amizade, como colegas que se querem bem”, no que é confirmado pelo eletrotécnico ‘A’³²⁹, 41 anos, coordenador de obra. O empregado afirma que trabalhar na Portal Tecnologia Ltda., onde está há um ano e meio, “é ótimo, pois a empresa tem uma filosofia de respeito às pessoas, que permite a participação”. Para representar seu nível de satisfação, diz que ao tempo que, numa escala de 0 a 10, daria 4,5 às empresas em que já trabalhou anteriormente, daria 9,0 à Portal Tecnologia. O funcionário ‘A’ acrescenta que a Portal Tecnologia se preocupa com a felicidade dos funcionários e leva em consideração a qualidade profissional em “comportamento atípico em relação ao mercado”. Para ‘A’, que sabe do envolvimento da Portal Tecnologia Ltda. com a Economia de Comunhão, este tipo de empresa (empresa da EdC) “contribui, e contribui muito, para a melhoria das condições de vida do ambiente em que atua”. Entusiasmado com a empresa em que trabalha, ‘A’ diz que a contribuição das empresas da EdC extrapola o ambiente em que atuam, contribuindo “para a melhoria

³²⁸ A Portal Tecnologia Ltda., que é empresa de uso intensivo de tecnologia, emprega apenas 07 empregados (dois engenheiros, um analista de sistema, um eletrotécnico, um eletricitista, um auxiliar administrativo e uma secretária executiva); a Sociedade Comercial Sobral Ltda. (Sibrasa), empresa da área comercial, emprega 52 pessoas; a Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec), empresa que atua nos ramos de serviço e comércio, emprega 25 pessoas; a Lopes Associados Ltda. (Topus 3), empresa do ramo de consultoria, emprega 05 pessoas; a padaria Campo Fértil, empresa do ramo industrial e comercial, emprega 12 pessoas; a Supercross Peças e Acessórios Ltda., empresa do ramo de comércio de peças e acessórios para motocicletas, emprega 04 pessoas; e a Jad Informática, empresa que atua nos ramos do comércio e serviços, emprega 04 pessoas.

³²⁹ ‘A’ é o pseudônimo atribuído ao funcionário entrevistado na empresa Portal Tecnologia Ltda.

do país, com a mudança das famílias, dos pais, dos filhos, das esposas, das noivas, etc.”.

Na Sociedade Comercial Sobral Ltda. (Sibrasa), onde o proprietário Paulo Sobral afirma que “o sentido maior da empresa não é ganhar dinheiro, mas servir ao próximo, tratar bem as pessoas (funcionários, clientes)”, a funcionária ‘B’³³⁰, 45 anos, que é religiosa e participa do Movimento dos Focolares como voluntária, se diz “muito satisfeita” e, numa escala de 0 a 10, daria nota 10 a seu grau de satisfação em trabalhar na empresa. ‘B’ considera o emprego de caixa na Sibrasa é ‘o melhor’ que já teve, pois “os patrões são amigos e se preocupam com o bem estar dos funcionários”. No entender de ‘B’, as empresas da Economia de Comunhão contribuem para a melhoria das condições de vida “na medida que trata os funcionários bem e com respeito”, opinando que empregados “ficam satisfeitos e produzem melhor” e acrescentando que “as pessoas bem tratadas, tratam as outras melhor”.

Na Lopes Associados Ltda. (Topus 3), onde o proprietário Agostinho Lopes classifica o relacionamento com os empregados ‘muito bom’, a técnica em contabilidade ‘C’³³¹, 40 anos, diz que gosta muito de trabalhar na empresa, pois, nela, “os empregados têm ‘todas as vantagens’, sendo tratados com respeito, com confiança e tem a chance de aprender mais”.

Na Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec), onde o proprietário Roberto Zarzar classifica o relacionamento com os empregados como ‘entre regular e bom, [mas tem]

³³⁰ ‘B’ é o pseudônimo atribuído ao funcionário entrevistado na empresa Sociedade Comercial Sobral Ltda. (Sibrasa).

³³¹ ‘C’ é o pseudônimo atribuído ao funcionário entrevistado na empresa Lopes Associado Ltda. (Topus 3).

muito a melhorar’, o auxiliar de compras ‘D’³³², 37 anos, se diz ‘muito satisfeito’ com o emprego e, numa escala de 0 a 10, daria 9,0 a seu grau de satisfação. Afirmado que a vantagem de trabalhar na Zartec é o “espírito de comunhão com colegas e direção”, ‘D’ diz que este tipo de empresa (empresa da EdC) contribui para a melhoria das condições de vida do ambiente em que atua “pelo papel que ela desempenha”.

Na panificadora Campo Fértil, onde o proprietário Marcos Gugel (também proprietário da empresa Licitar), repete a fórmula “muito bom, mas precisa melhorar” para classificar seu relacionamento com funcionários, clientes e fornecedores, o pai e pasteleiro ‘E’³³³, 33 anos, diz que trabalhar na empresa “é ótimo, (pois) formamos uma equipe que trabalha em conjunto (...) uns se preocupam com os outros e todos se ajudam mutuamente”. No seu entender, entre as vantagens de trabalhar na Panificadora Campo Fértil está a ‘transparência’ e explica que “todos os dias, logo cedo, em clima de abertura”, patrões e empregados tomam café juntos, momento em que todos podem compartilhar suas alegrias e problemas. O funcionário ‘E’ diz que “patrão é transparente e (se referindo aos empregados) se preocupa conosco”.

No Pólo Empresarial EDC do Nordeste SA, definido pela jornalista Inês Andrade como “uma espécie de condomínio com indústrias que compartilham o ideal de um mundo mais humanitário (...), mantendo uma gestão aberta à participação dos

³³² ‘D’ é o pseudônimo atribuído ao funcionário entrevistado na empresa Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec)

³³³ ‘E’ é o pseudônimo atribuído ao funcionário entrevistado na empresa Panificadora Campo Fértil.

seus funcionários...”³³⁴ e onde o diretor financeiro Aduino Lucas da Silva classifica o relacionamento com empregados, clientes e fornecedores é ‘muito salutar’, a secretária-executiva ‘F’³³⁵, 38 anos, se diz ‘muito satisfeita’ e afirma ser “muito gratificante trabalhar no Pólo Ginetta (...) por ser um trabalho que tem como objetivo diminuir as desigualdades sociais”. A funcionária ‘F’ diz que o projeto da Economia de Comunhão contribui para a melhoria das condições de vida do ambiente em que atua, “pois ela é orientada pelos rumos do projeto EdC”.

Na Jad Informática, onde o empresário Jailson Aurélio Assis de Carvalho diz ver os empregados como “parceiros, num clima de respeito mútuo, como se fosse uma família”, a atendente ‘G’³³⁶, 20 anos, se diz satisfeita com o emprego, atribuindo a nota 8 numa escala de 0 a 10.

No entender da professora Glauce de Oliveira da Cruz, antiga proprietária da Escola Espaço Único, empresa da EdC que funcionou até o ano de 2006, o relacionamento com os empregados da escola “foi o melhor patrimônio (que) poderia dar muitos exemplos de uma cultura nova”.

O relacionamento com os clientes, marcado pelo sentimento da gratuidade e da reciprocidade, foi outro ponto alto observado nas empresas da EdC que atuam na RM do Recife.

Sobre a Portal Tecnologia Ltda., onde o engenheiro eletricista Sérgio Campello classifica o relacionamento com os clientes “de boa qualidade, com respeito, hu-

³³⁴ ANDRADE, Inês. Pernambuco ganha o Pólo Empresarial Ginetta, em Igarassú, que abrigará empresas que atuam de forma mais solidária. *Jornal do Comércio*. Recife: 18 ago. 2007. p. 9.

³³⁵ ‘F’ é o pseudônimo atribuído ao funcionário entrevistado no Pólo Empresarial EDC do Nordeste S.A.

³³⁶ ‘G’ é o pseudônimo atribuído ao funcionário entrevistado na empresa Jad Informática.

mana, calorosa, sem conflitos”, o engenheiro eletrônico e eletricitista ‘H’³³⁷, 48 anos, gerente regional de vendas da ‘H1’³³⁸, cliente da Portal Tecnologia já há cinco anos, se diz “muito satisfeito”, classificando-a como “a nossa melhor parceira”. O gerente regional de vendas da ‘H1’, que não sabia ser a Portal Tecnologia uma empresa integrada ao Projeto da Edc, diz que percebe diferença entre o modo de proceder da sua fornecedora (ou “parceira” como ele diz), que, no seu entender, “é muito correta, muito ética, [além de ser] muito competente do ponto de vista técnico”. O cliente ‘H’ diz que, além da questão comercial, a Portal Tecnologia tem “um comportamento muito sério, [ensejando] um relacionamento baseado na confiança”.

Em relação à Sociedade Comercial Sobral Ltda. (Sibrasa), onde o proprietário Paulo Sobral afirma que “nós temos tratar pessoas bem e honestamente”, classificando como ‘bom’ o relacionamento com os clientes, pois, em suas palavras, “nós devemos tratar bem os clientes por obrigação e por formação, já que sem ele a empresa não vive”; a merendeira ‘I’³³⁹, 59 anos, cliente regular há três anos sem perceber diferença em relação às concorrentes, se diz satisfeita com o tratamento que recebe dos funcionários e afirma que a Sibrasa é a que “vende mais barato”.

Sobre a Topus 3, onde o proprietário Agostinho Lopes classifica o relacionamento com os clientes como ‘muito bom’, o pós-graduado em Gestão Empresarial pela FGV, ‘J’³⁴⁰, 42 anos, proprietário da ‘J1’³⁴¹ – um conjunto de pequenos restau-

³³⁷ ‘H’ é o pseudônimo atribuído ao cliente da Portal Tecnologia Ltda. entrevistado no âmbito deste TCM.

³³⁸ ‘H1’ é o pseudônimo atribuído à empresa na qual ‘H’ trabalha.

³³⁹ ‘I’ é o pseudônimo atribuído ao cliente da Sociedade Comercial Sobral Ltda. (Sibrasa) entrevistado no âmbito deste TCM.

³⁴⁰ ‘J’ é o pseudônimo atribuído ao cliente da Lopes Associados Ltda. (Topus 3) entrevistado no âmbito deste TCM.

³⁴¹ ‘J1’ é o pseudônimo atribuído à empresa na qual ‘H’ trabalha.

tes localizados em 'J2'³⁴² —, que contrata serviços de consultoria nas áreas contábil e de informática à Topus já há 2 anos, se diz “muito satisfeito, [pois], além do tratamento comercial, há uma relação de “amizade e confiança, como se fosse parceria”. 'J' afirma que depois que tomou conhecimento da EdC, percebendo seu objetivo de “melhorar o mundo e a vida das pessoas”, passou a ter mais confiança na Topus 3. 'J' acrescenta que “as empresas da EdC ‘contaminam’ os ambientes com seu modo de ser, tornando melhores as relações”.

Em relação à Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec), onde o proprietário Roberto Zarzar classifica o relacionamento com os clientes ‘muito bom’, lembrando ser esta uma das razões de crescimento, pois “os nossos principais vendedores são os próprios clientes”, o engenheiro eletricitista 'K'³⁴³, 43 anos, síndico de 'K1'³⁴⁴, se diz muito satisfeito com o atendimento recebido da empresa, da qual adquiriu um sistema de segurança eletrônica em função da relação benefício-custo e solução técnica. O cliente acrescentou que, embora a aquisição original tenha sido do tipo ‘esporádico’, o condomínio vem fazendo negócios regulares com a Zartec, tendo, inclusive, consultado-a sobre a ampliação do sistema.

Sobre a panificadora Campo Fértil, onde o empresário Marcos Gugel, classifica o relacionamento com os clientes como ‘muito bom, mas precisa melhorar’, o motorista 'L'³⁴⁵ se diz um cliente fiel, pois, embora tenha se mudado para local distante, permanece adquirindo pães e bolos diariamente há mais de dois anos. 'L' se diz

³⁴² 'J2' é o pseudônimo atribuído ao Centro Comercial onde se localiza a rede 'J1'.

³⁴³ 'K' é o pseudônimo atribuído ao cliente da Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec) entrevistado no âmbito deste TCM.

³⁴⁴ 'K1' é o pseudônimo atribuído ao condomínio ao qual a empresa Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec) presta serviços.

³⁴⁵ 'L' é o pseudônimo atribuído ao cliente da Panificadora Campo Fértil entrevistado no âmbito deste TCM.

muito satisfeito com o fornecer, acrescentando que a empresa Campo Fértil “oferece muita qualidade, higiene e bom atendimento” e destaca que, nela, o cliente é “tratado pelo nome pela gerente”.

Na Jad Informática, onde o empresário Jailson Aurélio Assis de Carvalho classifica o relacionamento com os clientes como ‘muito bom’, servindo como demonstração de “uma filosofia de vida e de trabalho, marcada pela transparência”, o veterinário ‘M’³⁴⁶, 47 anos, proprietário da firma individual ‘M1’³⁴⁷, que é cliente regular há 5 anos, se diz tão satisfeito com os serviços e tratamento que recebe que não sabe dizer se há diferença entre o modo de proceder da Jad Informática e suas concorrentes, pois nunca fez negócios com outras empresas e afirma que “as empresas da EdC melhoram o relacionamento entre as pessoas”.

A exemplo do comportamento mantido com os clientes, os empresários da EdC afirmam manter bom relacionamento com os fornecedores. Sérgio Campello, da Portal Tecnologia Ltda., classifica seu relacionamento “de boa qualidade. Com respeito, humana, calorosa, sem conflitos”. Paulo Sobral, da Sibrasa Sociedade Comercial Sobral Ltda. e Supercross Peças e Acessórios Ltda., classifica como ‘bom’ o relacionamento com os fornecedores. Agostinho Lopes, Lopes Associados Ltda. (Topus 3), classifica seu relacionamento com fornecedores da empresa como ‘muito bom’. Roberto Zarzar, Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec), classifica o relacionamento os fornecedores como ‘muito bom’, acrescentando que a empresa os considera ‘parceiros’. Marcos Gugel, das empresas Panificadora Campo Fértil Ltda. e Licitar Farmacêutica Ltda., repete a fórmula “muito bom, mas precisa melhorar” para classificar

³⁴⁶ ‘M’ é o pseudônimo atribuído ao cliente da Jad Informática entrevistado no âmbito deste TCM.

³⁴⁷ ‘M1’ é o pseudônimo atribuído a empresa da qual M é proprietário.

seu relacionamento com fornecedores. Aauto Lucas da Silva, do Pólo Empresarial EDC do Nordeste SA, afirma que o relacionamento com fornecedores é 'muito salutar'. Jailson Aurélio Assis de Carvalho, da Jad Informática, classifica o relacionamento com os fornecedores, que são considerados 'parceiros', "muito bom, servindo como demonstração de uma filosofia de vida e de trabalho, marcada pela transparência".

As empresas da Economia de Comunhão revelam grande preocupação com a preservação ambiental.

Sobre este ponto, explicando que, por se basear no valor intrínseco das coisas, a mudança cultural proposta pela Economia de Comunhão é anticonsumista e, portanto, estimula a redução do consumo dos bens, ajudando a preservar a natureza, Sérgio Campello, da Portal Tecnologia Ltda., acrescenta que, que não estão voltadas para o lucro qualquer custo, as empresas da EdC se comprometem em adotar um comportamento ético, inclusive com o meio ambiente. Paulo Sobral, da Sociedade Comercial Sobral Ltda. (Sibrasa), afirma que a EdC ajuda a resolver o problema ambiental, pois "ferir a natureza é ferir a própria humanidade". De sua parte, Agostinho Lopes, da Lopes Associados Ltda. (Topus 3), explica que, além de colocar o lucro em comum, as empresas da EdC seguem regras que incluem o respeito à natureza. "Essas regras são seguidas por todos os empresários da EdC e é assim que o Projeto ajuda a resolver o problema ambiental", afirma o empresário, lembrando que a adesão a Economia de Comunhão é livre e passa por um período de adaptação cultural, a partir do qual as pessoas não necessitam estímulos ou fiscalização

para que cumpram as regras³⁴⁸. Para Roberto Zarzar, da Zartec, “a preocupação com o meio ambiente é espontâneo, pois é um efeito colateral da cultura da partilha”. Marcos Gugel, das empresas Campo Fértil e Licitar Farmacêutica Ltda., diz que a Economia de Comunhão ajuda a resolver o problema ambiental, pois “elas seguem os ‘7 pontos da EdC’ e isso o leva a contribuir com o meio ambiente”. Aduino Lucas da Silva, diretor financeiro do Pólo Empresarial EDC do Nordeste SA, afirma que “apesar de desenvolver a economia, a EdC ajuda a resolver o problema ambiental, pois “estimula a classe empresarial a criar uma cultura de preservação do meio ambiente”. O empresário Jailson Aurélio Assis de Carvalho, da Jad Informática, entende que, em consequência do respeito ao ser humano inerente a Cultura da Partilha (“respeitar o ser humano é também respeitar o meio ambiente”), a EdC ajuda a resolver o problema ambiental. Para o focolarino Otávio Alves de Melo Júnior, que, juntamente com outras pessoas, está organizando uma das empresas que se instalarão no Pólo Ginetta, em Igarassú, a EdC ajuda a resolver a desigualdade social e, através do respeito à vida, o problema ambiental. Para a professora Glauce de Oliveira da Cruz Gouveia, antiga proprietária da Escola Espaço Único, “a Economia de Comunhão leva a uma consciência nova em todos os aspectos”, inclusive na questão ambiental.

No âmbito público, a Economia de Comunhão parece ser conhecida (pelo menos superficialmente) pelos políticos mais experientes, que de uma forma ou de outra participaram ou, pelo menos, tomaram conhecimento de alguma atividade do

³⁴⁸ Sobre este ponto, vale destacar que não há qualquer organismo da Economia de Comunhão ou do Movimento dos Focolares que fiscalize o comportamento das empresas da EdC.

Movimento Político pela Unidade (MPPU)³⁴⁹, e, também, pelas administrações municipais das cidades que abrigam Mariápolis e Pólos Produtivos e ser, ao mesmo tempo, ser completamente desconhecida nos níveis administrativos subalternos e operacionais daquelas que não abrigam Mariápolis ou Pólos Produtivos.

Para o secretário municipal de ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico do Recife Djalma Paes, ex-deputado federal e estadual, ex-presidente estadual do Partido Socialista Brasileiro e ex-secretário de agricultura do Estado de Pernambuco, que tomou conhecimento da Economia de Comunhão por ocasião de reuniões do Movimento Político pela Unidade (MPPU), o funcionamento de empresas da EdC pode dar base a um programa de desenvolvimento local, pois, em seu entender a Economia de Comunhão segue “dois direcionamentos que beneficia a comunidade – o re-investimento na própria empresa (etapa em que cria empregos e estimula o consumo, dinamizando a economia local) e o auxílio às pessoas necessitadas”. Para o secretário Djalma Paes, se o auxílio aos necessitados redundar em emprego e “principalmente renda, ele pode transformar a realidade da região”.

A Economia de Comunhão ainda não é conhecida nos níveis subalternos da secretaria municipal de ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico do Recife e nos órgãos operacionais.

³⁴⁹ O Movimento Político pela Unidade (MPPU), nascido em Nápoles, na Itália, em 2 de maio de 1996, por ocasião de um encontro de Chiara Lubich com um grupo de dirigentes políticos, é uma rede mundial suprapartidária coordenada por uma secretaria internacional vinculada ao Movimento dos Focolares que envolve cidadãos, militantes e políticos interessados nas grandes questões mundiais e na vida da própria cidade e estudiosos da ciência política, propondo escolas de formação cívica e política, encontros em nível federal, estadual e municipal, convênios e seminários de estudo, etc. Ver MPPU – Movimento político pela unidade. Página oficial do Movimento dos Focolares. Disponível em: <<http://www.focolare.org/page.php?codcat2=1195&codcat1=327&lingua=PT&titolo=cultura%20da%20unidade&tipo=política>>. Acesso em: 18 out. 2007, 10:00.

5.4 Conclusões

A pesquisa de campo junto às empresas da Economia de Comunhão instaladas na Região Metropolitana do Recife, com ênfase para os aspectos referentes ao seu caráter vicinal e antropocêntrico, confirmando a projeção local de princípios que valorizam o homem e respeitam o meio ambiente, procurando, não só superar a pobreza, mas, também, melhorar a qualidade de vida de todos, privilegiando quesitos como a centralidade da pessoa humana, a sociedade fundada na verdade, a solidariedade e preceitos como subsidiariedade, participação, liberdade social, desenvolvimento humano genuíno e bem comum, apontados nos estudos realizados com objetivo exploratório³⁵⁰, descritivo³⁵¹ e explicativo³⁵², especialmente através de pesquisa documental e bibliográfica, leva à conclusão de que é possível e, mesmo, conveniente incorporar o funcionamento das empresas da EdC na estratégia de Desenvolvimento Local das áreas em que atuam.

Com efeito, o caráter antropocêntrico, o protagonismo local que exercem, a valorização do bem comum que prevalece sobre os caprichos do mercado e a simpatia por processos interativos e cooperativos implícitos no conceito de ‘comunhão’ defendido pelo Movimento dos Focolares abrem caminho para que as empresas da EdC possam agenciar e coordenar recursos tangíveis e intangíveis locais ou externos – instrumentos citados na literatura sobre o Desenvolvimento Local – para a busca de soluções sustentáveis para problemas, necessidades e aspirações locais

³⁵⁰ A Pesquisa Exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 47.

³⁵¹ Id. p. 47.

³⁵² Id. p. 47.

nas dimensões social, econômica, cultural, política e ambiental. Assim, as empresas da EdC podem empreender ou participar de ações que implementem “o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local” citado por Milani para conceituar o Desenvolvimento Local³⁵³.

Por outro lado, como que cumprindo a observação de Zapata, para quem “as estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas”³⁵⁴, o plantel das empresas da EdC baseadas na RM do Recife varre amplo leque econômico, atuando em todos os setores da economia³⁵⁵.

Além disso, em comportamento incorporado no conceito de Desenvolvimento Local, a consciência alimentada pelo Movimento dos Focolares de que o mero crescimento econômico é insuficiente para despertar e manter o desenvolvimento impulsiona a Economia de Comunhão a realçar a importância de fatores sociais, culturais e políticos, cuja dinâmica extrapola ao sistema de mercado.

³⁵³ MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas in IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José (Costa Rica): 2003. p. 1. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2007, 17:23.

³⁵⁴ ZAPATA, Tânia. Estratégias de desenvolvimento local. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2007, 20:09.

³⁵⁵ As empresas da EdC baseadas na RM do Recife atuam em todos os setores da economia – desde a indústria (Portal Tecnologia Ltda. e Campo Fértil Cia. de Alimentos Ltda.), até o comércio (Sibrasa – Sociedade Comercial Sobral Ltda., Supercross Peças e Acessórios Ltda., Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec), Campo Fértil Cia. de Alimentos Ltda., Jad Informática, Licitar Farmacêutica Ltda. e Pólo Empresarial EDC do Nordeste S.A.), passando pelo setor de serviços (Portal Tecnologia Ltda., Lopes Associados Ltda. (Topus 3), Ágape Tecnologia Ltda. (Zartec) e Jad Informática).

Vale destacar que, a exemplo do conceito de Desenvolvimento Local – que, embora contrarie a ortodoxia que inspira os organismos multilaterais, é um conceito que, em certa medida, pode se ajustar a outros modelos de desenvolvimento³⁵⁶ –, o funcionamento da EdC não descarta as oportunidades oferecidas pelo processo de globalização³⁵⁷.

A EdC apresenta, ainda, elementos do conceito de DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (DLIS), que incorpora o termo ‘Integrado’, se referindo a articulação de atores econômicos, sociais, culturais, político institucionais, físico-territoriais, científico-tecnológicos, etc. que interagem no processo de desenvolvimento; e o termo ‘Sustentável’, se referindo à solidariedade da geração presente com as futuras gerações, envolvendo as vertentes política, social, econômica, espacial, cultural e ambiental³⁵⁸.

Ao implementar a cultura da partilha preconizada pelo Movimento dos Focolares, em atitudes que naturalmente atendem os requisitos básicos do conceito de Desenvolvimento Local, as empresas da Economia de Comunhão instaladas na Região Metropolitana do Recife dão expressiva contribuição para a melhoria das condições

³⁵⁶ Alguns autores recomendam que os estrategistas do Desenvolvimento Local devem ‘pensar o global’, pois “o importante e estratégico é atuar no local, capacitando os atores sociais locais para se integrarem e interagirem com o espaço global”. ROSA, Sueli L Couto. Desenvolvimento local versus desenvolvimento econômico - O local diante do global. Temas de reflexão em DLIS. p. 09 e 10. Disponível em: <http://proder.sebraesc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 Jul. 2007, 08:21.

³⁵⁷ Henri Bártoli, François Perroux e Ignacy Sachs apontam que o Desenvolvimento Local é marcado pela cultura do contexto em que se situa e, dessa maneira, “é fundamental que seja planejado como um sistema integrado no mercado global e tendo em conta a dimensão social local”. MILANI, Carlos. Capital social, participação política e Desenvolvimento Local. Salvador: UFBA. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:43

³⁵⁸ FONTES, Ângela; VELLOSO, Maria; DIOGO, Pedro. Potencialidades e entraves do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS). Rio de Janeiro: 2002. p 8. Disponível em: <www.rededlis.org.br/downloads/2004/02/Potencialidades%20e%20entraves%20do%20DLIS.doc>. Acesso em: 27 jun. 2007, 09:30.

de vida dos ambientes em que atuam e, nesta perspectiva, constituem peças importantes de esforços desenvolvimentistas localizados, podendo, inclusive, oferecer base para modelos de desenvolvimento local, abrindo a possibilidade de formulação de novas estratégias de gestão para o desenvolvimento.

"Não me importo se os ricos ficarem mais ricos.
Isso não me incomoda.
O que me preocupa é os pobres
ficando mais pobres e não enriquecendo".

Muhammad Yunus

6. Considerações finais

Para funcionar como elemento de superação da miséria, o processo econômico deve optar por caminhos distintos daqueles que caracterizam a dinâmica ortodoxa, que prestigia o ter sobre o ser, valorizando os que têm mais e aumentando o sofrimento dos que têm menos,

Na encíclica *Populorum Progressio*, de 26 de março de 1967, o papa Paulo VI afirmou que "tanto para os povos como para as pessoas, possuir mais não é o fim último. Qualquer crescimento é ambivalente. Embora necessário para permitir ao homem ser mais homem, torna-o, contudo, prisioneiro no momento em que se transforma no bem supremo que impede de ver mais além. Então os corações se endurecem e os espíritos fecham-se, os homens já não se reúnem pela amizade mas pelo interesse, que bem depressa os opõe e os desune. A busca exclusiva do ter, forma então um obstáculo ao crescimento do ser e opõe à sua verdadeira grandeza: tanto para as nações como para as pessoas, a avareza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral"³⁵⁹.

Nesta perspectiva, inconformados com o regime econômico que faz manter ou florescer iniquidades sociais, muitos se insurgem e se empenham no resgate ou criação de modelos de índole humanista. No dizer de Dowbor,

³⁵⁹ PAPA PAULO VI. Encíclica *Populorum Progressio*. Vaticano: 1967. Item 19. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html>. Acesso em: 25 dez 2006, 10:30.

“estamos evoluindo para outras formas de organização social, outros paradigmas. Não importa muito se isto pode ser qualificado de terceira ou de quarta via. O que importa realmente é a expansão das liberdades de opção dos segmentos oprimidos ou excluídos da população, é a construção de uma sociedade mais civilizada, ou, como dizia Paulo Freire, menos malvada”³⁶⁰.

É neste contexto que cresce a importância da Economia de Comunhão, cujas empresas, em função dos princípios que seguem livremente, embebem os ambientes em que atuam com elementos da cultura da partilha, exercendo efeito positivo no desenvolvimento social.

Por outro lado, especialmente em função de comportamentos que decorrem da cultura da partilha – valorização de bens relacionais, respeito ao meio ambiente, mobilização da ação comunitária, articulação com ‘o mundo exterior’ e geração de oportunidades em decorrência da forma peculiar como distribui lucros (com pronto reflexo em áreas como emprego e renda) –, as empresas da EdC impulsionam a melhoria da qualidade de vida nas localidades em que atuam, prestando grande contribuição ao Desenvolvimento Local³⁶¹.

Dowbor lembra que, “se as empresas já descobriram que na era da globalização precisam se reorganizar e reequipar, os municípios, grandes ou pequenos, estão gradualmente descobrindo que a dinâmica e a complexidade dos sistemas soci-

³⁶⁰ DOWBOR, Ladislau. A Comunidade Inteligente. São Paulo: Instituto Pólis, 2.000. p. 20.

³⁶¹ MARTINS, Cláudia Herrero e GRZESZCZESZYN, Geverson. O papel das organizações da economia de comunhão e economia solidária para o desenvolvimento, na perspectiva de Amartya Sen. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 9., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006, 1 CD-ROM.

ais modernos exige outros caminhos, outras respostas”³⁶². Assim, o funcionamento de empresas da Economia de Comunhão, portanto, pode se constituir em vigoroso instrumento para o esforço de promoção do Desenvolvimento Local, abrindo novas possibilidades para os organismos de fomento.

Com efeito, tendo em vista o tipo de comportamento empresarial, a qualidade dos relacionamentos que praticam e difundem e o efeito objetivo da sua ação, o funcionamento das empresas da Economia de Comunhão pode ser utilizado na estratégia de promoção do Desenvolvimento Local pelos organismos de fomento.

Mesmo assim, ressalvado o ‘Programa Sertão Vivo’, que é levado adiante pelo governo do Estado do Ceará em parceria com a comunidade católica Shalom e a Economia de Comunhão na região semi-árida do Ceará³⁶³, a potencialidade desenvolvimentista da Economia de Comunhão não vem sendo considerada nos programas urdidos pelos organismos de fomento. A apatia destes organismos em relação à Economia de Comunhão se explica, basicamente, por três fatores: muitas autoridades, simplesmente, desconhecem o projeto; outras conhecem, mas não vêem razões para incluí-lo nos programas de desenvolvimento; e, finalmente, outros conhecem, desejam incluir a Economia de Comunhão em programas de desenvolvimento, mas não sabem como fazê-lo.

³⁶² DOWBOR, Ladislau. *A Comunidade Inteligente*. São Paulo: Instituto Pólis, 2.000. p. 03.

³⁶³ O ‘Programa Sertão Vivo’, lançado em 19 de julho de 2005, pelo governo do Estado do Ceará em parceria com a Comunidade Católica Shalom e a Economia de Comunhão, consta de ações integradas desenvolvidas por 15 secretarias de Estado, em parceria com órgãos federais, sociedade organizada e população, para buscar soluções para problemas da região semi-árida do Ceará. Ver Programa Sertão Vivo - Plano de Convivência com o Semi Árido. Disponível em: <http://www.sertaovivo.ce.gov.br/noticias_ver.php?id=64>. Acesso em: 01 nov. 2007, 08:05.

Com efeito, embora o Movimento dos Focolares leve adiante um ambicioso programa de divulgação da Cultura da Partilha – que chega aos meios políticos, principalmente, através do Movimento Político pela Unidade (MPPU) –, há um profundo desconhecimento da existência e da dinâmica da Economia de Comunhão, especialmente nos escalões subalternos do governo. Este tipo de óbice vem sendo naturalmente superado à medida que a Economia de Comunhão se torna mais conhecida, não só pelo funcionamento das empresas da EdC, mas também pelo avanço do MPPU e pela divulgação da cultura da partilha – item que constitui segmento estratégico da Economia de Comunhão, que nele investe uma das partes encaminhadas pelas empresas da EdC.

Existem casos em que a Economia de Comunhão é conhecida pela autoridade e, justamente por isso, não é aproveitada no esforço desenvolvimentista. De fato, considerando que o Brasil é um Estado laico, mesmo que desejem, muitas autoridades se recusam a aproveitar o potencial de organizações ligadas à Igreja, qualquer que seja seu credo. Visto por este ângulo, o emprego de empresas da EdC como elemento específico de esforço desenvolvimentista conduzido por organismos oficiais não é assunto simples, pois, como a Economia de Comunhão se ampara em plataforma cultural específica (a cultura da partilha, que anima o Movimento dos Focolares e professa, portanto, princípios éticos definidos), qualquer incentivo a seu funcionamento pode ser interpretado como uma opção pelos valores por ela defendidos ou, em outro modo de ver a mesma questão, como uma rejeição a valores que nor-

teiam outros grupos³⁶⁴. Assim, mantida as características do Estado brasileiro e da Economia de Comunhão, para não ferir a ética cívica que deve orientar a vida republicana, empresas da EdC não devem ser alvo de benefícios exclusivos por parte de organismos oficiais, devendo ser incorporadas ao esforço desenvolvimentista através de mecanismos abertos, ao alcance de todas entidades.

Aliás, sobre este ponto, vale destacar que, sendo um projeto do Movimento dos Focolares, a Economia de Comunhão não pode ser 'estimulada' ou 'controlada' por iniciativas governamentais, pois, como destaca Serafim, a adesão ao Projeto deve ocorrer 'na liberdade', de forma espontânea, isenta de arrebatamentos momentâneos, conveniência comercial, pressões do mercado, estímulos governamentais ou de quaisquer outras influências³⁶⁵. Isto significa que, mesmo que a ética republicana permitisse apadrinhamentos e opções ideológicas, a impermeabilidade dos empresários da Economia de Comunhão a incentivos não contemplados no substrato cultural que anima o Movimento dos Focolares imobilizaria o Estado, impedindo-o de criar ou influenciar empresas ou Pólos da Economia de Comunhão.

Há, ainda, casos em que, independentemente de ser ou não conhecida, a Economia de Comunhão [assim como qualquer outra inovação] não é cogitada para auxiliar programas de desenvolvimento porque algumas autoridades são condicionadas aos modelos econômicos ortodoxos e duvidam da eficácia de qualquer idéia

³⁶⁴ Thiemer afirma que discursos de conteúdo ético são sustentados a partir de um ponto de vista específico e, assim, uma medida em seu favor poderia restringir a liberdade individual e os direitos sociais e, por isso, na esfera pública, deveria ser rejeitada. THIEMER, Stefan. Economia de Comunhão: um modelo para a sociedade. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 102 a 104.

³⁶⁵ Ver SERAFIM, Maurício Custódio. A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 79. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3773.pdf>>. Acesso em: 30 dez 2006 às 11:50.

que contrarie a corrente predominante³⁶⁶. Neste caso, diante da inexistência de abertura para a inovação, inclusive para a incorporação de formas não tradicionais de organização no esforço desenvolvimentista, não há como falar em Desenvolvimento Local³⁶⁷.

Para o caráter desenvolvimentista da Economia de Comunhão ser incorporado à estratégia de desenvolvimento há necessidade de que, além de conhecer os fundamentos da EdC, as autoridades e responsáveis pelos organismos de fomento estejam permeáveis às inovações revolucionárias, inclusive de natureza cultural, que o funcionamento das empresas da EdC suscitam. Nesse caso, para não ferir a ética republicana que deve balizar o comportamento de organismos públicos, nem a ética focolarina que prima pela opção na 'liberdade', ao invés de tentar seduzir as empresas da Economia de Comunhão com apadrinhamentos inócuos, o esforço desenvolvimentista deve incorporá-las como parceiras encarregadas de cumprir certas responsabilidades sociais, estimulando-as com os mecanismos abertos às demais empresas. Isto pode ser realizado, por exemplo, através do estímulo à capacidade empreendedora que marca as empresas da EdC. Neste ponto, vale lembrar Rosa, para quem "para se trabalhar o desenvolvimento econômico na perspectiva do desenvolvimento local deve-se favorecer um clima empreendedor"³⁶⁸.

³⁶⁶ Como diz Dowbor, "o debate político e econômico ficou durante longo tempo confinado nas grandes simplificações do século passado, onde tudo se resumia no embate entre privatização e liberalismo por um lado, e socialização e estatismo de outro". DOWBOR, Ladislau. *A Comunidade Inteligente*. São Paulo: Instituto Pólis, 2.000. p. 20.

³⁶⁷ Para Dowbor, "o essencial, é a abertura, por parte das administrações, para a inovação, para outras formas de organização, para outras regiões do país e do mundo". Id. p. 20.

³⁶⁸ ROSA, Sueli L Couto. Temas de reflexão em DLIS. p. 05. Disponível em: <http://proder.sebrae-sc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2007, 08:21.

Cumprе destacar, finalmente, que, tendo como plataforma a Cultura da Partilha, também referida como 'cultura do dar', que se manifesta, principalmente, através da Dádiva – aquilo que circula na sociedade sem vínculos com o mercado, com o Estado e com a violência física – e da Gratuidade – atitude que se baseia em recompensas intrínsecas – em relações que contrariam a lógica mercantil vividas em contínuo doar-se e direcionadas à comunhão, a Economia de Comunhão é reprimida por todos os constrangimentos impostos ao doar, ao dar, ao partilhar e, inversamente, estimulada por todos os incentivos oferecidos a estas atitudes. Nesta perspectiva, toda tributação que incide sobre as doações representa uma dificuldade à realização da cultura da partilha e, portanto, da Economia de Comunhão.

Com efeito, o funcionamento das empresas da Economia de Comunhão é atrapalhado pelos impostos que gravam as doações. Assim, se quiser estimular a Economia de Comunhão, o Estado deve remover entraves à realização da cultura da partilha, entre os quais avultam as elevadas cargas tributárias que pesam sobre as doações. A desoneração fiscal das doações – que, dada a dificuldade de distinção entre as doações sinceras e aquelas feitas com o objetivo de burlar o fisco, não é coisa fácil –, portanto, pode se constituir em vigoroso instrumento de fortalecimento da Economia de Comunhão e, portanto, das empresas da EdC, que, por sua vez, podem constituir-se em elementos importantíssimos do Desenvolvimento Local.

7. Referência Bibliográfica

ABREU, R. P., JORGE, A. F., SORJ, B. Projetos de geração de renda para mulheres de baixa renda: reflexões a partir de estudos de caso no Rio de Janeiro. Revista Proposta, Rio de Janeiro, n.69, 1996.

AGARWALA, A.N. SINGH, S.P. The Economics of Underdevelopment. New York: Galaxi, 1963.

AGENDA SOCIAL. Coleção de Textos Magisteriais. Vaticano: Pontifício Conselho 'Justiça e Paz', 2000.

ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza. In: seminário do Fundo de Solidariedade e Investimento Social. 1996, Fortaleza.

ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Santiago do Chile: ILPES, Cadernos 43, 1997.

ANDRADE, Inês. Pernambuco ganha o Pólo Empresarial Ginetta, em Igarassú, que abrigará empresas que atuam de forma mais solidária. Jornal do Comércio. Recife: 18 ago. 2007.

ARAÚJO, Paulo. Desenvolvimento local e sustentabilidade. Natal: UFRN, 2005.

ARAÚJO, Vera. Economia de Comunhão e comportamentos sociais. COSTA, Rui et. al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998.

ARAÚJO, Vera. Que pessoas e que comunhão para a Economia de Comunhão? BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

ARNS, Paulo Cesar; RAMOS SILVA, Maria Teresa. Desenvolvimento comunitário: alguns sonhos e reflexões num pensamento imperfeito. 2001. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br/downloads/2003/12/desenv%20comunitario.doc>>.

BALDWIN, Robert E. Desenvolvimento e Crescimento Econômico. São Paulo: Pioneira, 1979.

BANCO MUNDIAL. World Development Report 1995. Nova York. Oxford University Press, 1995.

BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

BARBACOVI, Lecir Jacinto. Economia de Comunhão: um projeto de inspiração cristã. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

BARTOLI, Henri. Repenser le Développement, En Finir avec la Pauvreté. Paris: UNESCO/MOST/Economica, 1999.

BECKERMAN, Wilfred. Introdução à Análise da Renda Nacional. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BERRI, L. Planificação da Economia Socialista. Volume I. Lisboa: Stampa. 1979.

BIRD. Globalization, Growth and Poverty: Building an Inclusive World Economy. Washington: BIRD, 1998.

BRAGA, T.M. Desenvolvimento local endógeno e suas aplicações na formulação de políticas municipais: descentralização/participação ou fragmentação / estratégias de legitimação? Disponível via: taniabra@eco.unicamp.br

BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.

BRUNI, Luigino (org.). Economia de Comunhão – uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002

BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em Economia de Comunhão. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.

BRUNI, Luigino. Comunidade, reciprocidade, economia. In: Palestra proferida na Fundação Getúlio Vargas. 2007, São Paulo.

BRUNI, Luigino. Para uma teoria econômica de comunhão: “coisas antigas e coisas novas”. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

BRUNI, Luigino. Pobreza e arte da partilha na EdC. In: Congresso da EdC. Mariápolis Ginetta. 2007, Vargem Grande Paulista.

BRUNI, Luigino. Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

BURCKART, Hans. Desenvolvimento Sustentável e gerenciamento empresarial: elementos para um novo paradigma de gestão. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

BURKART, Hans. Gerenciamento sustentável. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

CALDAS, Eduardo de Lima. Desenvolvimento Local: Concepção, Avanços e Desafios. [S.l.]: Instituto Polís, 2005.

CALLIARI, Ginetta. O Projeto Economia de Comunhão: acenos sobre a origem, o desenvolvimento e algumas repercussões sobre a origem. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

CAMPANS, Rose. Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp, 2005.

CARNEIRO, F. G. Como erradicar a pobreza. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV, nº 10, 1994.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Clovis (organizador) Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CAVALCANTI, Guilherme A. MELO, Miguel O. RIBEIRO, Andresa. Ética e Responsabilidade Social na Gestão das Empresas: Considerações sobre a Economia de Comunhão. In: XXVI ENEGEPE. Fortaleza: 09 a 11 de outubro de 2006.

CHIARA, Lubich. Economia de Comunhão: História e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

COELHO, Franklin e FONTES, Angela. Desenvolvimento econômico local e sustentabilidade institucional. Rio de Janeiro: Ibm, 1998.

COSTA, Rui et al. Economia de Comunhão. 2ª edição. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998.

D'ORFEUIL, Henri.R. Economia Cidadã. Petrópolis: Vozes, 2002.

DOWBOR, Ladislau. A Comunidade Inteligente. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

ESPRI SA. Disponível em: <<http://www.espri.com.br/>>.

EVANS, Peter. *Dependent Development - The alliance of multinational, state and local capital in Brazil*. Princeton: Princeton University, 1979.

FARIA, Ricardo Caiuby. *Esperi S.A. Economia de Comunhão e Movimento Econômico: desenvolvimento e perspectivas*. BUREAU INTERNACIONAL DA ECONOMIA E TRABALHO. Mariápolis Araceli. 11 e 12 de junho de 1999. *Anais... Vargem Grande Paulista*: 1999.

FERREIRA, Pinto. *Sociologia do Desenvolvimento*. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

FERRUCCI Alberto e outros. *Economia de Comunhão - Uma Cultura*. Coleção EdC. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

FERRUCCI Alberto. *Neoliberalismo, desenvolvimento sustentável e Economia de Comunhão*. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) *Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

FERRUCCI, Alberto. *Considerações sobre a economia de comunhão*. COSTA, Rui et al. *Economia de comunhão*. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

FERRUCCI, Alberto. *Uma dimensão diferente da economia: a experiência Economia de Comunhão*. BRUNI, Luigino (Organizador). *Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

FONTES, Ângela; VELLOSO, Maria; DIOGO, Pedro. Potencialidades e entraves do DLIS. Rio de Janeiro: 2002.

FRANCO, Augusto de. Revista Responsabilidadesocial.com. [S.I.]: edição 42. ano 4.

FRANCO, Augusto. Capital social e desenvolvimento - o desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. In: Seminário "Os Distritos Industriais e o Modelo de Desenvolvimento da Terceira Itália em Questão: perspectivas para os Programas Xingó e Zona da Mata do Nordeste". Maceió: 2001.

FRANK, Andre Gunder. Capitalism and Underdevelopment in Latin America - Historical studies of Chile and Brazil. New York: Monthly, 1967.

FRIEDMANN, J. World City Formation: an Agenda for Research and Action. International Journal of Urban and Regional Research, [S.I.] v. 6, n. 3, 1982.

FROMM, Erich. To have or to be? Nova York: Harper & Row, 1976.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, M. & GUTIERREZ, F (Orgs.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993.

GAIGER, Luiz I. (Org.). Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GODBOUT, Jacques T. Introdução à Dádiva. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 21, out. 1997, Caxambu. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés.

GODBOUT, Jacques T. O Espírito da Dádiva. São Paulo: FGV, 1999.

GOLD, Lorna. Abrindo espaço para uma nova visão econômica: redes locais-globais de comunhão. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

GONÇALVES, Heloisa Helena A Borges Quaresma. Os resíduos sólidos de uma empresa de economia de comunhão. In: X Simpósio de Engenharia de Produção. 2003.

GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. CAVALCANTI, Clovis (organizador) Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

GUI Benedito e outros. Economia de Comunhão - Projetos, Reflexões e Propostas. Coleção EdC. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998.

GUI, Benedetto. Os bens invisíveis à economia de hoje. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

HEWLLET, Sylvia Ann. Dilemas do Desenvolvimento: O Brasil do Século XX, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

JOÃO PAULO II. Centesimus annus. Roma: 1991.

JOÃO PAULO II. Sollicitudo Rei Socialis. Roma: 1987.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1982. Tradução de Mário R. da Cruz.

LAGES, Vinícius, BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo. Territórios em Movimento. Rio de Janeiro: Relume / Brasília: Sebrae, 2004.

LEITÃO, Izabel. Uma vida dedicada à união dos povos. Disponível em <www.usp.br/jorusp/arquivo/1998/jusp430/manchet/rep_res/rep_int/cultura3.html>.

LEITÃO, Izabel. Uma vida dedicada à união dos povos. Disponível em: <www.usp.br/jorusp/arquivo/1998/jusp430/manchet/rep_res/rep_int/cultura3.html>.

LEITE, Kelen Christina. Economia de Comunhão: Uma mudança cultural na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas. São Carlos: UFSCar, 2005.

LOEHR, William. Powelson, John P. Economic Devenlopment, Powerty, and Income Distribution. Boulder: Westiew, 1977.

LUBICH Chiara. Economia de Comunhão - História e Profecia. Coleção EdC. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

LUBICH Chiara. Economia de Comunhão - História e Profecia. Coleção EdC. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

LUBICH, Chiara. A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico. BRUNI, Luigino (Organizador). Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

LUBICH, Chiara. Economia de Comunhão: história e profecia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

LUBICH, Chiara. O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

MARTINS, Cláudia Herrero e GRZESZCZESZYN, Geverson. O papel das organizações da economia de comunhão e economia solidária para o desenvolvimento, na perspectiva de Amartya Sen. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO. 9., 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006, 1 CD-ROM.

MILANI, Carlos. Capital social, participação política e Desenvolvimento Local. Salvador: UFBA. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas in IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José (Costa Rica): 2003.

Movimento dos Focolares. Disponível em: <<http://www2.focolare.org/br/>>.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. Opúsculo do Congresso Nacional da EdC 2002

MPPU – Movimento político pela unidade. Página oficial do Movimento dos Focolares. Disponível em: <<http://www.focolare.org/page.php?codcat2=1195&codcat1=327&lingua=PT&titolo=cultura%20da%20unidade&tipo=politica>>.

MULATERO. 2000. Apud BRUNI, Luigino. Comunhão e as novas palavras em economia. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.

NOVAK, Michael. O Espírito do Capitalismo Democrático. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.

OLIVEIRA, Manfredo A. Ética e economia. São Paulo: Ática, 1995.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em <<http://www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm>>.

PAPA PAULO VI. Encíclica Populorum Progressio. Vaticano: 1967.

Partilha dentro das empresas. Voz de Nazaré. Belém. ANO XCIII - Nº 229. 22 dez. 2006.

PAULA, Juarez de. Territórios, Redes de Desenvolvimento. LAGES, Vinícius, BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo. (Organizadores) Territórios em Movimento. Rio de Janeiro: Relume / Brasília: Sebrae, 2004.

PAULO VI. Populorum Progressio. Roma: 1967.

PERROUX, François. L'Economie au XXe siècle. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

PINTO, Mário Couto Soares. A Economia de Comunhão sob o olhar da Teoria dos Stakeholders. Rio de Janeiro: PUC, 2004.

Pontifício Conselho 'Justiça e Paz'. Agenda Social Coleção de Textos Magisteriais. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2000.

Programa Sertão Vivo - Plano de Convivência com o Semi Árido. Disponível em: <http://www.sertaovivo.ce.gov.br/noticias_ver.php?id=64>.

RESSL, Markus. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

REVISTA WWW.RESPONSABILIDADESOCIAL.COM. [S.I.] Edição 42. Ano 4. 19 jul. 2007. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=129>.

ROSA, Sueli L Couto. Desenvolvimento local e participação da sociedade civil: o ambiente cooperativo. Temas de reflexão em DLIS. Disponível em: <http://proder.sebrae-sc.com.br/formularios/Artigo_Reflexao%20sobre%20desenvolvimento%20sustentavel.pdf>.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento includente e trabalho decente para todos. OIT, 2002.

SANTOS, Alexandre. Teoria do Valor. Recife: Fundarpe, 1998.

SASSEN, S. *The Global City: New York, London and Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SEMINÁRIO 'FORTALECENDO A SOCIEDADE E PROMOVEDO O DESENVOLVIMENTO: DIÁLOGO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS E IDÉIAS'. São Paulo, 24 e 25 de setembro de 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

SERAFIM, Maurício Custódio. *A ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão*. Florianópolis: UFSC, 2001.

SIDERI, Sandro. *Comércio e Poder*. Lisboa: Cosmos, 1970.

SILVEIRA, Caio Márcio e CUNCA BOCAYUVA, Pedro Cláudio. *Desenvolvimento local integrado e sustentável: enfoque estratégico e construção de indicadores*.

SILVEIRA, Caio Márcio. *Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos*. Disponível em: <http://www.rededlis.org.br/downloads/2004/03/Desenv%20local%20marcos%20conceituais%20e%20historicos.doc>.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SORGI, Tommaso. *A cultura do dar*. COSTA, Rui et al. *Economia de comunhão*. 2ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

STRAHM, Rudolf H. Subdesenvolvimento : Por que somos tão pobres ? Petrópolis : Vozes, 1991.

SUNG, Jung Mo. Teologia & Economia. Petrópolis: Vozes, 1994.

TEVOEDJRE, A. A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade. 1ed., São Paulo: Cidade Nova, 1981.

THIEMER. Stefan. Economia de Comunhão: um modelo para a sociedade. Economia de Comunhão: visão de desenvolvimento. BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WILKINSON, Richard G. Pobreza e Progresso. Rio de Janeiro: 1974.

YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ática, 2000.

ZAPATA, Tânia. Estratégias de desenvolvimento local. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvimento%20Local.pdf>.

8. Anexos

Anexo 1 - Documento do Movimento Econômico de Comunhão³⁶⁹

Na conclusão do encontro 1999 do Bureau Internacional de Economia e Trabalho, este documento nasceu da vontade de pessoas de todos os continentes — irmanadas pelo compromisso social e cultural que se inspira na Espiritualidade da Unidade, do Movimento dos Focolares — que sentem a responsabilidade e a exigência de se unirem em torno de uma proposta de ação econômica caracterizada pela comunhão pessoal e social.

O documento dirige-se a todos que, motivados por suas culturas ou convicções pessoais, compartilham o extremo mal-estar pela constatação de que, no atual contexto social, as razões da economia são antepostas a valores e a comportamentos fundamentais para um desenvolvimento harmonioso da sociedade e para o enfrentamento dos desafios urgentes que se apresentam à humanidade no próximo milênio.

Por uma ação econômica de comunhão

A pobreza e a riqueza extremas, a concentração do poder econômico, a degradação da natureza, a violência, a infelicidade e a desarmonia, a todos evidentes, exigem que seja seriamente posta em discussão a cultura econômica hoje dominante, que determina as opções dos cidadãos, o modo de agir das empresas, a prática administrativa e o projeto das instituições.

É uma cultura que, muitas vezes,

— reduz os relacionamentos entre as pessoas a intercâmbios interesseiros;

— reduz as aspirações humanas à busca de um maior rendimento;

— reduz a sociedade a um espaço anônimo no qual se visa à afirmação individualista, na ilusão de uma paridade de oportunidades para pessoas e povos, na realidade desmentida pelos fatos.

Temos a convicção de que:

— apesar de seus impulsos egoístas, a pessoa se realiza na comunhão com os outros, ou seja, no dar e no abrir-se desinteressadamente ao outro, comunhão esta que suscita a reciprocidade;

— em todas as suas ações, a pessoa tem necessidade de buscar significados que vão além do seu valor instrumental;

³⁶⁹ BARAÚNA, Márcia. (Coord.) Economia de comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999. p. 165 a 168.

— com a finalidade de acolher e valorizar adequadamente todos os seus membros, na diversidade de suas aspirações e possibilidades, a sociedade deve conjugar, sem objeções ideológicas, diversos princípios de organização, entre os quais o intercâmbio, a autoridade baseada no consenso democrático e a livre associação civil.

Por esse motivo, enriquecidos pela experiência e pelas reflexões de todos os que trabalham por uma economia solidária no Projeto da Economia de Comunhão na Liberdade, queremos empenhar-nos, com a ação e com a reflexão, em fazer que cresça e se difunda uma “cultura econômica do dar” que se exprima

em nível de opções individuais:

— na aspiração a uma comunhão com o outro feita de abertura recíproca, de estima, de respeito e de partilha da condição humana;

— num estilo de consumo sóbrio e crítico, respeitoso dos recursos comuns da humanidade e da aspiração natural a uma igualdade substancial com os outros homens;

— num uso responsável da própria riqueza a fim de que ela sirva à promoção do bem comum;

— numa presença ativa em iniciativas econômicas para o bem comum, que gerem empregos e respondam às necessidades não satisfeitas das pessoas e da comunidade;

— na partilha das próprias receitas e dos próprios recursos com o próximo que se encontra necessitado, num relacionamento de igual dignidade.

em nível de organizações produtivas:

— na conciliação das exigências de eficiência e de rentabilidade com o objetivo de tornar a atividade econômica um verdadeiro lugar de encontro entre todos os sujeitos envolvidos;

— na participação ativa dos trabalhadores na vida da empresa;

— no empenho concreto pela melhoria do ambiente social onde atuam, sem considerar que sejam alheios ao bem comum e às necessidades urgentes das pessoas menos favorecidas com as quais entram em contato;

— no estabelecimento de relações de abertura recíproca e de confiança com consumidores, fornecedores, concorrentes, com a comunidade local e a administração pública, tendo a atenção voltada para o interesse geral;

— na vivência e na promoção do pleno respeito pela ética e pelo ambiente.

em nível de projeto das instituições:

— na garantia do controle democrático dessas instituições por parte dos cidadãos, consentindo também aos que não detêm poder econômico que possam exercer influência sobre eles;

— na garantia de um uso dos recursos naturais do Planeta que leve em consideração as exigências de todos os homens de hoje e, principalmente, daqueles de amanhã;

— no desenvolvimento de instituições, regras e leis capazes de conciliar as exigências da liberdade econômica com os objetivos da sociedade;

— na criação ou na consolidação de organismos internacionais capazes de estabelecer regras e de atuar de modo eficaz, especialmente em matéria de fluxos financeiros e comerciais, visando à proteção dos interesses, em primeira instância, dos países mais fracos.

Temos a certeza de que uma cultura econômica que leve em consideração essas exigências poderá inspirar uma ação econômica que satisfaça os anseios de justiça, participação, paz, harmonia com a natureza, felicidade e beleza, de todos os homens e de todas as mulheres do século XXI.

Mariópolis Araceli, Brasil, 12.6.1999

International Bureau of Economy and Work New Humanity – Movimento dos Focolares

Anexo 2 – Ficha de registro das empresas de EdC

ECONOMIA DI COMUNIONE Scheda dell'impresa anno 2004

Zona

Denominazione.....

Indirizzo.....

Cap.....Città.....

Nazione.....Tel.....Fax.....

e-mail.....sito internet.....

Forma giuridica:

individuale.....cooperativa.....

società di persone ³⁷⁰.....società di capitali ³⁷¹.....

associazione ³⁷².....altro

Data di nascita dell'impresa.....Data di entrata nell' EdC.....

Descrizione dell'attività:

commercio in

produzione di

servizi per

altro

Numero dipendenti/collaboratori:

- totale: di cui aderiscano allo spirito del progetto EdC:.....

L'impresa è:

inserita nella Cittadella.....collegata.....

Fatturato annuo € (indicare con X)

meno di 100.000.. tra 100.000/250.000.... tra 250.000/500.000.....

tra 500.000/1milione.....oltre 1 milione.....

Utile versato nell'anno per EdC ³⁷³: €

Utile donato per altre destinazioni: €.....

Utile per EdC in altra forma :(in natura, etc.).....

NOTE

³⁷⁰ Imprese societarie a responsabilità illimitata dei soci

³⁷¹ Società anonime con responsabilità limitata

³⁷² Attività senza scopo commerciale

³⁷³ Da gennaio a dicembre

Anexo 3 - Empresas coligadas que enviaram lucros (1992-2006)

Ano	M. Ginetta	Centro Sul	Extremo Sul	Nordeste	Norte	Brasília	Total
1992	1	14	3	3	4	-	25
1993	3	19	4	8	5	-	39
1994	5	26	4	5	7	-	47
1995	8	21	6	4	6	-	45
1996	5	17	5	2	9	-	38
1997	3	22	5	4	5	-	39
1998	3	14	5	0	4	-	26
1999	5	15	7	1	2	-	30
2000	6	13	5	1	5	-	30
2001	11	21	4	4	3	-	43
2002	6	16	10	2	3	5	42
2003	10	10	8	1	1	5	35
2004	10	10	8	1	1	5	35
2005	9	8	8	0	2	4	31
2006	23	41	26	15	10	8	123

Fonte: Centro Filadelfia de Estudos, Pesquisa e Documentação da EdC Rua Rosário Gaspar, 118 - Mariápolis Ginetta 06730-000 Vargem Grande Paulista – SP